

LUCINÉIA ALVES DOS SANTOS

**MOTTA COQUEIRO, A FERA DE MACABU.
LITERATURA E IMPRENSA NA OBRA DE JOSÉ DO
PATROCÍNIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Teoria Literária do Instituto
de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Jefferson Cano

Campinas
2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Sa59m	Santos, Lucinéia Alves dos.
	Motta Coqueiro, a fera de Macabu : literatura e imprensa na obra de José do Patrocínio / Lucinéia Alves dos Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.
	Orientador : Jefferson Cano.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Imprensa. 2. Patrocínio, José do, 1854-1905 - Crítica e interpretação. 3. Literatura. 4. Pena de morte. I. Cano, Jefferson. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
cqc/iel	

Título em inglês: Motta Coqueiro, the beast of Macabu: literature and press in the work of José do Patrocínio.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Press ; Patrocínio, José do, 1854-1905 - Criticism and interpretation ; Literature ; Capital punishment.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Titulação: Mestre em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Prof. Dr. Jefferson Cano (orientador), Profa. Dra. Márcia Azevedo Abreu e Profa. Dra. Ana Gomes Porto.

Data da defesa: 25/02/2011.

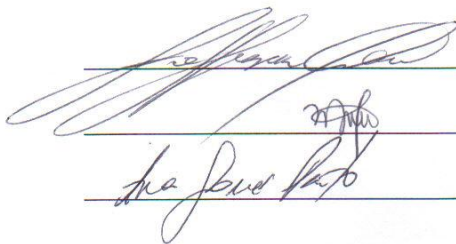
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária.

BANCA EXAMINADORA:

Jefferson Cano

Márcia Azevedo de Abreu

Ana Gomes Porto



Mário Luiz Frungillo



Célia Regina da Silveira



IEL/UNICAMP
2011

Para
Maria de Lourdes,
Saturnino, Maria Isabela e Iori

Agradecimentos

Começarei por uma pessoa fundamental para a realização deste trabalho, meu orientador prof. Dr. Jefferson Cano. Agradeço profundamente por sua paciência, por acreditar nesta pesquisa, por compreender minha situação de trabalhadora da educação e pesquisadora, por me mostrar caminhos quando eu achava que eles não existiam, em suma, por sua condução ao norte desta dissertação.

Meus agradecimentos à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Agradeço aos funcionários da Biblioteca Dr. Télió Barreto e principalmente aos funcionários do Solar dos Mellos na cidade de Macaé-RJ.

Sou muito grata aos funcionários do Arquivo Edgar Leuenroth, pelo precioso atendimento e pela simpatia, e à Comissão de Pós-Graduação da Unicamp.

Agradeço à professora Dr^a Márcia Azevedo de Abreu e ao professor Dr. Mário Luiz Frungillo pela leitura do texto anterior à dissertação e por suas sugestões bibliográficas, que abrilhantaram minha pesquisa.

À professora Tânia Lima, pela tradução de alguns textos. Ao professor José Ramiro, pelos vários artigos que me enviou, sobretudo por aquele que usei em minha dissertação: “José do Patrocínio era da Arena?”, escrito por Joel Rufino dos Santos e publicado no extinto jornal *Leia Livros*.

Meus eternos agradecimentos aos meus pais Saturnino e Maria de Lourdes, que não tiveram oportunidade de estudar, entretanto sempre valorizaram o conhecimento.

Não poderia deixar de agradecer às minhas irmãs e amigas: Luciana, pelo abrigo que me concedeu durante os dias que permaneci em Campinas para a realizar minhas pesquisas; e Lucimeire, também por me abrigar em sua casa quando participei de congressos na Unesp (Assis), e pela torcida de ambas.

Finalizo estes escritos, agradecendo a meu amigo e namorado Luís Carlos, pela caminhada desde o nascimento da ideia deste trabalho. Por suas leituras dos textos que nasciam da pesquisa. Por sua preciosa biblioteca; por sua companhia e força que nunca me deixou de dar... Isto foi muitíssimo valioso...

“É uma figura melancólica, vítima de seu sonho, que num dia de descanso ou tédio ou nojo, nada tem a fazer além de enviar uma carta a um amigo distante, provavelmente parecido com ele, a remexer no baú já velho. Ser reconhecido na rua, para ele, é um milagre. Ele foi editado, citado em jornais e um dia, de algum modo, meteu-se com atividades de seu tempo. O país é ágrafo e o brasileiro tem memória curta. Ninguém o convida para mais coisa nenhuma e nem o visita.”

João Antonio.

RESUMO

O romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* de José do Patrocínio foi publicado pela primeira vez em folhetim, veiculado no periódico *Gazeta de Notícias* em 22 de dezembro de 1877 a 03 de março de 1878. A obra possui uma estreita ligação com a imprensa, pois foi inspirada em fato verídico noticiado por vários jornais em 1852: o assassinato brutal de uma família de colonos com oito membros. O episódio culminou na pena capital de um fazendeiro influente da região de Campos: Manuel da Motta Coqueiro acusado de ser o mandante do crime. Nesta dissertação, evidenciaremos a relação existente entre a literatura e a imprensa dentro do primeiro romance de José do Patrocínio. Para tanto, analisamos artigos de jornais referentes ao caso Motta Coqueiro entre os anos de 1852 a 1855, bem como os artigos que retomaram o assunto durante o ano de 1877. Neste período, a execução de Coqueiro era vista como um erro judiciário, e o romance-folhetim de José do Patrocínio começou a ser editado diariamente. Foi amplamente divulgado no ano de 1878, quando recebeu sua edição em volume.

Palavras-chave: Imprensa, José do Patrocínio, Literatura, Pena de Morte

ABSTRACT

The novel *Motta Coqueiro or A Pena de Morte* by José do Patrocínio was published for the first time in a serial, spread at the newspaper *Gazeta de Notícias* from 22nd of December, 1877 to 3rd of March, 1878. The work has a narrow connection with the Press, for it was inspired and based in a true story reported by several newspapers in 1852: the murder of eight people in an aggregate family.

The episode ended up with the capital punishment of an influential farmer named Manuel da Motta Coqueiro, who lived in the region and was accused of being responsible for the crime. In this dissertation will be in evidence the existent relation between Literature and Press in the first novel written by José do Patrocínio.

In order to do it, some newspapers articles concerning to the case Motta Coqueiro from 1852 to 1855, were analysed, as well as the essays that resumed this matter during the year of 1877. At this period, the serial novel written by José do Patrocínio started to be edited daily, presenting the Coqueiro's execution as a judicial mistake.

Key words: Press, José do Patrocínio, Serial, Capital Punishment

Sumário

Introdução.....	01
CAPÍTULO I	
A REPRESENTAÇÃO DE MOTTA COQUEIRO NO PROCESSO-CRIME E NA IMPRENSA DO SÉCULO XIX.....	11
1. O processo-crime.....	11
1.1 As testemunhas.....	15
1.2 O interrogatório, o julgamento de Manuel da Motta Coqueiro e seus desdobramentos.....	18
1.3 Testamento e inventário de Motta Coqueiro.....	23
2. No destino de Motta Coqueiro havia a imprensa.....	25
2.1 A notícia através de “pessoas fidedignas”.....	27
2.2 Motta Coqueiro e as eleições de Campos.....	28
2.3 O início do fim.....	32
3. Manuel da Motta Coqueiro e a pena de morte na imprensa de 1877.....	34
3.1 Discussão entre os jornais: processo Motta Coqueiro.....	39
CAPÍTULO II	
ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE.....	47
1. O folhetim.....	47
2. O melodrama.....	48
3. O estereótipo.....	52
4. Suspenses e Ganchos.....	54
5. Os personagens.....	58
6. Manuel da Motta Coqueiro, entre a pessoa e o personagem.....	72
7. Personagens ficcionais.....	81
8. Romance contra a pena de morte.....	85
CAPÍTULO III	
A FORTUNA CRÍTICA DE <i>MOTTA COQUEIRO, OU</i> <i>A PENA DE MORTE</i>	89
1. A recepção contemporânea.....	89
2. A crítica posterior.....	101
Conclusão.....	119
Referências bibliográficas.....	123

Introdução

Quando estava na graduação, senti a necessidade de estudar os povos afro-descendentes na literatura brasileira, por acreditar que existiam poucas pesquisas sobre o assunto, porém não consegui levar adiante o projeto, pois eu estava finalizando o curso de Letras. Um ano depois, em 2003, fui aluna especial na USP, onde cursei a disciplina Imprensa e Literatura Brasileira do século XIX, ministrada pelo prof. Dr. José Alcides Ribeiro. Ao fim do curso era necessária a entrega de uma monografia, então resolvi trazer à tona aquela antiga ideia, mas com um foco diferente: os afro-descendentes na literatura e imprensa brasileira. Pesquisei José do Patrocínio pelo seu desempenho como abolicionista e jornalista. Descobri que este jornalista negro havia escrito um romance a partir de um fato verídico registrado em jornais dos anos de 1852 a 1855; tratava-se de *Motta Coqueiro ou a Pena de Morte*. Este romance por sua vez, havia sido publicado em folhetim no jornal *Gazeta de Notícias* em 1877. Desta forma, não pesquisei somente sobre os negros na literatura brasileira, acabei mudando meu projeto anterior e resolvi estudar uma obra escrita por um escritor negro, com a abordagem da relação entre literatura e imprensa no século XIX.

Tive acesso a pouquíssimos materiais naquele momento, consultei somente livros, entre eles o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, publicado em 1977, em uma edição comemorativa do centenário do romance publicado pela primeira vez em folhetim em 1877. Depois da entrega da monografia, deixei o projeto de lado, até que, em 2006, resolvi ir à cidade do Rio de Janeiro pesquisar o caso Motta Coqueiro e também o romance nele inspirado. Visitei a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. Fui ao município de Macaé, onde consultei a Biblioteca Municipal Dr. Têlio Barreto e o Solar dos Mellos. Voltei para casa com trechos de artigos de jornais, trechos do processo crime do fazendeiro Manoel da Motta Coqueiro, além de pesquisas feitas em livros como *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*, *Coisas e Gente da Velha Macaé*, ambos de Alvarez Parada, e *Crimes Célebres em Macaé*, de Antão de Vasconcelos. Escrevi um pré-projeto para pleitear uma das vagas para o curso de mestrado em Teoria e História Literária, oferecidas no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. Quando ingressei neste Instituto, soube que no

Arquivo Edgar Leuenroth havia microfilmes de jornais existentes na Biblioteca Nacional, assim fiz o levantamento de periódicos na própria Universidade Estadual de Campinas.

Durante um ano e meio frequentei o arquivo todas as terças-feiras, o único dia em que eu não lecionava em uma escola pública, e também aproveitei recessos e férias escolares. Li o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* em formato de folhetim na íntegra. Consultei os periódicos *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro* dos anos de 1852 a 1855. Encontrei em ambos muitos artigos que abordavam o caso Motta Coqueiro, já que estes anos referem-se ao momento da chacina da família de Francisco Benedito, à prisão de Coqueiro e sua condenação. Pesquisei os mesmos jornais referentes ao ano de 1877, além da *Gazeta de Notícias*, jornal que publicara o romance de Patrocínio e artigos que abordavam o tema da pena de morte.

Todo esse material recolhido faz parte agora desta dissertação que será apresentada. Concentra-se, sobretudo, nos capítulos 1 e 2. Esse levantamento ocorreu entre março de 2008 a julho de 2009. Porém, no início de 2010, verificamos que ainda seria necessária a pesquisa de mais artigos. Então frequentei por mais três semanas o Arquivo Edgar Leuenroth. Lá descobri artigos importantíssimos para a elaboração desse texto. Pesquisei a *Revista Ilustrada*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e a *Gazeta de Notícias* dos meses de janeiro a junho de 1878. Encontrei nessas pesquisas vários artigos relacionados à recepção do romance *Motta Coqueiro e a Pena de Morte*, que acabara de ser publicado como folhetim no jornal *Gazeta de Notícias*, em 03 de março de 1878, e no final do mesmo mês passou a ser vendido em volume. Esse material será apresentado no capítulo 3 deste trabalho, onde abordaremos a recepção crítica do romance de José do Patrocínio, durante os séculos XIX, XX e XXI.

Dada a informação de como tudo começou, seria interessante mostrarmos nesta introdução o personagem responsável pela difusão da história do fazendeiro condenado à morte, e que até hoje levanta discussões: José do Patrocínio.

José Carlos do Patrocínio foi sempre lembrado como o Tigre da Abolição da escravidão, porém teve uma vida profissional dinâmica: de estudante de Farmácia, tornou-se orador, folhetinista, cronista, jornalista, proprietário e editor de dois jornais. Como

folhetinista escreveu três romances, todos frutos de longas pesquisas: *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, *Os retirantes* e *Pedro Espanhol*.

Era filho da escravizada de 13 anos Justina Maria do Espírito Santo com um eclesiástico muito conhecido em Campos, o Vigário João Carlos Monteiro. O pai não registrou José do Patrocínio em seu nome, porém o educou como um filho legítimo, segundo seus biógrafos. Aos 13 ou 14 anos, Patrocínio foi morar na corte e tornou-se um aprendiz extranumerário da Santa casa de Misericórdia:

Os aprendizes de enfermeiros do Hospital da Misericórdia, por exemplo, quando eram muito pobres, moravam e comiam nas próprias dependências da instituição. Geralmente, a menção “aprendiz do número” significava que a pessoa em questão residia na Santa Casa. Como a procura era grande, existiam sempre extranumerários, ou seja, aqueles que extrapolavam o quadro efetivo de recolhidos, mas apesar disso, moravam na Santa Casa da mesma forma.¹

A adolescência de Patrocínio foi muito dura. No Rio, Patrocínio viveu durante muito tempo de favores. Depois do exercício de aprendiz na Santa Casa, trabalhou em um hospital particular e começou seus estudos no “Externato Aquino”, onde fez os preparatórios para o curso de Farmácia. Patrocínio passou a receber 20\$000 da sociedade beneficente para estudar na Faculdade de Medicina, como aluno de Farmácia. Viveu assim por três anos. Recebeu casa e comida de seu colega Sebastião Catão Calado. Passou por necessidades novamente, pois seu colega fora embora para Santa Catarina, até que Patrocínio é acolhido pela família do Capitão Emiliano Rosa da Senna, seu futuro sogro.

Ainda no curso de Farmácia, começou a escrever as primeiras colaborações para alguns jornais. Seu primeiro trabalho foi o poema intitulado: “A memória de Tiradentes”, publicado em abril de 1871 no jornal *A República*. O jornal, como o próprio nome diz, defendia o republicanismo. Colaborou também com o *Lábaro Acadêmico* em 1874, quando frequentava o último ano do curso de Farmácia. Inclusive Patrocínio escreveu um poema chamado “Uma Esmola”, cujo tema é a escravidão. Um pouco antes desta publicação, Luiz Gama apresentou em São Paulo, um manifesto defendendo a abolição imediata da

¹ SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

escravatura. Segundo Feracin, Patrocínio se afasta do comportamento de Luiz Gama, pois Luiz Gama se coloca como um igual aos escravos, faz questão de assumir sua descendência, enquanto que Patrocínio, em seu poema “Uma Esmola”, se coloca igual aos escravos não na condição racial, mas na condição de um cidadão civil.²

Em 1874, Patrocínio ingressa no jornal *A Reforma* como assistente de revisão e em 1875 começa a escrever uma coluna no periódico *Vida Fluminense*. No mesmo ano Patrocínio escreve com Dermeval da Fonseca o periódico *Os Ferrões*. Eles usavam os pseudônimos: *Notus Ferrão* e *Eurus Ferrão*. Discutiam política de forma bem humorada e faziam críticas à sociedade daquela época. Patrocínio continua a escrever poemas para outros periódicos: *Mequetrefe* e a *Revista Comédia Popular*.

Ana Carolina Feracin nos chama a atenção em relação ao trabalho literário de Patrocínio, pois, na memória de sua atuação, está muito presente a campanha abolicionista, mas o que mudou o percurso de Patrocínio, de estudante de farmácia para jornalista, foi justamente a literatura.

No mês de janeiro de 1877, Patrocínio tornou-se colaborador da *Gazeta de Notícias*, estreando com o poema “Eulália”, que muitos estudiosos afirmam ser uma homenagem a dona Henriqueta Rosa Senna, sua futura esposa. Neste mesmo ano, Patrocínio publica o romance que abordaremos neste trabalho: *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*.

Em 1878, já como repórter de notícias, foi enviado para o norte para cobrir a seca do Ceará. Em agosto do mesmo ano, com seu retorno ao Rio, começa a publicar em folhetim o romance *Os retirantes*, inspirado em sua viagem. Publicou artigos na seção “Semana Política” todas as segundas-feiras, até 1881. Mais tarde, em 1884, publicou seu último romance, fruto de uma pesquisa feita em Portugal: *Pedro Espanhol*.

No período em que trabalhou na *Gazeta de Notícias*, Patrocínio conquistou aliados e admiradores, mas também inimigos que o chamavam de “preto cínico”, “Judas” e “negro vendilhão”. No dia 11 de maio de 1881 foi publicado um poema no jornal *O Corsário*, intitulado: “O preto cínico”:

[...]

² Cf. *op. cit.* p.75

Fugiu-me, fazem dous meses.
O meu moleque Proudhomme.
Tem fugido muitas vezes
Fugiu-me, fazem dous meses.
Quando comprei-o aos ingleses.
Não era esse o seu nome
Fugiu-me, fazem dous meses.
O meu moleque Proudhomme.

O moleque de que trato
É o meu crioulo José:
Também se diz – Zé do Pato.
O moleque de que trato
Vive como cão com gato,
Mordendo no rodapé
[...].³

O colunista faz referências negativas à cor da pele de Patrocínio. A ofensa é explícita, já que são citados seus pseudônimos, que todos conheciam: “Proudhomme” e “Zé do Pato”. O primeiro era assinado na “Semana Política”, o segundo nos artigos de *O Besouro*. Até mesmo o casamento de Patrocínio com Dona Henriqueta Rosa Senna, foi atacado pelo mesmo jornal. Em um artigo do mesmo ano de 1881, Patrocínio é acusado de ser oportunista e aproveitador por casar-se com uma moça branca e rica. Ocorrendo, segundo o colunista, uma traição a seu povo, já que Patrocínio era negro e abolicionista, deveria desposar uma moça negra.

O autor do artigo ainda ofende Dona Henriqueta, desejando-lhe a esterilidade para não passar o “vexame” de ter filhos “negrinhos”. Esta ofensa nos remete bem às teorias raciais daquele momento, muitos estudiosos acreditavam na inferioridade da raça negra, bem como na dos mestiços. De acordo com Lilia Schwarcz,

[...] Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” -e portanto, não sujeitos

³ *O Corsário*, Rio de Janeiro, 11 maio 1881. *Apud.* SILVA. Ana Carolina Feracin da. *op. cit.* p.103

a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social.⁴

Patrocínio passa a se aproximar cada vez mais da questão da abolição da escravatura. Chegou até mesmo a publicar textos sobre os projetos parlamentares, como o da emancipação da escravatura na câmara dos deputados, no dia 6 de setembro de 1880. O projeto referia-se à extinção gradual da escravidão, era de autoria de Joaquim Nabuco, e fora negado duas vezes.

Finalmente, em 1881, Patrocínio compra a *Gazeta da Tarde*. Contou com a ajuda do sogro Emiliano da Rosa Senna. Patrocínio respondeu a um processo de liquidação da empresa no ano seguinte, 1882, pois seu sócio faleceu e Patrocínio não cumprira o acordo estabelecido: pagar aos familiares a parte da sociedade. Em 1884 a *Gazeta da Tarde* já era um grande jornal e concorria com os mais importantes jornais da corte: o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*.

Patrocínio, João Clapp e o tenente Manoel Joaquim Pereira idealizam a Confederação Abolicionista, cujo plano era espalhar a idéia de abolição da escravatura no Brasil, com sede no próprio jornal *Gazeta da Tarde*. A entidade sobrevivia de donativos particulares ou arrecadações em festas beneficentes. Usavam esse dinheiro para compras de cartas de alforria, já que a lei do Ventre Livre, de 1871, permitia aos escravos a formação de pecúlio para indenizar seus senhores.

Em 25 de março de 1884, Patrocínio estava fora do Brasil, justamente quando ocorreu a abolição da escravatura no Ceará. Para comemorar o fato, o jornalista organizou um banquete em Paris e convidou trinta pessoas do mundo político e jornalístico francês, que, segundo ele, trabalhavam contra a escravidão. O Tigre da Abolição foi acusado de ser um “papa-pecúlios”, fato estudado na obra de Ana Carolina Feracin: “O momento era extremamente comprometedor para o movimento abolicionista. Um de seus principais

⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil-1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.58

líderes era suspeito de usar o dinheiro recebido em campanhas e arrecadações em causa própria [...]”⁵.

Patrocínio torna-se também proprietário de outro jornal: *A Cidade do Rio*, além disso, é o primeiro proprietário de um automóvel na cidade do Rio de Janeiro, entre outras proezas. Mesmo assim, morreu sem dinheiro e endividado em 29 de janeiro de 1905, enquanto escrevia sua crônica semanal para *A notícia*, jornal que se empregara depois de perder seu periódico.

Esta pequena biografia de José do Patrocínio servirá para entendermos a elaboração de seu primeiro romance, foco de nosso estudo: *Motta Coqueiro ou A pena de Morte*. Obra nascida graças à especulação da imprensa diante de um terrível crime, em 1852, quando oito pessoas da mesma família foram brutalmente assassinadas. O caso repercutiu muito naquele ano de 1852. A família morta era agregada de um fazendeiro influente na cidade de Macabu, norte fluminense, Manoel da Motta Coqueiro. Logo, a culpa cairia sobre o fazendeiro. Assim, depois de dois julgamentos, Motta Coqueiro, acusado de ser mandante do crime e seus co-réus, acusados de serem os executores, foram condenados à morte.

Patrocínio, nascido em Campos dos Goytacazes no ano de 1853, cresceu ouvindo esta trágica história. Segundo um de seus biógrafos, Raimundo de Magalhães Jr., isso contribuiu para a criação do romance judiciário. Patrocínio colocou sua experiência de vida na construção de seu trabalho, Magalhães nos informa em sua obra: *A vida turbulenta de José do Patrocínio* que, quando descreve as senzalas e o trabalho escravo, Patrocínio utiliza a visão da Fazenda do Imbé, lugar que frequentara em sua infância.

O romance em questão ficou por muitos anos esquecido, até que em 1977, centenário da primeira publicação em folhetim, *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* foi editado pelo *Instituto Estadual do Livro e pela Livraria Francisco Alves Editora*. Sua introdução foi escrita por Silviano Santiago e a obra recebeu um apêndice com artigos que abordavam o caso nos anos de 1852 a 1855. No período da publicação centenária, houve uma dura crítica de Joel Rufino dos Santos, publicada no jornal *Leia Livros*, da qual teremos a oportunidade de saber um pouco mais no último capítulo deste trabalho. Mas

⁵ SILVA. Ana Carolina Feracin da. *op. cit.* p. 140

desde sua publicação em folhetim, existe uma oscilação de opiniões quanto à obra de Patrocínio, que já recebera muitos elogios e também várias críticas.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, abordaremos o caso Motta Coqueiro através do processo-crime e da imprensa do século XIX nos anos de 1852 a 1855 e 1877. Na abordagem do processo-crime será utilizada a transcrição do documento feita por Godofredo Tinoco. O segundo foco desse capítulo será a imprensa dos anos de 1852 a 1855. Ilustraremos como foi a repercussão do caso nos jornais fluminenses durante esses três anos: do momento da chacina até o da execução de Motta Coqueiro e seus co-réus. A primeira notícia da morte da família de Francisco Benedito data de 26 de setembro de 1852, onde não existiam dados seguros na matéria publicada. Durante o final do mês de setembro até o início do mês de novembro daquele ano, vários foram os artigos referentes ao crime, bem como os que anunciavam a captura dos acusados. Durante o ano de 1853, o fazendeiro continuava sendo citado nas folhas fluminenses, transformando-se em motivo eleitoral naquele período, como veremos adiante. O fim do fazendeiro também fora registrado no ano de 1855, principiando pelo seu transporte entre a capital, onde estava preso, até Macaé, onde seria executado. No dia 08 de março foi publicado um resumo de como ocorrera a execução do fazendeiro. Estudaremos também a imprensa de 1877, período de publicação de muitos artigos que alavancaram o assunto pena de morte. Usava-se sempre como exemplo o caso Motta Coqueiro, pois neste momento surge um suposto moribundo que confessa a um padre sua culpa na chacina da família de Francisco Benedito, confirmando-se a inocência de Coqueiro. No final do mesmo ano, a *Gazeta de Notícias* editava diariamente seu primeiro romance-folhetim nacional: *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*.

No segundo capítulo, exploraremos a obra de Patrocínio. No primeiro momento faremos uma análise quanto à sua estrutura de romance-folhetim, para tanto recorreremos à obra de Marlyse Meyer: *Folhetim, uma história*. Assim mostraremos em quais aspectos o romance de Patrocínio encaixa-se na modalidade folhetim-folhetinesco e quando isto deixa de acontecer. Para tanto analisamos aspectos existentes no romance tais como o melodrama, o estereótipo, a linguagem retórica, o suspense e os ganchos. Em um segundo momento, estudaremos os personagens apresentados no romance. Como a obra foi escrita a

partir de um fato verídico, os personagens acabaram sendo inspirados em pessoas reais. Encontramos seus nomes nos jornais, bem como inscritos no processo-crime, até mesmo em documentos, como o inventário e o testamento de Motta Coqueiro. Abordaremos como o romancista transporta essas informações para a sua ficção, criando personagens ficcionais, como as filhas de Francisco Benedito, que no processo e na imprensa não têm seus nomes registrados. Desta forma, Patrocínio as criou a partir do estereótipo da mulher romântica: branca, pura linda e com nobreza de caráter. Na conclusão do capítulo 2, nos deteremos na questão: O romance de Patrocínio seria um romance de tese, já que sua temática é a abolição da pena de morte?

O terceiro capítulo tratará da recepção do romance *Motta Coqueiro* encontrada em periódicos e livros. A fortuna crítica apresenta-se desde o momento em que o romance é publicado em folhetim no ano de 1877. Focalizaremos desta forma registros de meados do século XIX até o final do século XX. Discutiremos a presença do romance de Patrocínio nesses trabalhos e os apresentaremos por ordem cronológica. Através deste método perceberemos as mudanças de abordagens sobre o romance de Patrocínio. A Análise foi feita nos periódicos: *A Gazeta de Notícias*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Cruzeiro*, *Gazeta Popular de Macaé*, *O Apóstolo*, *Revista Ilustrada* etc. Já os livros são compêndios de literatura, coletâneas que abordam os negros na literatura brasileira, biografias, entre outros.

Motta Coqueiro ou A Pena de Morte é uma obra importante por possuir registros históricos, pela sua elaboração fundamentada na imprensa e também pela inovação de seus aspectos literários. A nova escola que surgia, o Naturalismo, segundo alguns estudiosos abordados no capítulo 3 deste texto, está presente na construção do romance. Através destes dados, tentaremos evidenciar a relação existente entre a literatura e a imprensa dentro do primeiro romance de José do Patrocínio.

CAPÍTULO I

A REPRESENTAÇÃO DE MOTTA COQUEIRO NO PROCESSO-CRIME E NA IMPRENSA DO SÉCULO XIX

Caro leitor, embora o ponto de partida deste trabalho seja o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, o primeiro capítulo não tratará da obra, mas exporá os fatos que levaram José do Patrocínio a escrever este romance. Assim, abordaremos no primeiro momento, o processo-crime que levou Coqueiro ao patíbulo. Em seguida focalizaremos a imprensa de 1852 a 1855, anos em que ocorreram o assassinato da família de Francisco Benedito e o julgamento de Motta Coqueiro e seus co-réus e, finalmente, a execução do fazendeiro.

A imprensa de 1877 estará também em evidência neste capítulo, pois é o ano da publicação em folhetim da obra citada. Quase vinte e três anos após a execução de Manuel da Motta Coqueiro, o assunto retornou à baila com as manifestações contra a pena de morte em jornais da corte. Motta Coqueiro, então, naquele momento tornou-se um exemplo de erro judiciário, um equívoco que jamais poderia ser sanado. Para maior clareza, vamos aos fatos registrados no processo referente à morte de Francisco Benedito e sua família.

1. O processo-crime

O primeiro registro oficial do fato que incriminaria Manuel da Motta Coqueiro, data do dia 15 de setembro de 1852. Tratava-se de um comunicado enviado pelo Inspetor de Quarteirão André Ferreira dos Santos ao subdelegado de Macabu, no qual se descrevia o crime cometido contra a família do agregado Francisco Benedito:

Ilmo Sr.

Participo de V. S. Que hoje tive ciência que se achava Francisco Benedito da Silva e toda a sua família mortos, e com a casa queimada no lugar de Macabu, e tendo eu ido tomar conhecimento, como de fato encontrei todos mortos e a casa queimada e já se acham bastante danificados os

corpos em estado de putrefação, e não foi possível saber-se com mais brevidade, por ser um lugar bastante ermo, e indagando eu o motivo de tais mortes, constou-me que Manuel da Mota Coqueiro mandara pelos seus escravos assassinar toda a família no domingo à noite, doze do corrente, e que no dia seguinte, depois dos escravos terem assassinado a família, que o dito Coqueiro mandara atacar fogo na casa para não conhecer-se o instrumento com que perpetraram o crime [...] o falecido Francisco Benedito veio a (uma palavra ilegível) casa queixar-se que no dia anterior já tinham ido quatro escravos de Mota Coqueiro assassiná-lo e querendo atacar fogo na casa eu respondi que ele, Coqueiro, não fazia, mas não aconteceu assim, como de fato segundo consta conseguiu seus fins [...], assim haja para que sejam capturados os escravos e Manuel da Mota Coqueiro, para serem punidos com o rigor da lei.

Deus guarde V. S. muitos anos

Carapebus, 15 de setembro de 1852.

Ilmo. Sr. Subdelegado da Freguesia de Carapebus.⁶

Como podemos verificar neste documento, Motta Coqueiro é apontado como autor do crime. O Inspetor de Quarteirão não supõe, mas assevera este dado, pois expõe que o pai da família morta foi ao seu encontro para queixar-se dos escravos do fazendeiro, que teriam tentado atear fogo em sua casa na mesma semana da chacina. Dessa maneira, antes mesmo do exame de corpo de delito, André Ferreira dos Santos já pede ao subdelegado da cidade que capture Motta Coqueiro e seus escravos. O Corpo de Delito foi feito um dia após o registro oficial do crime:

...acharam sete corpos mortos – Francisco e sua mulher, duas filhas maiores de 14 anos, duas de 7 anos mais ou menos e a outra de 3 anos.

Uma de 14 anos, com um braço quebrado a pau e não foi possível o exame nos outros corpos, em razão de se acharem bastante danificados e queimados pelo fogo.

Dois lances de casas queimados.

Os corpos todos achavam-se amontoados por cima um dos outros.

Os danos das casas foram avaliados em 500 mil réis.⁷

Depois de sucintas apurações, iniciou-se a “caça às bruxas”. O governo divulgou pela cidade e cercanias um anúncio oferecendo gratificação para quem delatasse o paradeiro de Coqueiro e seus comparsas:

⁶ TINOCO, Godofredo. *Motta Coqueiro. A grande Incógnita*. Rio de Janeiro: São José. 1966. pp. 33 e 34

⁷ *Idem*. pp. 37 e 38

Declaração

Por ordem do Sr. Chefe da Polícia da Província, com autorização da Presidência, faço público que se dará a quantia de dois contos de réis a quem descobrir os réus Manuel da Mota Coqueiro e seus escravos autores da bárbara carnificina praticada nos sertões de Macabu, Macaé, de uma família inteira, ou denunciar o lugar em que eles se ocultam, uma vez que se efetue a prisão.

Campos, 18 de outubro de 1852.

Dr. Antonio Francisco d'Almeida Barbosa

Delegado de Polícia.⁸

O delegado Dr. Barbosa, que mais tarde seria eleito deputado da província do Rio de Janeiro, enviou ofício para as autoridades da região com a descrição de Manuel da Motta Coqueiro. Este documento era muito procurado pelos populares que, ávidos pela gratificação, queriam copiar a enumeração dos aspectos físicos do dito assassino: “[...] alto, magro, corado, de sobranceiras muito salientes e espessas, com uma grande mancha no rosto, casado e maior de 50 anos [...]”.⁹

Poucos dias após o registro oficial da chacina, foi dado início ao interrogatório das pessoas do convívio de Coqueiro. A primeira a ser ouvida foi a escravizada Balbina, com 38 anos de idade, de etnia cabinda, e que dizia ser propriedade do enteado do acusado, Manuel Joaquim Cabral:

BALBINA disse saber que Manuel da Mota Coqueiro mandara os seus quatro escravos, de nome Carlos, crioulo; Alexandre, de nação; Domingos, do Congo e Fidelis, crioulo, matar Francisco Benedito da Silva e toda sua família; - que ouviu Coqueiro, no corredor da casa, perguntar aos ditos escravos se tinham matado todos, e que eles - Carlos, Alexandre, Domingos e Fidelis responderam que se achavam todos mortos, conforme seu senhor tinha mandado [...].¹⁰

Balbina afirmou que Motta Coqueiro deu a ordem de execução no domingo à noite, e ela vira quando os escravos chegaram depois das mortes. A escravizada disse que

⁸ *Idem.* pp. 53 e 54

⁹ *Idem.* p. 55

¹⁰ *Idem.* p. 66

soube que atearam fogo à casa, pois ouviu Coqueiro perguntar aos escravos se tinham feito as mortes e incendiado a moradia.

No Sumário que ocorreu em dezembro do mesmo ano, Balbina ainda afirmava ser escrava de Manuel Joaquim Cabral, entretanto estava emprestada como ama de leite na fazenda do réu, e que, depois de criar o filho do fazendeiro, ficou trabalhando na roça. Explicou também que, no sábado antecedente ao crime, Coqueiro veio da cidade com um homem chamado Flor. Insistiu sobre o diálogo que supostamente presenciara entre Coqueiro e seus escravos – quando o fazendeiro perguntara das mortes e se os escravos haviam ateado fogo. Porém, no sumário, Balbina refere-se somente aos nomes de dois escravos: Alexandre e Fidelis, omitindo a identidade dos outros.

Mais escravizados de Coqueiro foram interrogados, como Fernandes, de 50 anos, de nação cabinda. Seu depoimento resume-se em que ouviu dizer que Motta Coqueiro foi o mandante das mortes. Sua fonte de informação ocorreu através das escravas Carolina e Balbina. Portanto cita os nomes já mencionados por Balbina: Carlos, Alexandre, Domingos e Fidelis. Acrescenta ainda que havia um forro de nome Flor na casa de Coqueiro, e que suas parceiras lhe informaram que os escravos atearam fogo, na segunda-feira, à casa de Francisco Benedito. Em juízo, Fernandes confirmou os mesmos nomes dos escravos como autores do crime e o pardo de nome Flor.

A terceira escrava a participar do interrogatório foi Carolina, crioula de 20 anos, pertencente a Coqueiro. Declarou que seu senhor já havia mandado quatro escravos assassinares Francisco Benedito e sua família uma semana antes, mas, não conseguindo realizar o objetivo, Coqueiro os mandou no domingo à noite, quando obtiveram êxito. Carolina julgou que a casa da família de Francisco Benedito fora queimada segunda-feira e que os participantes dos assassinatos foram Carlos, Fidelis, Alexandre e Domingos. Soube de tudo por suas parceiras de trabalho Justina, Castorina e Isabel. Mencionou a presença de Flor na casa de Coqueiro. Em juízo, Carolina mudou a idade, apresentou-se com apenas 16 a 17 anos. Referiu-se aos mesmos nomes do interrogatório. No entanto, mudou o relato no sumário, explicando ter ouvido sobre as mortes porque estava na cozinha, quando Coqueiro perguntou aos escravos se “tinham matado a gente”, diferentemente do que expusera no interrogatório, que soube de tudo por suas parceiras.

A escravizada Teresa, de 54 anos, pertencente a Coqueiro, também foi interrogada e afirmou saber que seu senhor fora o mandante dos crimes através de conversas que tivera com Carolina e Balbina. Teresa igualmente contou que viu Carlos com um lenço amarrado na cabeça, e que suas colegas lhe informaram que o mesmo se encontrava naquele estado por ter participado das mortes. Em juízo, a escravizada declarou os mesmos fatos.

Não só escravizados foram ouvidos, mas também vizinhos e conhecidos de Motta Coqueiro, como Bento Pereira da Silva, lavrador residente em Macabu, que declarou saber que Coqueiro fora mandante das mortes de Francisco Benedito e sua família através de seu sobrinho Francisco e seu irmão Faustino Pereira da Silva (apontado como um dos acusados). Afirmou que seu irmão era um assassino, pois matara um homem chamado João de Carvalho.

Florentino da Silva, um dos acusados pelo crime e interrogado no dia 26 de setembro, disse que sabia que estava preso por ter tido contato com Coqueiro nos dias 11 e 12 do mesmo mês. Explicou ter vindo para Macabu com Coqueiro na mesma canoa e que dormira na casa do fazendeiro entre sábado e domingo. Manteve contato com Coqueiro no dia seguinte, segunda-feira, para vender uma posse localizada na Serra da Agulha. Negou participação no crime, mas declarou ter ouvido dizer que Faustino, Manuel João e alguns escravos do fazendeiro foram responsáveis pelas mortes. Em juízo, Florentino não alterou nada do que havia relatado no interrogatório.

1. 1 As testemunhas

No processo existem depoimentos de 7 testemunhas. Nenhuma delas afirmou que viu Coqueiro mandar seus homens executarem a família de seu agregado, e nem presenciou a execução dos colonos. O primeiro a ser ouvido foi Sebastião Correia Batista, de 42 anos de idade, solteiro e carpinteiro. No romance, Sebastião será personagem, um violeiro rival de Motta Coqueiro. Como cidadão, depõe contra o fazendeiro, dizendo que Coqueiro mandara Florentino, Faustino e alguns de seus escravos assassinar a família de Francisco

Benedito.¹¹ Todos os nomes mencionados acima veremos mais tarde registrados no romance de Patrocínio *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Em um passado recente, segundo Sebastião, Coqueiro teria mandado assassinar a ele testemunha, por querer casar-se com uma das filhas de Francisco Benedito.

A segunda testemunha também estará presente no romance estudado, será o feitor da fazenda de Coqueiro. Trata-se de Manuel João de Souza Mosso, 20 anos, pardo e solteiro. Manuel dá um longo depoimento e diz que cobrou cem mil réis de um homem chamado Anacleto José Vieira, a pedido de Coqueiro. Esse dinheiro deveria ser pago depois a Faustino. Anacleto não deu o montante e assim, Manuel João foi à casa de Faustino explicar o motivo de não estar com a soma e,

- Faustino respondeu que o seu amo havia de sofrer muitas desfeitas de Francisco Benedito da Silva e de Sebastião Batista;
- que a testemunha, ignorando o motivo, Faustino respondeu que o seu amo, Coqueiro, tinha feito um trato para ele, Faustino, acompanhado de Flor, matar Francisco Benedito da Silva e Sebastião Silva, mas como Coqueiro não tinha arranjado dinheiro, que eles não iam fazer mortes; [...].¹²

Manuel João explicou que soube das mortes através dos escravos Carlos, Fidelis, Alexandre e Domingos, os quais lhe declararam que Coqueiro os mandou assassinar Francisco Benedito e família no dia 12 de setembro. Comentou ainda que os escravos não foram sozinhos, mas com eles foram Florentino, Faustino e um homem de bem que não teve o nome revelado. A figura deste homem de bem aparecerá muitas vezes no depoimento das testemunhas.

Nem todas as testemunhas do processo transformaram-se em personagens expressivas no romance, é o caso da terceira testemunha Joaquim José Glicério, homem branco, com 41 anos. Tem seu nome no romance, mas é somente um figurante. Este confirmou saber dos fatos, porque foi ver os corpos na casa de Francisco Benedito. Soube pelo escravo Peregrino que Coqueiro fora mandante dos crimes e que os executores foram Fidelis, Carlos, Domingos, Alexandre, Faustino e Florentino, e além deles havia um

¹¹ Cf. TINOCO, Godofredo. *op. cit.* pp.74 e 75

¹² *Idem.* p. 78

homem de bem, e que Fidelis e Alexandre só revelariam o nome se fossem presos. Joaquim ainda descreve cenas do crime e disse que viu uma caixa tirada da casa de Balbina com roupas das vítimas.

A quarta testemunha foi José Pinto Neto, homem pardo, 27 anos, casado e trabalhador da lavoura. Este depoente não possui registros no romance de Patrocínio. José repetiu os nomes dos possíveis assassinos já mencionados pela terceira testemunha. Declarou que soube do assassinato por ouvir dizer. A testemunha afirmou que Faustino assassinara seu tio João de Carvalho. Falou que a mulher de Coqueiro afirmara não morar na fazenda enquanto a família de Francisco Benedito não estivesse morta.

A quinta testemunha, José Antonio do Rosário, pardo, 60 anos e casado, faz um apanhado de tudo o que já foi declarado, o que difere o seu depoimento das demais testemunhas, foi o fato de ter estado com Francisco Benedito no dia 11 de setembro, sábado, e que este lhe queixara dos escravos de Coqueiro, que teriam ido dia 10, sob as ordens de seu senhor, incendiar-lhe a casa, mas Francisco Benedito conseguiu bater em um dos escravos, e, assim nada fizeram naquele momento. José Antonio disse saber, mas não como, que os escravos voltaram na noite do dia 11 e assassinaram toda a família de Francisco Benedito.

A sexta testemunha, Amaro Batista, de 44 anos, pardo e casado, repetiu todas as informações dadas pelas demais. Para finalizar, há uma sétima testemunha, Lúcio Francisco José Ribeiro, com 22 anos, pardo e trabalhador na lavoura. Seu depoimento é uma repetição das demais testemunhas; a única novidade é que afirma que Coqueiro lhe oferecera dinheiro para que executasse Francisco Benedito e família. A testemunha esclareceu não ter aceitado tal proposta. Lúcio faz parte do elenco de personagens de caráter duvidoso apresentados no romance de José do Patrocínio, como veremos no capítulo 2 desta dissertação.

1.2 O interrogatório, o julgamento de Manuel da Motta Coqueiro e seus desdobramentos

Em meio a essa atmosfera jurídica, temos o interrogatório de Motta Coqueiro que ocorreu no dia 23 de novembro de 1852 na fazenda de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, em Macaé, residência do subdelegado e juiz Domingos Pinto de Oliveira. Coqueiro disse que estava no sertão entre os dias 1 e 6 de setembro. E que não soube quando ocorreu o crime. Segundo suas respostas, Coqueiro não tinha provas ou evidências que o inocentassem. Revelou que estava doente no dia 11, e assim voltou a Campos no dia 13. Foram feitas perguntas sobre a relação entre Coqueiro e o falecido Francisco Benedito. Questões sobre o assassinato também foram levantadas, e o fazendeiro disse ignorar quando ocorreu o crime e soube somente quando o imputaram a ele e a seus escravos. Declarou que Florentino estava em sua companhia no final de semana em que ocorreram as mortes, para vender a ele réu, uma posse.

O escravo Domingos também foi interrogado no dia 23 de novembro de 1852. Relatou que estava na fazenda de seu senhor quando ocorreu o crime. Confirmou ter conhecido Manuel João somente na cadeia, e que não conhecia as demais testemunhas. Contou que almoçou várias vezes na casa de Francisco Benedito por ser próxima de seu trabalho e ficou sabendo das mortes através de Fidelis, que lhe afirmou ter sido Manuel da Motta Coqueiro o mandante. Disse também que, muito antes, Fidelis havia tentado matar o filho de Francisco Benedito, e que ele depoente impediu, ao que revelou Fidelis ser ordem de Coqueiro matar não somente o rapaz, como toda a família de Francisco Benedito. Falou ter permanecido na fazenda até domingo de manhã, pois seu senhor o enviou para Campos. Ficaram na residência: Coqueiro, os escravos Fidelis, Carlos, Alexandre, Fernandes e um homem chamado Flor. Assim é finalizado o interrogatório de Domingos. No romance o personagem Domingos tem contato com Manuel João, que é o feitor da fazenda de Motta Coqueiro. Já em relação à família de Francisco Benedito, não existe nenhuma passagem no romance que sugira proximidade. Quanto à tentativa de homicídio de Fidélis contra o filho de Francisco Benedito, foi registrada pela pena de Patrocínio, porém Fidélis tenta matar o filho do agregado em um momento de fúria, já que Juca Benedito está destruindo uma

plantação de mandioca pertencente a Motta Coqueiro e provoca Fidélis com xingamentos. Fidélis não mata Juca porque Domingos o impede.

No traslado transcrito por Godofredo Tinoco em seu livro *Mota Coqueiro, a Grande Incógnita*, existe o segundo interrogatório de Coqueiro, onde o fazendeiro relata que conhecia a família assassinada e que era compadre de Francisco Benedito. Mencionou o episódio em que o falecido atentou contra sua vida. Conforme a ocorrência do fato, Coqueiro optou por propor a seu compadre que mudasse de suas terras, pois as benfeitorias seriam pagas com o valor justo. Sem resposta, Coqueiro decidiu permanecer em Campos. Sobre as acusações das testemunhas e de seus escravos, Coqueiro negou e disse que tudo era falso, e acrescentou que Balbina não era escrava de Manuel Cabral como ela dizia, pertencia a ele, Manuel da Motta Coqueiro.

Em 7 de janeiro de 1853 ocorreu o primeiro julgamento de Manuel da Motta Coqueiro, Florentino, Faustino e Domingos. Todos os réus negaram o crime. A manifestação de ódio contra Coqueiro era clara. Após as exposições, os jurados foram até a sala secreta para votarem, e logo retornaram com a decisão:

QUANTO À MORTE DE FRANCISCO BENEDITO DA SILVA, o júri respondeu:

1º QUESITO: - Sim, por unanimidade de votos. O réu Manuel da Mota Coqueiro mandou matar a Francisco Benedito da Silva pela forma exposta no libelo acusatório.

2º QUESITO: - Sim, por unanimidade de votos- cometera essa morte de noite e em lugar ermo.

3º QUESITO: - Sim, por 10 votos- mandou fazer a morte com incêndio.

4º - Sim, por unanimidade de votos- motivo reprovado ou frívolo.

5º - Sim, por unanimidade de votos- o réu mandou entrar na casa do ofendido, para matá-lo.

6º - Sim, por unanimidade de votos- houve premeditação por mais de 24 horas.

7º - Sim, por unanimidade de votos - o réu procedeu a ajuste com os outros indivíduos.

8º - e último quesito - não, por unanimidade de votos: - não há circunstâncias atenuantes.¹³

¹³ *Idem*, pp. 107-108

Godofredo Tinoco não transcreveu os quesitos relativos aos outros réus, mas nos informa que as respostas foram idênticas para sentenciá-los. Assim o juiz João José de Almeida Couto anunciou:

De conformidade com a decisão do júri, condeno aos réus Manuel da Mota Coqueiro, Florentino da Silva, Faustino Pereira da Silva e Domingos, de nação Cabinda, escravo do réu Manuel da Mota Coqueiro pelos crimes por que foram acusados, na pena de morte, grau máximo do artigo 192 do Código Criminal; com referência ao artigo 61 do referido Código, 2ª parte, e nas custas em proporção. Apelo desta decisão, na forma da lei, para o Superior Tribunal da Relação. O escrivão tire, por certidão a parte das fls. 2, do Inspetor de Quarteirão, André Ferreira dos Santos, etc.

Macaé, sala da sessão de júri, 19 de janeiro de 1853.

A) João José Almeida Couto.¹⁴

Um novo júri foi convocado, e em 28 de março de 1853, o juiz José de Almeida Couto abriu a sessão, mas quem a presidiu foi o juiz municipal do termo João da Costa Luís do Carmo. A acusação foi apresentada pelo promotor Paulino Ferreira de Amorim, enquanto a defesa foi presidida pelo advogado Tomé José Ferreira Tinoco. Segundo Godofredo Tinoco, neto do advogado em questão, seu avô mostrou-se muito eloquente, porém no final do julgamento a sentença continuou a mesma: “À vista da decisão do Júri, julgo o réu Manuel da Mota Coqueiro incurso no grau máximo do artigo 192 do Código Criminal, e por isso condeno à pena de morte, pagas às custas pelo mesmo réu[...]”.¹⁵

Esgotaram-se os recursos jurídicos; desta maneira, Motta Coqueiro fez o Pedido de Graça. A Petição de Graça foi o último recurso a que tiveram direito Motta Coqueiro e seus co-réus após o segundo julgamento. Desta forma, em 03 de junho de 1854, foi feita uma longa petição em nome do fazendeiro. Assim começava o texto:

Aos pés do trono de V. M. I., vem submissamente e cheio de angústias, prostrar-se o infeliz Manuel da Mota Coqueiro.

Uma imputação horrorosa, mas falsa, pesa sobre a sua cabeça, e desta imputação é resultada a condenação capital do suplicante [...].¹⁶

¹⁴ *Idem*, pp.108-109

¹⁵ *Idem*

¹⁶ *Idem*, p.123

Em seguida apresentava-se o crime imputado a Manuel da Motta Coqueiro. E dissertava-se que, quanto ao assassinio, não havia dúvidas de sua existência, porém não existiam provas de que o réu o cometera. Outro dado explorado no documento era relacionado às testemunhas - nenhuma viu de fato o suplicante agir na trama - somente disseram que outros lhes informaram.

Das 7 testemunhas que juraram no processo, de fls. 14 a 28 e de 31 a 33, nem uma só ousou afirmar que viram ou ouviram o suplicante fazer semelhante convite, ou dar a seus escravos uma tal ordem. Todas elas se limitam a referências que não podem merecer sanção jurídica.¹⁷

Destacava-se a participação de escravos como testemunhas do caso, mas segundo o artigo 89 do Código de Processo, isto era proibido, principalmente se o testemunho fosse contra o dono do escravizado depoente. Assim exemplificava-se o fato com as declarações da escravizada Balbina, que sempre afirmou ter escutado Manuel da Motta Coqueiro perguntar das mortes em sua presença; tentava-se explicar os possíveis motivos de seu comportamento:

Por que se não pensará antes, Senhor!, que em um país onde populam ideais de liberdade em que os escravos, ou por inspirações reprovadas ou por próprio instinto, procuram a todo custo salvar-se da escravidão, foram levados os escravos do suplicante a comprometer o seu senhor, a ver se assim se livravam do cativeiro, mormente quando os agentes de autoridades indiscretos e por mal entendido zelo, prometeram alforria a esses miseráveis [...].¹⁸

Neste trecho da carta menciona-se um fato que poderia ser real, pois nos anos 50 do século XIX ainda não estavam em vigor algumas leis que permitiam a intromissão do Estado nas relações entre senhor e escravo. Não existia a alforria por pecúlio e muito menos o fundo de emancipação. Os escravizados, para conseguirem alforria, nesse tempo, dependiam da relação que mantinham com seus senhores. Desta forma, talvez os cativos de Coqueiro imaginassem que conseguiriam a liberdade delatando-o. Após outras

¹⁷ *Idem*, p.124

¹⁸ *Idem*, p.126

considerações, foi mencionada a família de Coqueiro como vítima do resultado do julgamento de seu chefe, e assim finalizava-se a carta:

Senhor! Perdão, Perdão! Não pelo infeliz que de joelhos vo-lo suplica, mas pelos desgraçados inocentes, e tão inocentes, alguns, que ainda ignoram o que é a morte, o que é morrer infame, o que é ser filho do condenado que acaba no patíbulo! Senhor! Deus é bom por ser misericordioso. Vós sois na terra o Deus dos Cidadãos deste Império, não negueis só desta vez a Vossa piedade ao infeliz que espera.

R. Mce.

Rio, 3 de junho de 1854.

A) Antonio Fermino Gavia Gouvêa; Procurador Bastante ¹⁹

Em 12 de fevereiro de 1855 foi emitido o Parecer do Conselho de Estado, sobre a Petição de Motta Coqueiro. Narrava-se o exame do corpo de delito, onde se constatou que os cadáveres estavam depositados uns sobre os outros em um canto da casa, parcialmente queimados. Após os detalhes do exame, era relatado um dos motivos pelos quais Motta Coqueiro fora apontado como responsável pelas mortes: a possível queixa de Francisco Benedito contra o réu ao inspetor de Quarteirão. Após isto, havia outros fatores, como as informações dadas pelas escravizadas Balbina, Carolina e Teresa, além das 7 testemunhas. Foi mencionada a apelação da sentença em 17 de setembro de 1854, e o motivo de sua negação:

O juiz de Direito informa, no seu relatório que o réu não oferecera testemunhas, e nem outro algum meio de prova a seu favor, limitando-se os seus defensores a negar que fosse ele participante do crime, e a dar como muito provável que alguns escravos seus, de má índole, tivessem cometido o mesmo crime, e o imputassem depois ao senhor, como para se desculparem. ²⁰

E assim finalizou-se o parecer:

Não descubro, pois, razão alguma em favor do suplicante.
Porém o Supremo Poder Moderador Deliberará em sua Sabedoria e Justiça.

¹⁹ *Idem*, pp.131-132

²⁰ *Idem*, p. 137

A Seção, conformando-se com o voto do mesmo Procurador da Coroa, é de parecer que o réu Manuel da Mota Coqueiro não merece a Imperial Clemência.

Entretanto, Vossa Majestade Imperial se Dignará Resolver o que mais justo for. [...] ²¹

O imperador não aceitou o pedido de graça, assinou e escreveu na própria petição: “Foi a última etapa”. ²²

1.3 Testamento e inventário de Motta Coqueiro

Um dia antes de sua execução, Motta Coqueiro assinou seu testamento. Segundo o documento, a morte do fazendeiro ocorreu 06 de março de 1855: “Em nome de Deus. Amém. Digo eu, Manuel da Mota Coqueiro, que tendo infalivelmente de morrer amanhã, seis do corrente, e estando em meu perfeito juízo, faço meu testamento pela forma seguinte [...]”. ²³

Coqueiro declarou ser católico, sua naturalidade, filiação, estado civil, e o número de filhos. Destacou a situação de duas de suas escravas: Justina e Fausta; ratificando a liberdade condicional das duas, porém revogou a situação de Fausta que deveria ainda servir à sua família. Nomeou como seus testamenteiros: Úrsula Maria das Virgens em 1º lugar; Manuel Joaquim Batista Cabral em 2º lugar e por último o Barão de Itabapoana. Registrou que o testamenteiro deveria mandar fazer missa por sua alma, e pagar os anuais das ordens das irmandades. Quanto ao inventário, foi feito em 11 de junho de 1856, pela viúva de Manuel da Motta Coqueiro, Dona Úrsula das Virgens Cabral. Através do documento, temos a informação dos bens deixados pelo falecido a sua família:

PROVEDORIA
INVENTÁRIO

MANUEL DA MOTA COQUEIRO
Inventário sem título
D. Úrsula Maria das Virgens Cabral
Inventariante

²¹ *Idem*, pp.138-139

²² *Idem*

²³ *Idem*, p. 159

Em 11 de junho de 1856, foi autuada a petição de Úrsula, pedindo a nomeação de inventariante para proceder ao inventário do seu falecido marido Coqueiro [...]

À fls. 2, está o termo de juramento da inventariante, à fls. 3, a declaração de herdeiros:

[...] Que o finado inventariado deixou de existir em dias do mês de março do ano passado de 1855, sem estamento (*sic*), e que só uma vez fora casado com ela, inventariante, e deste seu matrimônio deixou os filhos seguintes: - Dona Domingas Carolina Batista de Azevedo, casada com Vitorino Martins Pereira de Azevedo; Dona Ana Francisca Pereira Batista, solteira, 22 anos; Benedito Batista Cabral, solteiro, 21anos. E nada mais declarou e assinou, fazendo a seu rogo filho o Major Manuel Joaquim Batista Cabral, por ela não saber ler e escrever [...] ²⁴

Neste trecho existe a confirmação da data da morte de Coqueiro; além disso, há o registro do nome de seus três filhos, que em outros documentos não são referidos. Há ainda o estado civil de cada um e suas idades no período do inventário. Logo depois dessas informações, estão descritas as avaliações dos bens da família, como terras, casas, animais, objetos agrícolas, além dos escravizados. No documento constava que a família possuía 25 escravos, sendo 10 homens e 15 mulheres.

Entre os nomes dos cativos, há alguns conhecidos, como aqueles que depuseram contra Manoel da Motta Coqueiro: Carolina, Teresa e Balbina. É necessário ressaltar que no momento do interrogatório e em juízo, a escravizada Balbina se pronunciou sendo propriedade do enteado de Coqueiro e declarou estar emprestada no momento do crime como ama de leite. No entanto, era propriedade de Coqueiro, segundo o registro deste documento.

Coqueiro não era um fazendeiro de grandes posses. Esta afirmação se confirma através de seu inventário. O que fica evidente é que Motta Coqueiro possuía uma propriedade rural com mais de vinte escravos trabalhando nela, segundo a avaliação dos bens de Coqueiro em seu inventário:

Sítio no Bananal, à margem do rio Macabu, com 600 braças de testada e meia légua de fundos [...]

Campo gramado, com algumas frutíferas [...]

Um quartel de cafés, em mau estado [...] ²⁵

²⁴ *Idem*, pp. 166-167

²⁵ *Idem*. p. 167

Além desses bens, há uma casa de vivenda, uma casa de farinha, quatro vacas, uma égua, uma vitela, e o resto de suas propriedades se resumem em objetos de trabalho.

2. No destino de Motta Coqueiro havia a imprensa

Em 12 de setembro de 1852 ocorreu um crime hediondo nas redondezas de Conceição de Macabu, município próximo à cidade de Macaé no norte fluminense. Oito pessoas da mesma família foram brutalmente assassinadas dentro da própria residência. Entre as vítimas estavam Francisco Benedito, pai da família, sua esposa, duas adolescentes, crianças entre 3 a 7 anos e um rapaz de dezoito. O fato foi descoberto após muitos dias, e a imprensa começou a noticiá-lo através de dados incertos, como fez o *Diário do Rio de Janeiro*, que em 26 de setembro de 1852, publicou este artigo na seção “*Notícias Diversas*”:

Consta-nos que pessoa vinda no Vapor Campista, entrado no dia 23 de Campos por Macaé, referira que alguns pretos haviam assaltado uma casa nas imediações desta ultima cidade, e nela tinham assassinado o dono dela, a mulher e seis filhos, todos pequenos, deitando depois fogo a casa [...]

Não garantimos a veracidade da notícia, pelos poucos detalhes que a acompanharam.²⁶

O extermínio da família de Francisco Benedito aconteceu nas terras do fazendeiro Manuel da Motta Coqueiro e coincidentemente, o fazendeiro havia sido vítima de uma emboscada preparada e executada pelo chefe da família, desta maneira as autoridades do local começaram a apontar Coqueiro como mandante do crime. Alguns dias após o delito, o *Jornal do Comércio* publicou uma transcrição de um artigo do jornal *Cruzeiro de Campos* intitulado: “*Caso Horrroso!*”

No dia 18 do corrente, pelas 3 horas da tarde, o Sr. Delegado de polícia procedeu com o Sr. Escrivão Franco a uma busca na chácara em que reside o Sr. Manuel da Motta Coqueiro [...] Consta que o motivo da busca

²⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 26 set.1852. p. 2

fora capturar-se o Sr. Manoel da Motta Coqueiro à requisição da autoridade policial da cidade de Macaé, por se haver descoberto ser este com seus escravos que assassinaram uma família inteira, composta de marido, mulher e seis ou oito filhos [...] diz-se igualmente que o procedimento atroz do Sr. Coqueiro fora motivado por ter o chefe da família há pouco tempo dado no dito Sr. Coqueiro uma sova de pau. [...] ²⁷

No trecho acima, a imprensa noticiava a busca por Motta Coqueiro. O artigo foi intitulado “*Caso horroroso*” pela brutalidade apresentada no cenário do crime, segundo o jornal: crianças foram mortas e os corpos foram encontrados “porque os cães e aves carnívoras principiaram a cercar a casa e alimentar-se dos corpos que ficaram sobre a terra mutilados a golpes de foice.”²⁸

A partir de outubro de 1852 o fazendeiro começou a receber adjetivos como malvado, bárbaro e monstro. Em 30 de outubro de 1852 o jornal *O Diário do Rio de Janeiro* publicou um relatório constando o recebimento de um ofício do delegado de Campos, Dr. Antonio Francisco de Almeida Barbosa, tal documento comunicava ao Sr. Venâncio José Lisboa a prisão de Motta Coqueiro. Neste relatório o fazendeiro era chamado de “*o bárbaro autor da carnificina de Macabu*”, “*bárbaro Coqueiro*” e “*indigitado autor*”. Ainda no dia 30 de outubro de 1852, *O Jornal do Comércio* publicou a prisão de Motta Coqueiro, no mesmo jornal encontrava-se a notícia da prisão de Faustino e Flor, homens forros, também acusados de participarem do crime: “Temos o prazer de anunciar que as autoridades da província do Rio de Janeiro cumpriram o seu dever. [...] Mas faltava ainda a prisão do principal malvado, Manuel da Motta Coqueiro, autor de toda a carnificina [...]”.²⁹ Neste trecho vemos que Coqueiro era apresentado como malvado e autor principal do crime hediondo. Esta adjetivação negativa era também encontrada em um artigo transcrito do jornal *Cruzeiro de Campos*, publicado em *O Diário do Rio de Janeiro*:

“Dedos de Deus

O monstro horrível - a fera insaciável Manuel da Motta Coqueiro, entrou felizmente na cadeia da cidade de Campos no dia 23 do corrente...”³⁰

²⁷ *Cruzeiro*, In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 set.1852. p. 1

²⁸ *Idem*

²⁹ *O Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 out.1852. p.1

³⁰ *Cruzeiro* In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 02 nov.1852. p. 3

No *Diário do Rio de Janeiro* de 07 de novembro de 1852, foram publicados artigos do *Monitor Campista* dos dias 28 e 30. No primeiro noticiava-se a prisão de Domingos, um dos escravos de Motta Coqueiro acusado de participar do assassinato. Já no dia 30 foi relatada a chegada de Coqueiro depois de preso em Macaé. Neste artigo o fazendeiro era chamado de “*grande malvado*” e “*grande criminoso*”. Além disso, descrevia-se que, durante o interrogatório, o acusado respondia às perguntas a sangue frio.

Durante o final do ano de 1852, a imprensa permaneceu presente no caso, noticiando cada passo do réu e seus co-réus: Faustino, Flor e Domingos. Percebe-se que a imprensa estava engajada em formar a opinião pública sobre a imagem de Motta Coqueiro.

2.1 A notícia através de “pessoas fidedignas”

O *Diário do Rio de Janeiro* do dia 13 de outubro de 1852 publicou um artigo do *Monitor Campista* que relatava a prisão de dois escravos acusados de participarem do assassinato da família de Francisco Benedito. Segundo a notícia, um dos escravos confirmou pertencer a Motta Coqueiro, enquanto outro disse pertencer ao coletor Cabral. Registrava-se também que os escravos capturados declaravam que Motta Coqueiro ordenara o assassinato a quatro escravos e dois homens forros: Faustino e Flor. Esta informação apresenta um aspecto interessante, pois chega ao jornal *Monitor Campista* através de carta de pessoa fidedigna:

Por carta vinda de Carapebus, de pessoa fidedigna, consta que a polícia daquele distrito, no dia 16 de setembro findo, perseguindo os assassinos do infeliz Francisco Benedito e sua família, prendera um escravo de Manoel da Motta Coqueiro, e um que diz ser do Sr. Coletor Cabral.³¹

Vemos também em outro artigo: “Sabemos por cartas e informações de Campos, que ao digno delegado daquela cidade, o Dr. Antonio Francisco de Almeida Barbosa foi principalmente devida à prisão do malvado Coqueiro...”³²

Com os exemplos apresentados, é possível perceber que muitas informações sobre o caso, noticiadas na imprensa, foram extraídas de cartas; contudo, na maioria das vezes, não

³¹ *Monitor Campista*. 05 out.1852, In: *O Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 out.1852. p.2

³² *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 30 out.1852. p.2

eram publicados os nomes de seus remetentes. No dia 24 de dezembro de 1852, o *Jornal do Comércio* publicou um texto, no qual se pedia ao juiz de direito e ao delegado de polícia da região que tivessem em vista alguns artigos, e também observassem a qualificação dos jurados para que não ocorresse a mesma situação de Manoel da Conceição Silva, homem que cometeu atrocidades e não foi punido como deveria. Remontava-se toda a sua história, e todos os assassinatos cometidos por ele. O artigo era finalizado com o caso Motta Coqueiro, chamando-o de famigerado, e com esta assinatura: “Sou, Sr. Redator, o X***”

Foi ainda publicada no *Diário do Rio de Janeiro* a transcrição de uma notícia do *Monitor Campista* do dia 13 de abril de 1853, onde foi relatado o segundo julgamento de Motta Coqueiro, Faustino, Flor e Domingos, acusados de assassinar Francisco Benedito e sua família. As informações mais uma vez eram dadas por pessoa fidedigna e não identificada:

Consta-nos por pessoa fidedigna que o júri de Macaé confirmou a sentença do 1º júri contra os réus Manoel da Motta Coqueiro, José Faustino, Florentino e o preto Domingos, escravo do mesmo Coqueiro...³³

No dia da execução de Motta Coqueiro, outra pessoa fidedigna escreveu uma carta e enviou ao *Diário do Rio de Janeiro*. O jornal publicou-a no dia 8 de março de 1855, dois dias após o patíbulo. O remetente não foi identificado. Ali narravam-se os últimos momentos de Motta Coqueiro, o resumo do assassinato da família de Francisco Benedito e por fim, o comportamento de Coqueiro diante da força.

2.2 Motta Coqueiro e as eleições de Campos

No dia 30 de outubro de 1852 foi publicado no jornal *Diário do Rio de Janeiro* o recebimento do ofício do delegado de Campos, Dr. Antonio Francisco de Almeida Barbosa, informando a prisão de Manoel da Motta Coqueiro no dia 21 do mesmo mês. Por muitos dias foram publicados artigos noticiando a prisão de Coqueiro, e esses textos eram

³³ *Monitor campista*, In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 abr.1853. p. 2.

carregados de felicitações às autoridades responsáveis por sua prisão, e o nome do Dr. Barbosa quase sempre era lembrado nestes artigos.

Provavelmente a exposição da participação do Dr. Barbosa na prisão de Motta Coqueiro contribuiria para sua candidatura a deputado da Província do Rio de Janeiro no ano de 1852. Temos poucos registros sobre esse fato, porém as cartas do Dr. Sayão Lobato e do Dr. Barbosa publicadas no *Jornal do Comércio* entre os dias 26 e 27 de janeiro de 1853, nos dão pistas sobre esse dado.

Começemos pela carta do Dr. Sayão Lobato publicada em 26 de janeiro no *Jornal do Comércio*, sob o título de “Eleições em Campos”. Sayão usa um tom de defesa e diz que sua carta é uma resposta àquela do Dr. Barbosa publicada no *Monitor* do dia 21 de janeiro. O Dr. Sayão relata que havia insinuações malignas referentes à sua pessoa, e trata o Dr. Barbosa de “detrator”:

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

As eleições em Campos

Acabo de ler a estirada correspondência do Sr. Dr. Barbosa, impressa no *Monitor* de 21 do corrente.[...] a isto pois me limito, pondo de parte as insinuações malignas e aleivasas imputações [...] que serão devidamente apreciadas (e é quanto me basta) pelas pessoas sensatas que tem presenciado o proceder meu e o do meu detrator. Vamos aos fatos.

É o primeiro trazer o Sr. Dr. Barbosa à discussão o negócio Motta Coqueiro, dando ao público um trecho de uma carta particular (que pela minha parte não lhe foi comunicada) por mim escrita em Niterói. Não nego que alguma coisa nesse sentido eu houvesse escrito, mas admira-me que a propósito do negócio Motta Coqueiro o Sr. Dr. Barbosa, querendo revelar ao público o meu juízo acerca do seu procedimento oficial, se limitasse à inserção de um trecho de uma carta particular, e calasse o que direta e positivamente eu exprimi a SS. Quando teve a bondade de procurar-me para dar parte da prisão e remessa do dito Motta! [...] ³⁴

No segmento do artigo de Sayão Lobato, há uma crítica ao Dr. Barbosa por não ter feito o interrogatório no momento da prisão de Motta Coqueiro, à guisa de identificação e também de se saber quem foram os co-autores do crime:

Cumpre, pois, reconhecer que um zeloso e inteligente delegado de polícia, em tais circunstâncias, jamais deixaria de proceder a um curial

³⁴ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1853. pp. 1 e 2

interrogatório, que feito naquele primeiro tempo da prisão do réu poderia dar resultados impossíveis de se conseguir fora dele.³⁵

Motta Coqueiro é apresentado neste artigo como um motivo eleitoral. Sayão também nega ter pedido votos ao Dr. Barbosa. Provavelmente, a carta publicada no *Monitor* sugere tal pedido. Sayão escreve que se deve perguntar aos noventa eleitores que votaram em seu colégio eleitoral, se ele lhes pediu algum voto:

Acrescentarei finalmente a este respeito: aí estão noventa eleitores que comigo votaram neste colégio, um só que se levante e diga com verdade que eu direta ou indiretamente lhe pedi um voto para a minha pessoa; se nenhum isso dirá, porque em verdade a ninguém mendiguei um voto, as pessoas que me conhecem, e as minhas relações neste lugar reconheceram que não era do Sr. Barbosa que iria singularmente bater à porta.³⁶

Sayão completa que foi pedir a Barbosa para juntar-se a sua chapa, e não o seu voto. No dia seguinte, quinta-feira, 27 de janeiro, o Dr. Barbosa responde ao artigo de Sayão Lobato, no mesmo jornal. Diz que deve uma resposta não ao Dr. Lobato, mas sim a seus conterrâneos que votaram nele “desde os de paróquia até aos de deputado à assembléia desta muito ilustrada província”.³⁷

Trata igualmente a situação de Coqueiro como o “o negócio Motta Coqueiro”. Barbosa não entra em muitos detalhes ao explicar o interrogatório do fazendeiro, todavia defende-se, dizendo que houve providências para que o preso fosse rapidamente para Macaé, já que o lugar onde estava era atacado por foguetes e pedradas. Insiste nos elogios que recebeu por conta da prisão de Coqueiro. Estes elogios, como podemos constatar nos artigos anteriores, estão presentes nos jornais que tratam da prisão de Motta Coqueiro; o doutor Barbosa reconhecia a importância disto, sobretudo para sua carreira política. Ainda em sua carta, o Dr. Barbosa comenta o que foi dito pelo Sr. Sayão Lobato em relação à prisão de Coqueiro:

É verdade que depois do homem preso e remetido para Macaé me disse que se estivesse presente me teria aconselhado a que procedesse no auto

³⁵ *Idem*

³⁶ *Idem*

³⁷ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 jan.1853. p.1

de qualificação e interrogatório. Mas o que tem os meus atos posteriores à prisão, que era o que se queria, com as acusações que se atribuíam ao Sr. S. Lobato contra mim por não ter eu dado providências para a captura? O que aleguei foi que S.S. louvava essas providências, donde se conclui que se portou indignamente, se por ventura proposto delas fez aqui causa comum com os meus detratores, que o não seriam se a época não fosse eleitoral.³⁸

O delegado Dr. Barbosa confirma o que o Sr. Sayão Lobato registrou em sua carta, o não interrogatório de Coqueiro assim que foi capturado. Porém, Barbosa diz que se tratava de difamação de sua pessoa, pois o período era de eleição. O deputado segue explicando o momento de captura de Coqueiro e diz que recebera um ofício do chefe de polícia informando-lhe que, assim que o fazendeiro fosse capturado, deveria imediatamente ser enviado para o delegado de Macaé ou de Niterói. Barbosa escreve que fez justamente o que lhe foi pedido, e assim recebeu louvores por sua ação:

Diga pois, S.S. o que quiser contra mim a respeito do negócio Motta Coqueiro; os elogios que me fizeram os jornais da corte, e os louvores que me foram particular e oficialmente dados pelos Srs. Presidente da província e chefe de polícia, valem para mim tudo, e me compensam das acusações e insolências de quem quer que seja.³⁹

O Dr. Barbosa completa que a prisão de Coqueiro efetuada por ele causou “em certa gente” um desapontamento. E finaliza o assunto sobre o fazendeiro escrevendo: “[...] Creio que basta de Motta Coqueiro, mas estou preparado para responder, se julgar conveniente ou necessário a tudo quanto a tal respeito se diga”.⁴⁰

O delegado de Campos retorna ao assunto das eleições. Escreve que Sayão Lobato arrependeu-se de ter escrito a carta a que ele responde, mostrando um “dúplice comportamento”. Barbosa conclui que Sayão não se atreveu a escrevê-la antes, pois: “Não ousava atacar em Campos a pessoa a favor de quem dois mil e tantos cidadãos haviam levado o seu voto de confiança [...]”.⁴¹

³⁸ *Idem*

³⁹ *Idem*

⁴⁰ *Idem*

⁴¹ *Idem*

Aqui temos a afirmação de que o Dr. Barbosa tornou-se deputado graças à prisão de Coqueiro. Outra passagem da carta esclarece qual era a função do Sr. Sayão Lobato:

Quem quiser dar-se ao trabalho de ler essa estirada correspondência que apareceu no Monitor de 21 de dezembro, verá que só digo que - ‘Dirigindo eu a eleição que se fez por ocasião de perder S. Ex. o seu lugar na câmara temporária aceitando a pasta da justiça. Só faltou a S. Ex. um voto para ter unanimidade, e esse voto todos sabem que não foi meu[...].’⁴²

Vemos através destas correspondências como foi de grande repercussão o caso Motta Coqueiro, sendo decisivo nas eleições para deputado no ano de 1852, momento em que o fazendeiro foi acusado e preso pela morte de Francisco Benedito e sua família.

2.3 O início do fim

No final de janeiro de 1853, Motta Coqueiro ainda era notícia de jornal. O *Diário do Rio de Janeiro* de 26 de janeiro publicou um ofício da secretaria do governo, onde se questionava o porquê da dilação do andamento do processo do fazendeiro.

Durante o ano de 1854, parece não se ter noticiado nada sobre o caso. O fato veio à tona em 1855, ano da execução de Motta Coqueiro. A primeira aparição de artigos sobre o assunto ocorreu no *Diário do Rio de Janeiro* de 18 de fevereiro de 1855, na Seção “*TRIBUNAES*”. Em meio a vários avisos jurídicos, havia um pedido de envio de cópia do julgamento final e do recurso de revista de Manuel da Motta Coqueiro à Secretaria do Estado.

No dia 22 do mesmo mês, Coqueiro apareceu em uma nota de jornal onde era anunciado o seu transporte no Vapor de Guerra *D. Pedro II* para Macaé:

PANORAMA

Vapor Pedro II: - Deve partir talvez amanhã o vapor de guerra Pedro II com destino a Macaé, segundo se afirma. Consta que a comissão desta corveta é conduzir desta corte para aquele porto sentenciado Coqueiro, acusado ou convicto de assassino, incendiário e não sabemos que mais, o qual vai para ser ali executado.⁴³

⁴² *Idem*

⁴³ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1855. p.2

No mesmo jornal, no dia 04 de março, na página 2, saiu uma outra nota comunicando o transporte de Motta Coqueiro pelo vapor *D. Pedro II*. O transporte desta vez ocorreu de fato. No dia 8 de março, dois dias após a execução do fazendeiro, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* publicou uma carta que já mencionamos, sem identificação. O remetente narrou o crime atribuído a Motta Coqueiro e sua estadia em Macaé antes de sua morte. Sobre a causa da execução, o narrador resumiu o assassinato de Francisco Benedito e sua família. Remeteu-se aos dois julgamentos ocorridos, sendo que em ambos o fazendeiro fora condenado à morte. O autor da carta retratou Motta Coqueiro como um desgraçado, descreveu sua condição na proximidade da morte:

Coqueiro já não é o homem forte e robusto que vimos aqui em 1852, [...] seus olhos que tinham alguma coisa de repulsiva, estão reduzidos à impassibilidade do cego[...] espessa barba inteiramente branca assim como o cabelo da cabeça; a miséria de seus trajes reflete um raio de ingratidão indesculpável para quem tinha o dever de socorrê-lo [...]. Anda com muita dificuldade e sustido por dois soldados que o amparam de cada lado [...].⁴⁴

O narrador já não apresentava Coqueiro como a fera, o malvado, o assassino, o sicário e tantos outros desqualificativos dados pela imprensa até então. Pelo contrário, naquele artigo havia um ar de misericórdia e compaixão, como podemos ver neste trecho: “A execução foi marcada para hoje às duas horas da tarde; o dia amanheceu sombrio e parece casar-se com as idéias melancólicas, que naturalmente me assaltam ao continuar a presente narração”.⁴⁵

O tom do tratamento neste artigo, que é um dos últimos a noticiar a trajetória de Manuel da Motta Coqueiro, se refere ao fazendeiro de forma menos agressiva. O condenado recebe um ar de mártir quando se relata que antes de ser executado, ele disse: “... eu perdôo a todos do fundo de meu coração”. O narrador finalizou seu artigo escrevendo: “Deus o julgue”.

⁴⁴ *Idem*. 08 mar.1855. p. 1

⁴⁵ *Idem*

3. Manuel da Motta Coqueiro e a pena de morte na imprensa de 1877

Passados quase 23 anos da execução de Motta Coqueiro, sua imagem reapareceu nos jornais a partir da declaração de um suposto moribundo que confessou a um padre ser o autor do crime:

[...] achando-se um homem nos paroxismos da morte revelara ao padre que se achava à sua cabeceira, prestando-lhe os socorros espirituais, ter sido o autor dos assassinatos que levaram ao patíbulo, em nome da lei, Motta Coqueiro e mais três infelizes em 26 de agosto de 1855[...].⁴⁶

Em 1877, o caso Motta Coqueiro recebeu um tratamento diversificado em relação aos anos de 1852 a 1855, período em que ocorreu o assassinato da família de Francisco Benedito e os julgamentos de Motta Coqueiro, Florentino, Faustino e Domingos. Os jornais desses anos apontavam Motta Coqueiro como mandante do crime. Contavam e recontavam a tragédia que abateu a família de Francisco Benedito e noticiavam o andamento do processo e julgamento de Motta Coqueiro e de seus co-réus. Já em 1877, com toda a discussão acerca da abolição da pena de morte, a imprensa começou a expor outra visão da condenação de Motta Coqueiro e seus companheiros de sentença. Os jornais discutiam possíveis irregularidades ocorridas no julgamento e na sentença dos réus. Motta Coqueiro transformou-se em vítima do sistema judiciário da época. Os jornais de 1877 declaravam que Manuel da Motta Coqueiro foi morto com requintes de crueldade. Seu castigo foi maior do que estava previsto pelas leis da época:

Quando Motta Coqueiro ficou pendente na forca a corda se arrebentou e o desgraçado caiu no chão, onde foi estrangulado, à mão pelo carrasco, que achando-se em dificuldades para exercer dessa forma seu ofício, prolongou tanto esse ato de selvageria que (afiançam-nos) o Sr. Dr. Velho Silva, para lhe por termo, ordenou que deitasse terra na boca do paciente para terminar!!⁴⁷

Nos jornais de 1855 a descrição da morte de Motta Coqueiro era mais amena. O fazendeiro, antes de sua execução, segundo um artigo publicado no *Diário do Rio de*

⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 dez.1877. p.1

⁴⁷ *Aurora Macaense*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 dez.1877. p. 1

Janeiro de 08 de março de 1855, perdoou toda a cidade e em seguida foi simplesmente enforcado, cumpriu-se a lei como deveria.

Em relação ao processo de Motta Coqueiro e seus co-réus: Faustino, Flor e Domingos, o jornal *Aurora Macaense* diz que foi um amontoado de erros. As testemunhas foram contraditórias e não existiam provas. No processo havia mais seis suspeitos, escravos de Motta Coqueiro: Alexandre, Fidélis, Carlos, Peregrino, Sabino e Guilherme. Estes escravos, embora pronunciados no processo, não foram julgados. O jornal ainda apontou mais irregularidades no que diz respeito à petição de graça do escravizado Domingos:

[...] Ao Poder Moderador nunca subiu petição de graça do pobre preto que preso na fortaleza de Santa Cruz, não lhe nomearam curador para impostar esse recurso, e passados oito dias depois da intimação da sentença certificou-se a não apresentação, mandando se executar a pena [...].⁴⁸

Além da falta da petição de graça para Domingos, o jornal trabalhou com a hipótese de falha do julgamento. Houve sete votos para o fato principal (assassinato da família) e 9 e 10 votos para as circunstâncias agravantes. Ou seja, Domingos foi condenado pelos fatores agravantes e não pelo assassinato.

O caso Motta Coqueiro tornou-se uma bandeira pela abolição da pena de morte, que foi discutida a partir do julgamento do fazendeiro:

Que exemplo para a opinião pública, que exemplo para os julgadores! E que apelo à humanidade e à justiça para arrancar códigos do mundo civilizado essa herança dos séculos incultos e bárbaros:
A pena de morte!!!⁴⁹

No dia 16 de dezembro de 1877, a *Gazeta de Notícias* publicou um artigo intitulado “Assassinatos Jurídicos”. Neste texto, o caso Motta Coqueiro foi amplamente discutido. O artigo é iniciado com uma transcrição do *Aurora Macaense*:

É doloroso que tenhamos de registrar nos nossos anais judiciários um fato tão entristecedor e que mais uma vítima de um funesto erro judiciário tenha de comparecer, envolta no seu sudário, ante à justiça da posteridade

⁴⁸ *Aurora Macaense*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1877. p.2

⁴⁹ *Aurora Macaense*. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 dez.1877. p.1

reclamando não a reparação da afronta e da injustiça sofrida, porque a pena a que foi sujeita é de natureza irreparável, mas ao menos a reabilitação moral da sua memória [...].⁵⁰

A vítima “envolta no seu sudário” é Manuel da Motta Coqueiro. O artigo comenta que o assassinato judiciário a que o fazendeiro foi submetido, não afetou só a ele, e sim a toda sua família, e gerações posteriores foram prejudicadas. É proposta a reabilitação da memória deste condenado. Manuel da Motta Coqueiro e seus co-réus não receberam o perdão do Poder Moderador no ano de 1855, por isso acabaram no patíbulo. Passados quase 23 anos de suas mortes, o perdão de D. Pedro II era a execução da justiça, segundo um artigo do *Jornal da Tarde*, transcrito na *Gazeta de Notícias* de 11 de dezembro de 1877. O mesmo artigo pede que todos lamentem o engano dos juízes, letrados e de toda a população, e que o caso Motta Coqueiro servisse de lição:

-Juízes! Lembrai-vos de Motta Coqueiro!

E façamos votos para que o legislador brasileiro se convença enfim de que as penas irreparáveis não podem figurar no código de uma nação civilizada e católica.⁵¹

A maioria das notícias referentes a Motta Coqueiro em 1877, discutia e defendia o fim da pena capital, tanto que muitas vezes esses artigos eram intitulados: “*A Pena de Morte*”. Podemos exemplificar este argumento com um artigo do jornal *Rezendense*, que trata do caso Motta Coqueiro. O texto relembra que há mais de vinte anos ocorrera a execução do fazendeiro, sem haver prova alguma de ser este o mandante do crime. Além desta colocação o jornal faz uma crítica de maneira geral da pena última:

[...] em rigor não justificava a pena capital, inscrita ainda no nosso código, bem como nos das demais nações civilizadas para protestar contra essa pretendida civilização, que mata em vez de punir, extingue em vez de corrigir.⁵²

O jornal *Rezendense* fez uma retrospectiva dos fatos publicados em dezembro de 1877, envolvendo Motta Coqueiro e a pena de morte. Comentou também o telegrama

⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1877. p. 2

⁵¹ *Jornal da Tarde*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 dez.1877. p.1

⁵² *Rezendense*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 dez.1877. p. 1

expedido do município de São João da Barra, que comunicou o falecimento de um homem que confessara o assassinato da família de Francisco Benedito, publicado no jornal *Aurora Macaense*, e citou a publicação do folhetim *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, pela *Gazeta de Notícias*, elogiando o trabalho, que era “uma narrativa cheia de interesse para todos os que estimam a vida do próximo e submetem-se verdadeiramente aos princípios eternos da justiça.”.⁵³ Além da recomendação da leitura do folhetim, fazia o seguinte comentário sobre a pena de morte:

[...] é crime tirar a vida a seu semelhante, necessariamente em um momento de alucinação, crime é e muito maior tirá-la a sangue frio sob pretexto de castigá-lo, cercando ainda esse ato selvagem e cruel de um aparato tão repugnante que dele só podem fazer ideia os que por infelicidade o tem testemunhando.⁵⁴

O assunto pena de morte permeará o anúncio do folhetim escrito por José do Patrocínio. Será também fator de intriga com possíveis envolvidos na execução de Manuel da Motta Coqueiro, como o Dr. Velho da Silva, apontado como juiz suplente, que presidiu a sentença do réu. Tudo começou com um artigo do *Aurora Macaense*, transcrito pelo jornal *Gazeta de Notícias* de 10 de dezembro de 1877. O artigo tratava das execuções de Motta Coqueiro, Florentino, Faustino e Domingos. É registrado ali, que o Dr. José Maria Velho da Silva era o juiz suplente do município de Macaé no momento da execução dos réus:

A esta execução presidiu o Dr. José Maria Velho da Silva, como juiz municipal suplente, e muita gente existe nesta cidade que assistiu a esse horrível ato, em que se deram episódios mais terríveis ainda do que os previstos e determinados pela lei.⁵⁵

No artigo é declarado que o juiz atuou com requintes de crueldade na morte de Coqueiro. A corda arrebentou quando o sentenciado estava no patíbulo, assim o carrasco começou a estrangulá-lo com as mãos. O juiz, vendo que já se passava muito tempo, mandou o carrasco colocar terra na boca de Coqueiro para matá-lo com mais rapidez.

⁵³ *Idem*

⁵⁴ *Idem*

⁵⁵ *Aurora Macaense*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 dez.1877. p.1

Em 12 de dezembro de 1877 é publicada nos jornais *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *Jornal da Tarde* a carta do Dr. Velho da Silva, respondendo ao artigo do *Aurora Macaense*. O Dr. Velho da Silva registrou em sua carta que a intenção de quem escreveu o artigo sobre a execução de Coqueiro, dizendo que ele, Dr. Velho, presidiu tal execução com selvageria, era de incriminá-lo e prejudicá-lo; e completou:

Uma calúnia de tal horribilidade, depois de vinte e cinco anos, é fato que bem poucas vezes terá acontecido, é ele tão inverossímil que repugnou ao próprio escritor, pondo entre parêntesis- (afiançam-nos). Não quis tomar a si toda a glória do invento.⁵⁶

O Doutor Velho afirma que não presidiu a execução do fazendeiro, mas sim o Sr. Desembargador Lima e Castro, “*então juiz municipal de Macaé...*” Mas que este seria incapaz de cometer as atrocidades descritas no *Aurora Macaense*. Ainda em sua carta, o Doutor Velho colocou em dúvida a existência do moribundo que nos paroxismos da morte, confessara ser o autor dos crimes que levaram Motta Coqueiro ao patíbulo. Fez também comentários sobre o julgamento do fazendeiro. Escreveu que quem o presidiu foi o Sr. João José de Almeida Couto, desembargador da Bahia. Mostra opinião contrária aos jornais da época que levantaram erros judiciários. Relatou que todas as questões foram discutidas durante os três dias seguidos de julgamento, e que o processo foi devidamente aquilatado pelo Poder Moderador.

Em resposta à carta do magistrado, o jornal *Aurora Macaense* escreveu um artigo onde é declarado que o nome do Dr. Velho da Silva apareceu acidentalmente no artigo que suscitou toda essa discussão. O interesse maior da publicação era a abolição da pena de morte. Porém, o jornal tentou provar com documentos a veracidade do que fora dito no artigo do dia 10 de dezembro de 1877. Apresentou um documento referente à execução de Domingos:

Julgo terminada e concluída a execução da sentença que condenou à morte o preto Domingos, escravo de Manuel da Motta Coqueiro. Faça-se ao meritíssimo Sr. Dr. Juiz de direito da comarca a participação ordenada

⁵⁶ *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 12 dez.1877. p.3

pelo art. 408 do regulamento de 31 de janeiro de 1842. Macaé, 4 de julho de 1855. (assinado) José Maria Velho da Silva.⁵⁷

Além deste trecho de documento, o *Aurora Macaense* seguiu apontando irregularidades no julgamento dos réus. Usou como exemplo o julgamento de Domingos, onde o júri deu 7 votos para o fato principal e 9 e 10 votos para circunstâncias agravantes. Além desta injustiça, Domingos não pôde enviar sua petição de graça ao Poder Moderador, pois estava preso na fortaleza de Santa Cruz e não lhe nomearam um curador.

3.1 Discussão entre os jornais: processo Motta Coqueiro

No artigo intitulado “A Pena de Morte”, o jornal *Aurora Macaense* expôs a execução de Manuel da Motta Coqueiro como injusta. Além disso, considerava o processo irregular:

O processo de Motta Coqueiro, não é processo, é um montão de irregularidades e atropelos.
Examinamo-lo. Do depoimento das testemunhas, contraditórias quase todas, nada se depreende, prova nenhuma sobressai.
Motta Coqueiro, nem mesmo foi assassinado pela lei, foi morto pela opinião pública [...].⁵⁸

Apesar da comoção causada pelo retorno do assunto Manuel da Motta Coqueiro, existiam divergências entre as opiniões dos jornais, como podemos verificar em um texto do *Jornal da Tarde*, transcrito na *Gazeta de Notícias* do dia 11 de dezembro de 1877. Com o mesmo título da matéria anterior do *Aurora Macaense*: “A Pena de Morte”. O artigo era iniciado com elogios a D. Pedro II e a sua filha princesa Isabel. Concordava que Motta Coqueiro poderia ter sido vítima da opinião pública, mas não que seu processo havia sido uma sucessão de erros: “No que, porém, não estamos de acordo com a folha macaense é quanto ao caráter atropelado, irregular, que supõe ter havido no processo desse infeliz”.⁵⁹ O jornal *O Globo* comentou o mesmo artigo do *Aurora Macaense*, concordando em parte,

⁵⁷ *Aurora Macaense*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1877. p.2

⁵⁸ *Idem*. 10 dez. 1877, p.1

⁵⁹ *Jornal da Tarde*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1877. p.1

mas acreditava haver divergências em alguns comentários do segundo jornal, preferindo não citá-los: “E neste ponto o ilustrado colega da *Aurora Macaense* fiou-se de informações levianas e fez acusações que retiramos do seu artigo por julgá-las injustas e pouco prudentes”.⁶⁰

A *Gazeta Popular de Macaé* apresentou sua opinião sobre o caso, e elogiou o empenho do jornal *Gazeta de Notícias*, que enviou a Macaé o jornalista José do Patrocínio:

Toda imprensa jornalística bem organizada presta imenso serviço à causa pública adotando o expediente que agora tomou a *Gazeta de Notícias* - ter um redator em toda a parte para estudar diretamente as questões que interessam nossa aspiração de povo civilizado.⁶¹

Neste mesmo artigo, o Jornal *Gazeta Popular* além de elogiar a *Gazeta de Notícias*, criticava o *Aurora Macaense* por citar o nome do Doutor Velho da Silva, como sendo o juiz que presidiu a execução do réu Manuel da Motta Coqueiro.

Embora ocorressem divergências entre os periódicos de 1877, quando o assunto era a execução de Manuel da Motta Coqueiro, esses jornais tinham um argumento em comum: todos eram favoráveis à abolição da pena de morte. Inclusive a discussão estendeu-se até para as notícias internacionais, como no *Jornal do Comércio* do dia 1º de novembro de 1877, que publicou a notícia de uma execução nos Estados Unidos de um homem negro chamado Perry Davis:

Perry subiu ao cadafalso com firmeza; no rosto denunciava a contrição da sua consciência; e quando nos degraus do patíbulo, entre a vida e a morte, lhe leram a sentença que o condenava à pena capital, afirmou que era justa essa sentença. [...].⁶²

Perry foi condenado à morte por ter assassinado um agente policial. Um padre negro fez uma oração antes da sentença e perguntou ao réu se ele gostaria de dizer algo, Perry disse então querer cantar. O sentenciado começou a cantar um hino e mais de mil pessoas negras o acompanharam. Quando finalizaram a canção, Perry foi executado. Apesar de o

⁶⁰ *O Globo*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 dez.1877. p. 2

⁶¹ *Gazeta Popular de Macaé*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez.1877. p.1

⁶² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 01 nov.1877. p.3

condenado ter assumido a autoria do assassinato, o tom usado na notícia não era de crítica ao sentenciado, mas de solidariedade.

O *Diário do Rio de Janeiro* do dia 20 de dezembro de 1877 também trouxe uma notícia de sentença de morte. Esta notícia foi retirada de um jornal estrangeiro e teve outro desfecho. Foi registrado que um homem casou-se por dinheiro e tinha uma amante. Deixou sua esposa na casa do irmão e passou a morar com uma jovem de 19 anos. Passado algum tempo sua consorte, ainda aos cuidados de seu irmão, adoeceu e faleceu. O marido, o cunhado, a cunhada e a amante do marido foram julgados, pois constatou-se que a mulher morrera de fome. Foram todos condenados à morte. Contudo, um jornal publicou um artigo no qual se insinuava que não havia provas suficientes para a condenação e a sentença era muito dura. A partir disso, vários jornais seguiram o exemplo:

Outro jornal retomou o assunto, repetindo a mesma opinião; e depois, outro, outro e outro. Imediatamente a opinião agita-se, os jornais começam a publicar cartas, que em uma argumentação cerrada e sagaz, provavam a falta de provas do homicídio; depois alguns advogados escreveram censurando a marcha do processo, cheio de nulidades; logo sacerdotes, membros do parlamento, mulheres, mães de famílias, de todas as partes da Inglaterra, cada um o seu ponto de vista, com os seus argumentos especiais, censurando a condenação e enfim, coisa grave, os médicos começam a declarar que os sintomas apresentados do exame do cadáver não eram da morte por fome, mas tubérculos no cérebro [...].⁶³

Houve uma reviravolta na sentença graças à imprensa. Este artigo mostrou o grande poder que a imprensa possuía na formação de opinião. A ação dos jornais acarretou na comutação da pena de morte para os quatro réus. O próprio artigo do *Diário do Rio de Janeiro* finaliza o texto com a frase: “*O que pode a imprensa!*”⁶⁴

É perceptível que antes do folhetim de Patrocínio ser publicado, o assunto que permearia o romance estava sendo amplamente discutido: a pena de morte. Os jornais da corte e jornais locais publicavam diversos artigos a respeito do assunto. Havia notícias estrangeiras e nacionais sobre a pena capital. Mas a mais discutida era sempre o caso Motta Coqueiro. Os jornais, na maioria das vezes, expunham a trajetória do processo Motta

⁶³ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 dez.1877. p.2

⁶⁴ *Idem*

Coqueiro, seu resultado e a aparição de um culpado da morte da família de Francisco Benedito, mais de 20 anos após a execução de Coqueiro. Entre essas e outras notícias, começou a surgir o anúncio do folhetim escrito por José do Patrocínio, *Motta Coqueiro ou a Pena de Morte*:

Chegou ontem a esta corte um nosso companheiro de redação, que foi expressamente a Campos, Macaé e outros pontos colher dados seguros sobre o celebre processo MOTTA COQUEIRO.

O público, que tanto se impressionou com a transcrição que fizemos de um artigo da Aurora Macaense, mal imagina que peripécias interessantes, que enredado romance precederam o crime que levou ao patíbulo um chefe de família, de quem agora, ao cabo de vinte e tantos anos, um moribundo proclama a inocência. [...].⁶⁵

A *Gazeta de Notícias* apresentava o romance como um relato de toda a verdade sobre a história de Francisco Benedito e Manuel da Motta Coqueiro. O jornal começou a publicar notícias de outros periódicos que faziam comentários do folhetim:

Coube-nos o prazer de hospedar por dois dias um dos ilustrados redatores daquele importante jornal que se publica na corte.

O Sr. J.C do Patrocínio viaja por interesse de sua saúde e por outros não menos dignos de consideração.

Toda a imprensa jornalística bem organizada, presta imenso serviço à causa pública adotando o expediente que agora tomou a *Gazeta de Notícias* – ter um redator em toda parte para estudar diretamente as questões que interessam nossa aspiração de povo civilizado.[...]

Estudados, porém certos fatos nos lugares em que eles se deram, ouvidos gregos e troianos sobre eles e, feita a digestão de toda a massa de coisas que afirmam e de coisas que destroem a sua importância, pode o jornalista consciente estabelecer enfim um critério limpo de dúvidas à luz do qual julgue os casos. [...].⁶⁶

Como vemos neste artigo, a apresentação do folhetim não é explícita, mas é clara a intenção de dizer que a obra foi escrita a partir de um fato verídico, documentado e, minuciosamente pesquisado por seu próprio criador. O *Diário do Rio de Janeiro* também deu sua contribuição nos dias 22, 23 e 24 de dezembro, fazendo anúncio do romance-folhetim publicado pela *Gazeta de Notícias*:

⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 dez.1877. p.1

⁶⁶ *Gazeta Popular de Macaé*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1877. p.1

A Gazeta de Notícias começou anteontem a publicação de um folhetim original do Sr. J. Patrocínio [...]

Levando em vista aduzir mais um argumento contra a pena de morte, é uma generosa ação a da Gazeta de Notícias.⁶⁷

Em 31 de dezembro foi publicado na *Gazeta de Notícias*, um artigo do *Rezendense* que abordava o folhetim de Patrocínio. O periódico relatava que a *Gazeta de Notícias* enviara um dos redatores para recolher dados sobre o crime que levou à execução de Motta Coqueiro. A pesquisa resultou no romance-folhetim *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Havia no artigo o seguinte comentário sobre a obra: “[...] uma narrativa cheia de interesse para todos os que estimam a vida do próximo e submeteram-se verdadeiramente aos princípios eternos da justiça [...]”.⁶⁸

O *Rezendense* segue o artigo, tecendo mais elogios à atitude da *Gazeta de Notícias* por apresentar sua contrariedade à pena capital através de seus textos e do desenvolvimento de um romance a partir do assunto:

“Recomendando, pois aos nossos assinantes a *Gazeta de Notícias*, julgamos cumprir um dever sagrado, tanto mais porque estamos de acordo com os que pensam que a sociedade não tem direito de tirar o que não pode restituir.”⁶⁹

Concluindo, podemos verificar que o romance de José do Patrocínio foi visto como uma bandeira contra a pena capital. Além disso, o assunto pena de morte foi muito abordado próximo à sua publicação. Talvez a discussão sobre o assunto, tenha sido uma espécie de *marketing* da obra publicada na *Gazeta de Notícias*. Prova desta afirmação é que a publicação do romance se dá no mesmo período da publicação de vários artigos sobre a pena de morte e o condenado Manuel da Motta Coqueiro.

Jornais franceses do século XIX também utilizavam o recurso do fato verídico para promover o folhetim e assim atrair mais leitores. O romance *Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, foi anunciado pelo periódico que o publicou como parte das “impressões de viagem do escritor”. A obra teve sua primeira parte editada entre 28 de

⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 24 dez.1877. p.1

⁶⁸ *Rezendense*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 dez.1877. p.1

⁶⁹ *Idem*

setembro de 1844 a 18 de outubro do mesmo ano, no *Journal des Débats*. A segunda parte veio a público em 31 de outubro. Em 20 de dezembro o *Journal* publicou uma carta do autor de *Monte Cristo*, dirigida a seu redator; o escritor explicava o atraso da segunda parte do trabalho e continuava: “Monte Cristo não é um romance, mas uma história cuja fonte encontrei nos arquivos da polícia. Ora foram necessárias muitas pesquisas para agora acompanhar as andanças de nosso herói em Paris [...]”.⁷⁰

Assim como foi divulgada a justificativa de Alexandre Dumas pela demora da segunda parte do romance, ocorreram discussões anteriores à publicação do romance *Motta Coqueiro e A pena de morte*, tais como a abolição da pena de morte, artigos sobre a execução de Coqueiro, nomes dos juristas envolvidos e cartas de repostas, utilizados como recursos para atrair o leitor e manter o público atento à história do fazendeiro.

Em toda essa forma de manter a atenção do leitor, existe algo curioso. Vimos ao longo deste primeiro capítulo a preocupação dos jornais em chamar a atenção do leitor. Os artigos do ano de 1852 que apresentamos eram quase literatura. Eram escritos para tocar no âmago do leitor. As notícias daquele período possuíam um viés de folhetim, cada dia apresentava-se uma novidade sobre o caso Motta Coqueiro.

Havia melodrama nas descrições das notícias, como a da família encontrada mutilada em um canto da casa, as crianças indefesas que foram mortas brutalmente; verdadeiros monstros sem piedade invadiram o lar de uma família de colonos. Inclusive uma notícia recebeu o título de “Caso Horrroso”, na qual se relatava que cães e aves rodeavam a casa pelo forte odor exalado dos corpos em decomposição.

Em sua tese de doutorado *Novelas Sangrentas: literatura de crime no Brasil. (1870-1920)*, Ana Porto discute a importância da publicação das histórias de crimes para os jornais. Essas histórias eram de interesse geral; eram importantes para o editor do jornal porque vendia mais, e para o leitor que procurava emoção cotidiana.⁷¹ Porto cita em sua tese Brito Broca, que afirmava que em meados do século XIX, o romance folhetim era leitura indispensável ao público, pois ainda “não se explorava o sensacionalismo da reportagem policial, o romance-folhetim oferecia ao leitor a emoção cotidiana que ele hoje

⁷⁰ MEYER, Marlyse. *Folhetim, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.62

⁷¹ PORTO, Ana Gomes. *Novelas Sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas. 2009, p.3

procura nos crimes e assassinatos [...]”.⁷² Percebemos desta forma o caminho tomado pelos jornais que noticiavam a chacina da família de Francisco Benedito, procuravam apresentar as notícias em torno do caso explorando o sensacionalismo para seduzir seus leitores.

Os artigos que abordavam o caso Motta Coqueiro também nos reportam aos *fait-divers*: “uma história extraordinária transmitida em forma romanceada, num registro melodramático”.⁷³ Talvez os autores desses artigos não tivessem a intenção de imitar os *fait-divers*, porém produziam um tom folhetinesco em suas notícias e procuravam chamar a atenção de seus leitores para o caso e assim, claro, vender mais jornais.

Notícias do ano de 1855 receberiam um tom melodramático menor do que as de 1852, já que o assunto era a execução do fazendeiro culpado pelas mortes. Porém, de vilão, Coqueiro transformou-se em um mártir. Antes de sua execução tornou-se um próprio Jesus quando declarou, segundo uma carta de pessoa “fidedigna”, antes de morrer: “Eu perdôo a todos.”

⁷² BROCCA, Brito. *Apud*: PORTO, Ana Gomes. *op. cit.*

⁷³ MEYER, Marlyse. *op. cit.* p. 98

CAPÍTULO II

ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

1. O folhetim

O romance de José do Patrocínio foi publicado pela primeira vez em folhetim entre os dias 22 de dezembro de 1877 e 03 de março de 1878 no jornal *Gazeta de Notícias*. A obra foi editada em 47 dias, apresentando vários intervalos curtos entre um folhetim e outro. Não havia dias específicos da semana para a publicação do romance-folhetim, porém houve menos publicação aos domingos e às sextas-feiras.

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos a história abordada por José do Patrocínio sob o olhar da imprensa de 1852-1855 e do processo-crime contra o fazendeiro Manuel da Motta Coqueiro. Dessa forma, já sabemos que o romance de Patrocínio tem como base fatos reais. Este dado terá uma grande influência em sua construção e até mesmo na forma como a obra será divulgada.

Marlyse Meyer, em seu livro *Folhetim uma história*, nos apresenta o nascimento do folhetim e seu desdobramento analisando o gênero em relação a cada momento histórico de sua produção e colocando em evidência as três fases do romance-folhetim e suas respectivas características. O foco do estudo de Meyer é o que ela denomina folhetim-folhetinesco. Esta modalidade possui várias características que a diferenciam entre os romances, quais sejam: boas condições de cortes na narrativa, redundâncias, suspense, melodrama, vinganças, reviravoltas, aspectos inverossímeis, sentimentalismo, intromissão do autor etc. A partir desses dados, analisaremos o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* a fim de verificar até que ponto a obra de José do Patrocínio encaixa-se na modalidade do folhetim folhetinesco.

2. O melodrama

O melodrama fazia muito sucesso nos teatros parisienses do século XIX. Esta modalidade explorava situações mirabolantes e patéticas. Geralmente as histórias giravam em torno da vítima, do vilão e do herói. A vítima causava a piedade do público, o vilão causava dano à vítima, assim inspirando horror e revolta, enquanto o herói vingava a vítima e provocava a admiração do público. Essas referências são transferidas para o folhetim e podemos encontrá-las no romance de José do Patrocínio.

O romance é iniciado pelo capítulo chamado *A força*, em que o fato abordado é o dia da execução de Motta Coqueiro. O condenado é descrito fisicamente e psicologicamente e também se fala do comportamento das pessoas que assistiam a sua execução. Há uma cena de característica melodramática, quando o réu é encaminhado ao patíbulo e as pessoas manifestam-se:

Motta Coqueiro, desfigurado e trêmulo, ao ouvir gritos que anunciavam a sua chegada, com a voz entrecortada disse ao sacerdote:

- Aconselhe-lhes, meu padre, que não zombem de quem vai morrer.

- Perdoa-lhes, meu irmão; é chegado o transe verdadeiro; exclamou o sacerdote para o sentenciado.

- Peça a Deus por nós, meu padre.

E caminhou, seguro no braço pela calosa e rude mão do carrasco.

A poucos passos levantavam-se os dois esteios negros que sustentavam a máquina monstruosa da justiça humana.⁷⁴

O aspecto melodramático encontra-se na vitimização do condenado. Enquanto Coqueiro caminha rumo ao patíbulo, há os espectadores da situação. Esses espectadores começam a participar do acontecimento, pois gritam e zombam do condenado, tornando-se cruéis. Quanto ao padre, tenta amenizar a dor do réu pedindo sua compreensão em relação à atitude das pessoas que estão na praça para acompanharem sua morte. O padre utiliza uma frase que lembra outra, de cunho bíblico, dita por Jesus no momento de sua crucificação, “Perdoa-lhes, pai, eles não sabem o que fazem”. Depois dos insultos sofridos, a vítima

⁷⁴ PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 dez.1877. p.1

encontrará seu carrasco. O narrador descreverá minuciosamente a execução de Coqueiro. O pregoeiro leu a sentença e então:

O negro instrumento da morte, depois de conchegar à cabeça encarapinhada o gorro vermelho, e experimentar com violentos puxões a segurança das algemas do preso, tomou-lhe o capuz, que lhe pendia nas costas, e com ele cobriu-lhe o rosto.

Passou a desenroscar a corda da cintura do padecente e ajustar-lhe o baraço ao pescoço. Feito isto, conduziu o desventurado para uma pequena escada posta entre o tablado e a trave; assentou-o em um dos degraus [...].

Escarranchando-se na trave, ágil inclinou-se e segurando-se nela com um braço, com o outro empurrou violentamente o padecente, tirando de improviso a escada de sob ele. O sentenciado fixou suspenso pela corda, esperneando, agitando os braços amarrados e balançando como enorme pêndulo.

Deixando então a primitiva posição, o carrasco, voltando para a multidão, segurou-se com as mãos robustas nas traves e pendurou-se no ar.

Em um dos vaivens dados pelo corpo do sentenciado, os pés do carrasco alcançaram os ombros daquele [...].⁷⁵

Nessa descrição da morte de Manuel Motta Coqueiro, não há o herói, como ocorre nos melodramas tradicionais. O primeiro capítulo, *A força*, acaba no dia 25 de dezembro de 1877, com os amigos do réu recolhendo seu corpo para ser enterrado em uma cova, pois, do contrário, seria sepultado em uma vala comum por ser um sentenciado.

Não só a morte de Coqueiro possui aspectos melodramáticos. O romance apresentará outros momentos com vítimas. Há mais mortes e uma cena de estupro. A vítima é uma jovem donzela chamada Mariquinhas, uma das filhas de Francisco Benedito, dona de uma grande beleza e de outras qualidades. Transcrevemos o momento da violência:

Um tosco e mal limpo candeeiro bruxuleava ao lado de Mariquinhas, como se tentasse apagar-se para não dar lugar a que um olhar profano se atrevesse a devassar tamanhas perfeições.

Pé ante pé o feitor aproximou-se e parou junto da adormecida. [...]

Ao primeiro beijo, seguiu outro e ainda outro, até que menos pela grosseria do atentado do que pela suscetibilidade do pudor, a moça despertou sobressaltada.

Ao ver de joelhos o seu amante, ela que não podia adivinhar a torpeza de que ele era capaz, não teve uma queixa a vibrar-lhe, mas antes uma carícia para perdoá-lo.

⁷⁵ *Idem*

[...]

O seu plano de sedução malogrou-se, era mister levar a cabo o segundo: o da violência.

Levou a mão à cinta; estava desarmado; voltou então para junto de Mariquinhas e, travando-lhe o punho, disse-lhe com um acento que a fez tremer:

- Uma palavra mais, e eu que te estimo como um doido, arranco-te a língua como um malvado. Olha que já há noites que eu penso nisto; enforcuem-me depois; mas eu hei de chamar-te minha hoje, já...

Uma palavra mais e... esta casa tem armas e no meu pulso há força.

- Para que há de ser mau pra mim; murmurou Mariquinhas, que esperava abrandá-lo pela humildade.

Foi porém um novo incitamento. De chofre Manuel João apertou sobre os lábios de Mariquinhas a sua mão vigorosa, enquanto com o braço, que lhe passava à cinta em um esforço brutal, fazia vergar-lhe o corpo delicado.

O candeeiro, talvez pela agitação do ar durante a luta, deixou de iluminar a sala.⁷⁶

O estuprador é o feitor da fazenda de Coqueiro, Manuel João. Apaixonado por sua vítima, o feitor era correspondido. Mariquinhas demonstrava-lhe grande afeto e até sonhava em casar-se com ele, mesmo em desacordo com sua família, já que era branca e Manuel João, mestiço. O amor de Mariquinhas existiu até a noite de sua violação; depois do fato, transformou-se em mágoa e rancor.

Entre outras cenas melodramáticas do romance, destacamos o momento em que a família de Francisco Benedito é assassinada. Um desconhecido entra na casa da família, enquanto todos dormem. Acorda o filho mais velho, leva-o para fora do domicílio e o assassina no quintal. Em seguida, dirige-se ao quarto dos pais, amarra Francisco Benedito e mata sua mulher, que antes de morrer diz ao assassino: “Mate-nos, se tanto deseja, mas poupe nossos filhos, que não lhe fizeram mal nenhum.”⁷⁷ Mas o assassino continua seu intento:

O monstro riu-se e à proporção que, posto um joelho sobre o estômago e arqueada a mão sobre a garganta da infeliz estrangulava-a cinicamente, dizia entre dentes:

- Eu não esperaria tanto tempo para vingar-me se bastasse tão pouco sangue. Irão todos, um por um, desde o menor até o maior. [...]

⁷⁶ *Idem.* 15 jan.1878. p.1

⁷⁷ *Idem.* 18 jan.1878. p.1

O agregado apenas podia soltar gemidos abafados. O monstro arrastou-o até a sala de visitas.

[...]

Por sua vez as três crianças acordadas vendo o velho pai estendido por terra, e o homem de má catadura caminhar para elas, choravam, pedindo-lhe que não as matasse.

- Berra, corja miúda, berrarás em vão. As portas estão fechadas, e a estas horas não passa viva alma pela estrada.

Pegou então na menor das três crianças, empurrando as outras que, de joelhos e agarradas à irmãzinha, pediam por ela[...]

Depois cravou-lhe na garganta as unhas de fera, balançou-a no ar e atirou-a ao lado do angustiado pai[...]

- Por istozinho, disse ele apontando o cadáver, nem valia a pena incomodar-se um homem; porém era uma víborazinha que ficava. Vamos às outras.

[...]

Com violento empurrão a menina foi estirada ao chão, e o demônio do ódio levantado o pé, bateu-lhe em cheio nas costas. Uma golfada de sangue espadanou e foi cair sobre o agregado, e mais uma vítima foi imolada a uma vingança de causa desconhecida.

[...] A menina de onze anos foi então arrastada pelo monstro [...]

A lubricidade veio então misturar-se à ferocidade.

Houve um instante de silêncio, durante o qual o pudor da menina, quase desfalecida, foi posto a tratos pelo facínora.

[...]

A faca do assassino sumiu-se na região torácica da indefesa menina, e duas vezes mais cravou-se-lhe no seio.

Quando a vítima não dava mais sinais de vida, o monstro passou pelos beijos a lâmina ensanguentada e disse demoradamente:

- Oh! Como é tão doce e cheiroso o sangue dos teus. Devias amar muito a tua mulher, amigo Francisco, para que tivesses filhas tão bonitas.

[...]

É preciso que venham tomar a benção a seu pai antes que se separem dele, disse o monstro; eu quero ser bom para vocês.

[...]

Uma foiçada desfechada nas têmporas do agregado, pôs termo ao seu inenarrável sofrimento [...].⁷⁸

A longa citação nos mostra a brutal vingança contra Francisco Benedito. Vingança esta que não é explicada no romance. O que se evidencia na narração é que o assassino esperou sua vítima constituir família, e ter muitos filhos. Assim a vingança seria maior, pois este tinha intenção de matar a todos. O criminoso atua com requintes de crueldade, a ponto de zombar de suas vítimas. Ameaça estuprar uma criança de 11 anos, em seguida a

⁷⁸ *Idem*

mata. Tenta violar mais uma vítima, desta vez uma adolescente, porém não obteve êxito. O desconhecido assassino, que terá seu nome revelado ao final do romance, mata todos os filhos de Francisco Benedito diante de seus olhos. Ateia fogo nos corpos das vítimas, como uma tentativa de ocultação.

Com estes exemplos analisados, percebemos que no romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* não existe a figura permanente do vilão, vítimas e herói, e sim, momentos em que alguns personagens adquirem aspectos destas figuras. Entretanto, não deixa de apresentar cenas melodramáticas, pois há excesso de sofrimento, muitas vezes caminhando para o patético, como na descrição da morte da família de Francisco Benedito, quando a mãe da família pede ao assassino que poupe seus filhos.

3. O estereótipo

As personagens em *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* circulam pelo romance caracterizadas por sua raça, idade e condição social. Muitas vezes suas ações são previsíveis. Aqui encontramos o estereótipo: existe uma divisão de comportamentos, de acordo com sua condição, e isso faz com que muitos possuam aspectos pré-determinados, divididos entre personagens brancas e negras. As personagens brancas, principalmente as mulheres, são revestidas de beleza, bondade e ingenuidade. Já as negras ou mestiças, independente do sexo, compõem um quadro de tipos caricaturais, são más e feias; os sentimentos que as permeiam são o ódio, o rancor, o ciúme e a inveja. Em suma, brancos e negros contrastam entre si. Como exemplo, apresentaremos a personagem Chiquinha, uma das filhas de Francisco Benedito:

Um dia, ao chegar ao porto, Chiquinha estava lavando. O sol revestia-lhe de um anacardino intenso as faces graciosamente túmidas. Os cabelos negros como os frutos da baraúna, reunidos em duas tranças, que cingiam a cabeça pequena, afofavam-se em duas pastas, arqueadas sobre as têmporas.

Entre suas mãos delicadas alvejava uma peça branca de roupa, sobre a qual a moça inclinava-se metida dentro do rio. A posição curva, que

tomara, deixava ver pela altura do colo umas saliências pontiagudas, que faziam lembrar a forma dos pêssegos.⁷⁹

Chiquinha tem cabelos tão negros que lembram frutos da baraúna, os seios são também comparados a frutas. É uma mulher desejada por um personagem chamado Sebastião, o violeiro, que a admira, mas não a toca, pois Chiquinha é pura como a peça branca que tem entre as “mãos delicadas”. Chiquinha é um tipo – mulher branca, linda, pura e intocável. Entretanto, em um momento da narrativa, esta personagem é seduzida por Sebastião e acaba engravidando, mas nem por isso perde sua pureza:

A delicadeza do amor pedia-lhe que se calasse, o melindre do pudor acovardava-a, mas o perigo da sua posição de filha-família exigia que ela fizesse o sacrifício e desvendasse dos olhos de Sebastião o futuro que a esperava.⁸⁰

Contrastando com toda essa pureza, temos a personagem Balbina. Apesar de sua grande importância no romance, Balbina tem como destaque aspectos negativos. Esta negatividade apresenta-se em sua descrição física e depois passa para a psicológica. Embora recebesse o respeito de todos os escravizados da fazenda, era vista como uma ameaça por conhecer os segredos das ervas e dominar até mesmo as serpentes.

Essa característica do escravo feiticeiro que domina as serpentes, também está presente no romance *Vítimas- Algozes* de Joaquim Manoel de Macedo. Onde há um personagem chamado Pai-Raiol:

[...] assobiou por duas vezes (Pai-Raiol) imitando os silvos das serpentes; em breve acudiram uma depois de outra três cobras ameaçadoras; o negro fixou os olhos sobre elas, segurou junto da cabeça em uma que se enrolou em seu braço [...] ameigou-a, tirou-a do braço, guardou-a no seio [...].⁸¹

Pai-Raiol é um escravizado temido por todos. Sua característica física é descrita também de forma negativa, seu corpo é maior do que suas pernas, é estrábico e tem uma

⁷⁹ *Idem*. 26 e 27 dez.1877. p. 1

⁸⁰ *Idem*. 24 jan. 1878. p.1

⁸¹ MACEDO, Joaquim Manuel de.(1869). *As Vítimas-algozes*. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000124.pdf>. Acesso em: 30 set.2009.p.46

fenda no lábio superior, deixando a mostra seus dentes⁸². Tinha a fama de envenenar a quem não o agradasse, ou fosse um empecilho para seus objetivos. Através desses exemplos, poderíamos considerar a personagem Balbina como um tipo, pois representa um modelo da escrava feiticeira.

Há outros estereótipos, como Manuel João, que é mestiço, e por isso recebe caráter dúbio, capaz até mesmo de violentar seu grande amor. Ou ainda Carolina, a escrava lasciva, que contrasta com as filhas de Francisco Benedito, Chiquinha, Mariquinhas e Antonica, que são brancas e possuem nobreza de caráter.

4. Suspenses e Ganchos

Vamos analisar mais dois aspectos do romance folhetim na obra de Patrocínio: o suspense e o gancho. O romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* era dividido em 14 capítulos e foi publicado em 47 dias. Entre um folhetim e outro existiam suspenses e ganchos, porém de forma tímida. No primeiro capítulo foram utilizadas várias vezes essas técnicas, contudo os outros capítulos possuíam a aparência da edição em volume. Como exemplo do folhetim-folhetinesco, o tradicional com ganchos e suspenses; damos o primeiro número do folhetim, onde a cidade de Macaé, apresentada quase que personificada, está fora do seu cotidiano:

No dia 26 de agosto de 1855 dir-se-ia que uma inesperada mudança se havia efetuado, trocando-se repentinamente os papéis entre si.

Ao passo que as vagas erguiam os colos azulados a rosear-lhe a orla branquicenta do colorido de uma serena madrugada, a cidade já acordada enchia-se de sussurros próprios da reunião popular.⁸³

Esta agitação deve-se ao fato vivenciado: a execução de Manuel da Motta Coqueiro. Mais adiante encontramos diálogos entre os personagens que acreditam em sua inocência e os que defendem sua culpa. O primeiro número do folhetim, referente ao dia 22 de dezembro de 1877, terminará a narração no momento em que o sino da igreja Matriz dobra e alguns dizem: “Lá vem ele, lá vem ele!”. Pode-se dizer que neste trecho existe um

⁸² cf. *op.cit.* p.42

⁸³ PATROCÍNIO, José do. *op.cit.*. 22 dez.1877. p.1

pequeno suspense, já que se deixa em aberto quem vem. O gancho do dia seguinte é a manifestação popular que acontece na aparição do condenado:

Os gritos que, avassalando o sussurrar perene da multidão, como que chumbaram os pés de Seberg ao chão da praça, sobreexaltavam cada vez mais os espíritos.

Os vários grupos dispersos puseram-se em desordenado movimento. Cada qual queria chegar primeiro ao ponto dando os gritos partiram. Os mais moços corriam rapidamente, e as senhoras idosas cambaleando aqui e acolá [...].⁸⁴

O tempo apresentado no folhetim do dia 23 de dezembro ainda será o dia da execução do fazendeiro. Neste existem discussões sobre o fato de Coqueiro ser ou não mandante do crime. No meio destas discussões haverá muitas interferências do narrador, que dará sua opinião sobre a pena de morte. O folhetim do dia 23 possui um ápice; está chegando alguém que poderá salvar Coqueiro da morte certa:

Divulgou-se que pessoas fidedignas tinham visto chegar a toda brida um cavaleiro. Acrescenta-se que o recém-chegado era campista e desconhecido do lugar.

Podia bem ser mais um curioso, mas também podia ser o portador do perdão, visto que o segundo defensor de Motta Coqueiro era residente em Campos, e prometera salvar o seu cliente a todo custo [...].⁸⁵

O folhetim do dia 23 caminha para o seu fim e não se desvenda quem é o misterioso cavaleiro de Campos, ao contrário, dá-se mais uma possibilidade de salvação do réu. Esta salvação poderia ser uma trapaça – a corda do sentenciado seria embebida de aguarrás – assim, arrebentaria quando o réu fosse enforcado. Se o fato ocorresse, o fazendeiro seria salvo, pois “a bandeira de Misericórdia seria colocada sobre Coqueiro e os seus amigos impediriam que a execução se renovasse”.⁸⁶ Algumas pessoas presentes ao evento ficam indignadas com essas duas possibilidades de salvação do réu. O folhetim finalizava ao som do clarim anunciando a saída do cortejo que acompanharia o fazendeiro até o cadafalso.

⁸⁴ *Idem*. 23 dez.1877. p.1

⁸⁵ *Idem*

⁸⁶ *Idem*

O gancho do dia 24 é ainda a saída da tropa que conduziria o réu até uma igreja para a realização da missa antes de sua morte. Além da tropa, havia homens que faziam parte da irmandade da Misericórdia. Estes entraram no meio da multidão para recolher o óbulo do sentenciado. Ao aproximar-se do fim, no folhetim do dia 24 de dezembro surge um homem desesperado, desejoso de falar com o juiz. Este homem passa por entre a multidão e entra no templo, quando seu olhar encontra com o de Coqueiro, que “fitava no desconhecido um olhar profundo, em que se misturava a súplica e a repreensão”.⁸⁷ O sacerdote que acompanhava Motta Coqueiro se sensibiliza com o encontro do homem desconhecido e o condenado, e parece ter entendido o que ambos segredavam:

Comovido por esta cena, o sacerdote, inclinando-se para o padecente, disse-lhe como se desejasse não ser ouvido por mais ninguém:

- Há entre vós ambos um segredo sagrado; eu não o quero perscrutar. Resta-me apenas absolver-vos, meu irmão, em nome de Deus.

- Oh! Obrigado, exclamou o sentenciado, que não pôde mais conter as lágrimas, e fitou os olhos amortecidos na imagem silenciosa do Cristo.⁸⁸

O folhetim do dia 25 finaliza o primeiro capítulo, que não acaba em suspense, mas com uma cena triste. Após a execução de Coqueiro, seus amigos o levam em um caixão. O segundo capítulo, “O sítio de Macabu”, não possui gancho, pois começará em um *flashback* dos fatos que levariam Motta Coqueiro ao patíbulo. Inicia-se com a descrição do sítio, da senzala e da natureza do local. Remete ao trabalho escravo e ao modo como o cativo se vestia. Descreve como a família de Francisco Benedito passou a morar na fazenda de Manuel Coqueiro e cita a relação de amizade entre a família do fazendeiro e do agregado. A partir deste capítulo, passamos a conhecer alguns personagens fundamentais para a trama, como Manuel João, o feitor; Sebastião Pereira, o violeiro; Vianna, dono da venda; as três filhas mais velhas de Francisco Benedito, causa de intrigas; além do inspetor André e o subdelegado Oliveira, muitas vezes citados no processo.

A partir deste capítulo, será comum que não haja suspense e nem ganchos entre um número e outro. Isso é o que podemos constatar entre os dias 26-27 e 28 de dezembro. O número referente aos dias 26-27 de dezembro (o jornal neste dia possuía as duas datas)

⁸⁷ *Idem*. 24 dez.1877. p.1

⁸⁸ *Idem*

termina com o narrador dizendo que Sebastião tinha interesse por uma das filhas de Francisco Benedito, por isso sentia grande pena da família. Enquanto o folhetim do dia 28 inicia sem gancho. Já se fala de outros personagens: Vianna e Antonica, manifestando-se assim a construção do romance em volume.

Saltemos para outro momento do romance. O folhetim referente ao dia 8 de janeiro de 1878 termina com uma conversa entre Viana, Manoel João e Sebastião. Sebastião planeja seduzir uma das filhas de Francisco Benedito e anuncia sua intenção, mas Manoel João não concorda. O feitor vai embora, Viana fica desconfiado e diz a Sebastião:

“- Aquele demônio é bem capaz de perder-nos.

- Não pense nisto, respondeu Sebastião, aquilo é um covarde.”⁸⁹

O folhetim que segue é o do dia 10 de janeiro, iniciando o capítulo IV: “A Execução de um plano”. O gancho existe no próprio título do capítulo. Apesar de se ter iniciado outro capítulo, há uma continuidade da história. O feitor sai da reunião de amigos e volta para o sítio de Motta Coqueiro.

Para finalizar esta análise vejamos mais trechos do romance que possuem aspectos do folhetim folhetinesco, como do dia 17 de janeiro de 1878, que acaba com um suspense: um encontro entre Mariquinhas e Manuel João. O feitor pede perdão à sua amada por tê-la molestado, esta não aceita e vai embora. Manuel João pensa em segui-la, porém neste momento passa a escravizada Balbina com um feixe de gravetos. No dia 19 de janeiro temos o gancho. Balbina não só soube do encontro, como também escutou a conversa entre o feitor e sua vítima:

Balbina tinha ouvido quanto era bastante para compreender que um ato de violência tinha sido cometido pelo feitor contra a moça e Manuel João por sua vez convenceu-se de que a feiticeira estava de posse de seu segredo.⁹⁰

O número anterior acaba em um ápice, e o número subsequente traz informações para sanar a curiosidade do leitor, porém esta forma de prender o leitor não ocorre sempre na obra de Patrocínio. Seu romance apresenta, pois, aspectos do folhetim folhetinesco, bem como os do romance em volume.

⁸⁹ *Idem*. 08 jan. 1878. p.1

⁹⁰ *Idem*. 19 jan. 1878. p.1

5. Os personagens

A obra de José do Patrocínio, como já dito anteriormente, foi escrita a partir de um fato verídico; deste modo, alguns personagens são baseados em pessoas que fizeram parte daquela história ocorrida entre 1852-1855. Neste trabalho foi feito um levantamento de personagens que aparecem no processo-crime e na imprensa. Em suma, nossa proposta é mostrar como o romancista utilizou dados reais e os alterou em sua ficção.

Como primeiro exemplo, apresentaremos o escravizado Domingos, propriedade de Motta Coqueiro. Seu nome está presente no processo, na imprensa e no romance. Domingos é interrogado no dia 23 de novembro de 1852. Em relação ao crime que lhe fora imputado, defendeu-se da culpa, dizendo não ter participado. Disse também que já impedira o escravizado de nome Fidélis atirar no filho de Francisco Benedito dias antes do extermínio da família, fato este citado no romance. No interrogatório, Domingos acusa Coqueiro de ser o mandante do crime porque Fidélis o havia informado sobre o caso. Na imprensa, o escravizado aparece como o último acusado das mortes a ser capturado:

Anteontem foi preso nesta cidade e recolhido à cadeia, em virtude das diligências da autoridade policial, o preto Domingos de nação, escravo de Manoel da Motta Coqueiro implicado na horrorosa carnificina de Macabu.⁹¹

Como podemos ver, a prisão do Domingos é noticiada no dia 07 de novembro de 1852, enquanto a de Coqueiro é apresentada no dia 02 de novembro de 1852, em um artigo intitulado “*Dedo de Deus*”. No romance consta que o escravizado fora preso no mesmo momento que Flor e Faustino: “Não demorou muito que fossem presos Florentino Silva, Faustino Silva e Domingos, mas o principal criminoso parecia zombar de todas as pesquisas.”⁹²

Domingos aparece citado em outras obras que abordarão a tragédia ocorrida com a família de Francisco Benedito, e a terrível consequência para Coqueiro e seus co-réus. No livro de Antão de Vasconcellos, *Evocações - Crimes Célebres em Macaé*, o escravizado é

⁹¹ *Monitor Campista*. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1852. p. 2

⁹² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1877. p.1

apontado como inocente, pois declara que no dia da chacina estava alugado em Campos, trabalhando em uma padaria de um homem chamado Viana. Antão diz que Domingos fora condenado no lugar de um escravo que participara do crime e foi atirado no rio Macabu. Assim escreve Vasconcellos: “Esse preto subiu ao cadafalso como um herói, foi o último dos três e eu a todos vi enforçar!”.⁹³ Vasconcellos ainda narra como foi a execução de Domingos. Durante o caminho para o patíbulo o escravizado clamava ser inocente. Segundo o autor, que diz haver presenciado o fato, Domingos, ao chegar próximo ao equipamento que o mataria, desabafou: “Se eu sou inocente, como estou dizendo, aí não hei de morrer: - hei de cair vivo!”.⁹⁴ Assim a profecia concretizou-se, nos informa o autor, pois Domingos, depois de enforcado e dado como morto, começou a mover-se e voltar a si, desta maneira o carrasco pegou um punhado de terra e introduziu-o na boca e nariz de Domingos com um pedaço de pau.

Quanto ao personagem do romance de Patrocínio, este é apresentado como um homem de caráter nobre, tanto que suas ações eram parecidas com as de um cão fiel ao seu dono. Na obra, Domingos parece ser bem mais velho do que nos é apresentado no processo:

Era um caráter nobre o do preto Domingos. A resignação tornava-lhe simpático o rosto chato e feio. Amadureceram-lhe os anos e até certo ponto a própria severidade do seu senhor o instinto da obediência. Tinha a fidelidade do cão, e a passividade da besta de sela. Investia contra os que atacavam a casa grande e os brancos, e resfolegava e recuava diante do abismo de perversidade dos seus parceiros, que muitas vezes tinha-se-lhe aberto diante, atraindo-o com sugestões iníquas.⁹⁵

No romance é citada uma fraude em relação à pena de Domingos; o narrador diz que as circunstâncias agravantes tiveram o número de votos superior ao que confirmava o crime. Há outra situação: o personagem Domingos não faz sua petição de graça, pois perdera o prazo de oito dias. Este fato também é registrado na imprensa do ano de 1877, um dia antes da publicação do romance de José do Patrocínio, em um artigo em que se discutia a pena de morte:

⁹³ VACONCELLOS, Antão de. *Crimes Célebres em Macaé*. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar, [1911] p.

⁶⁹

⁹⁴ *Idem*

⁹⁵ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 07 jan. 1878. p. 1

[...] ao Poder Moderador nunca subiu petição de graça do pobre preto que preso na fortaleza de Santa Cruz, não lhe nomearam curador para imperar esse recurso, e passado os oito dias depois da intimação da sentença, certificou-se a não apresentação e mandando se executar a pena [...].⁹⁶

Diferente da obra de Antão de Vasconcellos, que nos apresenta o escravizado sendo o último executado, na obra de Patrocínio a execução de Domingos é a primeira entre os réus:

No dia 23 de junho de 1855, o cortejo fúnebre da justiça recreava a expectativa geral da cidade de Macaé.

Um dos réus do bárbaro assassinato da família de Francisco Benedito ia subir à forca.

A vítima chorava e caminhava quase arrastada pelo carrasco e a população comentava desapiadamente este horror da morte.

-Olha o negro, dizia-se; pensava que o dinheiro do senhor havia de livrá-lo, [...]

- Sabes? Ouvi ainda pouco e de pessoa muito séria [...]

- Então conta essa novidade.

- Dizem que o Domingos ao sair da cadeia disse para o padre que, se ele é inocente, a corda há de arrebentar.

[...]

A escada foi logo retirada, o desventurado ficou suspenso pelo baraço, mas seu corpo, impelido pelo carrasco, pouco tempo oscilou e foi logo cair no solo.

[...]

-Está salvo, está salvo, este era inocente.

[...]

- Ora valha-o Deus, Sr. Luís de Souza, mais de cem pessoas estão prontas a jurar que Domingos caiu vivo, e que o carrasco pôs-lhe terra à boca para asfixiá-lo.⁹⁷

O personagem Domingos é um homem íntegro e coerente, diferente daquele descrito na imprensa: o possível assassino. Ainda no romance, há uma passagem na qual Fidélis, o feitor, vai até o mandiocal de Motta Coqueiro juntamente com outros escravos, entre os quais encontrava-se Domingos. Ao chegar à plantação, os escravizados deparam-se com o filho de Francisco Benedito, Juca de Oliveira roubando mandioca. Fidélis não atira em Juca, pois Domingos o impede: “Quando o feitor levou a arma ao ombro, um pulso

⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1877. p. 2

⁹⁷ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 26 fev. 1878. p.1

vigoroso havia prendido o cão da espingarda e assim impedira o tiro. Tal movimento de prudência efetuou-o o preto Domingos [...]”⁹⁸

Domingos comenta que não quer mais acompanhar Fidélis naquela área:

“- Fidélis, eu não quero mais vir trabalhar com você nestes lugares, você acaba dando trabalhos ao meu senhor.”⁹⁹

Este fato está presente no processo, porém neste documento, Domingos relata que Fidélis comunica ser ordem de Coqueiro: matar o filho de Francisco Benedito. Outra personagem inspirada em uma escravizada é Balbina. Seu nome aparece no processo-crime contra o fazendeiro. Ela fora interrogada pelas autoridades, e sempre depôs contra Motta Coqueiro. No romance, a personagem mantém esta mesma posição. Os dados do interrogatório apresentados na ficção são semelhantes aos do processo:

Não foram encontrados no sítio nem Motta Coqueiro nem muitos dos seus escravos, e pelo depoimento da preta Balbina, a quem conseguiram verificou-se ainda que os escravos ausentes eram justamente os denunciados por ela como instrumentos do mandante, Fidélis, Alexandre, Carlos, Sabino, Peregrino e Domingos. [...].¹⁰⁰

No processo, Balbina cita quatro escravizados como autores do crime: Carlos, Alexandre, Domingos e Fidelis. Já no romance, ela acrescenta mais dois nomes: Sabino e Peregrino. A Balbina personagem sente ódio dos brancos e existe uma explicação para esse sentimento: a escrava, outrora, cuidava do filho caçula de Motta Coqueiro; dessa forma vivia na casa grande e acabava recebendo regalias. Todavia, em um certo momento, por ter sido acusada de feitiçaria, a escrava foi castigada e transferida para o eito. Balbina, a partir deste fato, quis vingar-se de seu senhor, conseguindo seu intento quando foi convocada para depor sobre a morte da família de Francisco Benedito: declarou, então, saber que Motta Coqueiro havia sido mandante dos crimes:

Balbina jurou que sabia que o seu senhor tinha mandado matar a família de Francisco Benedito pelos seus parceiros Fidélis, Alexandre, Carlos e Domingos, e sabia porque tinha ouvido ao fazendeiro perguntar no

⁹⁸ *Idem*, 05 fev. 1878. p. 1

⁹⁹ *Idem*

¹⁰⁰ *Idem*, 21 fev. 1878. p. 1

corredor aos escravos se tinham morto a todos. A morte foi feita em um domingo, e o senhor chegara ao sítio na véspera. Com os escravos não tinha ido pessoa forra, e a senhora achava-se na cidade.”¹⁰¹

A personagem Balbina terá um grande destaque no romance; através dela serão apresentados o ambiente da senzala, as vestimentas dos escravizados, a religiosidade e os castigos que recebiam. Balbina tinha trinta e poucos anos, era Cabinda e possuía um grande poder sobre seus companheiros de eito:

Era um preta alta, corpulenta, de olhos maus, injetados de sangue, nariz grosso e beiços túmidos.

Atava-lhe a cabeça um lenço de chita vermelha com frisos brancos, e vestia-se até a cintura uma camisa branca de algodão trançado, e daí até os tornozelos salientes uma saia da mesma fazenda.

Era cabinda e chamava-se Balbina. Havia pouco tempo que se achava no sítio entre os escravos de Motta Coqueiro, entretanto a sua autoridade sobre eles era maior do que a de seu senhor.

Ouviam-na como a um oráculo e as suas ordens eram atendidas como se fossem decretos [...].¹⁰²

Apesar de sua grande importância no romance, Balbina destaca-se pelos aspectos negativos. Esta negatividade apresenta-se em sua descrição física e psicológica. Embora recebesse o respeito de todos os escravizados da fazenda, era vista como uma ameaça por conhecer os segredos e os poderes contidos nas ervas:

Diziam que ela tinha nas suas mãos a vida e a morte de todos, e para dá-los bastava apenas um olhar ou um assopro.

No eito, tinham-na por vezes visto chegar-se junto às cobras adormecidas, ou enraivecidas, e enxotá-las. Os répteis fitavam-na, agitavam as línguas e as caudas, tomavam mesmo a atitude de dar o bote, mas de chofre acovardavam-se e corriam amedrontadas à voz da negra que lhes ordenava a retirada imediata.¹⁰³

No processo temos a informação de que a escravizada tem 38 anos e é de nação Cabinda, como registra-se no romance. No livro de Godofredo Tinoco, onde se encontra a transcrição do processo-crime de Coqueiro, há outras informações em relação a esta

¹⁰¹ *Idem*. 23 fev. 1878. p.1

¹⁰² *Idem*. 04 jan. 1878. p. 1

¹⁰³ *Idem*

escravizada. O autor nos diz que Balbina era mulher de Fidélis e amante de Manuel João, características e relações bem diferentes daquelas apresentadas na obra de José do Patrocínio:

Desenvolta nas explicações, nas descrições e nas conclusões, não sabia de quem era escrava; mulher de Fidélis, a quem acusa frontalmente, omite as relações clandestinas com Manuel João, bem assim o fato por este referido, de ter sido a expedição punitiva organizada na sua própria casa, oculta completamente do fato de ter sido encontrada na sua casa a caixa de roupas furtada na casa das vítimas [...].¹⁰⁴

Manuel João, homem citado como amante de Balbina neste texto, é o feitor dos escravizados de Coqueiro no romance, e é apaixonado por umas das filhas de Francisco Benedito. Sentia-se inferior a sua amada por ser mestiço:

Acreditava mesmo que seria uma loucura, ele, pobre feitor de roça, e demais disso homem de cor, ir afrontar os escrúpulos da família, quando Mariquinhas era tão bonita e fácil lhe era escolher um marido entre os robustos moços trabalhadores dos arredores [...].¹⁰⁵

O feitor possui um caráter dúbio, e é descrito no romance como um homem rude e feio:

Seu caráter modelado pelo tipo indígena tinha a cor do jenipapo; seus olhos grandes, à flor das pálpebras orladas de sobranceiras negras, lançavam olhares ásperos, amplos e incisivos. Por sob o cheio buço ondeavam-lhe em horas de ternura uns sorrisos atoleimados embora através de duas linhas de dentes claros. As suas mãos eram calosas demais para ameigarem-se numa carícia, e o porte desenvolvido ostentava a musculatura rija e abundante do homem de trabalho.¹⁰⁶

Toda sua composição era grosseira, até mesmo seu sorriso era o de um tolo. Sua compleição robusta não servia para carícias, somente para o trabalho. O narrador quase o descreve como um animal à venda: dentes e musculatura. Também são apresentados seus aspectos psicológicos: “Os preconceitos haviam-no por várias vezes esmagado, porque

¹⁰⁴ TINOCO, Godofredo. *Motta Coqueiro. A grande Incógnita*. Rio de Janeiro: São José. 1966. p. 101

¹⁰⁵ PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1877. p. 1

¹⁰⁶ *Idem*. 02 jan. 1878

pertencia à raça mista, à raça a que traçam raias ao coração e aos afetos”.¹⁰⁷ Esta afirmação será concretizada quando o feitor violar Mariquinhas. Ele a ama e a admira, porém, devido a “seu caráter duvidoso”, estupra-a, acabando com a possibilidade de uma futura união conjugal como sonhava a moça:

Esse feixe facetado e iriante de ilusões desatou-o brutalmente o feitor na noite em que, acicatado pela lubricidade, três vezes covarde, atirou-se como fera esfaimada sobre a candura, o amor e a fraqueza de Mariquinhas.¹⁰⁸

Nesta passagem existe uma oposição entre Manoel João e Mariquinhas. Enquanto ele é movido pela lubricidade, ela é movida pelo amor e candura. Manoel João desejava vingança, pois após o estupro sofrido, Mariquinhas o rejeitava. O feitor acreditava que essa rejeição advinha de uma paixão por outro homem, o fazendeiro Motta Coqueiro. Assim o feitor revela em uma conversa com o assassino da família:

- Pois saiba que é mais do que uma dor, é uma desgraça. A filha do nosso inimigo venceu-me, fiz-me seu escravo [...] Houve um dia de loucura na minha vida, porém quis pagá-lo com grande amor que tenho àquela mulher e no entanto, ela fugiu-me como a um cão danado.
- Foi então que você decidiu-se matá-la, expondo-se à justiça. Criança! O ódio precisa de crescer, reforçar-se [...].
- O mais cruel é que eu penso que é por um outro que ela me despreza. Este é rico e forte; pode tudo e insultou-me e correu-me. Oh! Se ele há de pagar-me!¹⁰⁹

O feitor não foi capaz somente de violentar a mulher amada; sua má índole foi além, uniu-se ao anônimo assassino da família de Francisco Benedito. Na ficção, participou indiretamente da morte daquela que poderia ser sua consorte. No processo, Manuel João depõe contra Manuel da Motta Coqueiro, relatando que o fazendeiro pediu-lhe que entregasse uma quantia em dinheiro a Faustino, um dos condenados pela morte da família de Francisco Benedito. O pagamento seria pela execução da família. Diz que soube do assassinato através dos escravizados Carlos, Fidelis, Alexandre e Domingos; e que os

¹⁰⁷ *Idem*. 02 jan. 1878

¹⁰⁸ *Idem*. 17 jan. 1878. p. 1

¹⁰⁹ *Idem*. 17 fev. 1878. p. 1

mesmos lhe disseram que o mandante fora Motta Coqueiro. Declarou também ter visto os referidos escravos na noite do crime armados com espingardas, foices, catanas e paus. Presenciara tal movimento, pois estava “atrás de uma preta”, no conjunto de senzalas da fazenda de Coqueiro.

No romance, Manuel João é amante de Carolina, porém não há registro no processo e nem na imprensa sobre o relacionamento íntimo entre ambos.

Era uma crioula de dezesseis para dezessete anos, exalando sensualidade dos olhares maliciosos e através do crivo da camisa branca.

Desde que Manuel João empregara-se como feitor no sítio de Motta Coqueiro, íntimas relações foram travadas entre eles. Separados durante o dia em virtude de suas posições, ela – escrava do eito e ele – feitor, reuniam-se à noite na igualdade do amor e ceavam juntos entre risos e carícias.¹¹⁰

Carolina, apesar da pouca idade, já seduzia e tinha seu amante. Ao contrário das personagens brancas que foram enganadas ou forçadas pelos seus namorados, Carolina cedia por livre e espontânea vontade. Quanto ao seu aspecto físico, não é muito explorado no romance, mas existem algumas passagens que abordam uma ou outra parte de seu corpo:

Enquanto bebia, a crioula fitava de soslaio o seu amante, e o seu colo, negro como as penas do anum, arfava larga e tumidamente [...].

Manuel João tinha-se inclinado para Carolina e os seus lábios quase roçavam os grossos lábios da amante, quando se pôs de pé, de um salto como se uma força oculta o houvesse repellido.¹¹¹

A personagem descrita acima não recebe elogios; pelo contrário, é a representação literária da negra lúbrica. Carolina está presente no processo. No primeiro interrogatório diz ter 20 anos de idade e declara ser escrava de Coqueiro, além de acrescentar:

que o seu senhor, na segunda-feira, mandou quatro escravos matar a Francisco Benedito e toda a sua família e atacar fogo na casa, mas nesse dia não fizeram as mortes por não poderem conseguir nesse dia e que o dito Coqueiro mandou no domingo à noite pelos mesmos escravos fazerem as mortes e nesse dia eles fizeram as mortes [...].¹¹²

¹¹⁰ *Idem*. 02 jan. 1878. p. 1

¹¹¹ *Idem*

¹¹² TINOCO, Godofredo. *op. cit.* p. 69

No sumário, Carolina aparece com 16 a 17 anos, faz o mesmo relato sobre quem cometeu o crime, porém muda a forma de como soube de tudo. Há outro documento onde Carolina é elencada: no inventário. Neste registro, seu nome aparece entre a “avaliação de escravos e mais objetos existentes”. É referida como uma escrava doente de asma, com a idade de 18 anos e valendo 500\$000, valor baixo em relação aos outros escravizados de sua faixa etária, que custavam entre 1.200\$000 a 1.500\$000.

O romance apresenta uma testemunha como personagem, este é Sebastião Correia Batista. No processo tem 42 anos, é solteiro e trabalha como carpinteiro; sua cor consta como sendo parda. Ele acusa Coqueiro como sendo mandante do crime que exterminou a família de Francisco Benedito. Na ficção, Sebastião é um violeiro e parece ser mais jovem do que a testemunha apresentada no processo: “Sebastião Pereira, robusto rapaz que morava perto das terras de Coqueiro, é muito conhecido pela perícia em tocar viola e cantar desafio [...]”.¹¹³

No romance, Sebastião era um dos conquistadores das filhas de Francisco Benedito. Seu alvo era Chiquinha, a filha mais velha da família. Sua intenção não era das melhores com a moça. Ele tinha um plano: seduzir as filhas de Francisco Benedito, juntamente com seus companheiros Viana e Manoel João. Segundo ele, desta forma, as moças não se envolveriam com o fazendeiro Motta Coqueiro:

Estavam sós. Sebastião Pereira, depois de acender o cigarro, convidou os dois companheiros para debaixo de uma mangueira, e começou a falar.
- Vocês me conhecem e eu lhes conheço. Aqui o Viana está pelo beijo com a Antonica e o mestre Manuel João arrasta a asa à Mariquinhas. [...]
- Eu cá, se a Chiquinha não for minha, não há de ser de mais ninguém [...].
- Vocês não ignoram que o malvado do capitão tem maus fins com aquela gente; vamos, pois, acabar com isso. [...]
- E o que havemos de fazer? Perguntou Viana.
- Escutem: o Chico há de ter percebido que nós gostamos das filhas; vamos lá hoje; eu peço a Chiquinha e vocês, se houver vaza, falam logo a ele de estucha.
- Mas nós não podemos casar, já, resmungaram Manoel João e Viana.
- E quem foi que disse que vocês casassem?
[...].¹¹⁴

¹¹³ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 26 e 27 dez. 1877. p. 1

¹¹⁴ *Idem.* 29 dez. 1877. p.1

Ao longo do romance Sebastião seduz Chiquinha, que engravida, e ambos fogem para reparar a honra da moça. Motta Coqueiro chega a exprimir uma opinião negativa sobre Sebastião. Após o pedido de casamento de dois dos pretendentes das filhas de Francisco Benedito, o pai das moças vai à casa de seu compadre pedir conselhos, e assim Motta Coqueiro fala o que sabe de Sebastião: “[...] O Sebastião tem umas terras, mas não as cultiva e não gosta de trabalhar. A vida dele é fados e namoros. Eis o que tenho a dizer; o compadre é livre, faça o que entender”.¹¹⁵

Patrocínio cria um personagem a partir de um dos acusados pela morte da família de Francisco Benedito. Este é Florentino, que no período do interrogatório tinha 30 anos e era viúvo. No processo disse que esteve na casa de Coqueiro entre os dias 11 e 12 de setembro para vender uma posse de terras na Serra da Agulha. Não efetuou a venda ao fazendeiro, pois o mesmo dizia estar doente. Apesar de acusado, afirmou não estar envolvido no assassinato da família de Francisco Benedito. No romance, Florentino Silva, como é identificado, pede a Motta Coqueiro um emprego e também deseja vender ao fazendeiro uma posse de terras em um lugar chamado serra dos Olhos d’Água. Ele consegue o emprego e a confiança de Motta Coqueiro, mas não efetua a venda. Ainda na ficção, Florentino é apontado por Francisco Benedito como participante do ataque anterior às mortes, feito pelos escravos de Motta Coqueiro:

“- E creio que não vinham sós, acrescentou o denunciante, porque se não me engano ouvi quando os malvados se retiraram, as vozes de Faustino Silva e do Flor.”¹¹⁶

Diante deste comentário, o inspetor André, ouvinte da queixa de Francisco Benedito, diz não acreditar que Flor estivesse envolvido com tal ataque:

“-Ainda o Faustino vá lá, porque é capaz de mais, porém Flor, causa-me espanto; é tão metido consigo e nunca houve desordens com ele.”¹¹⁷

Depois que ocorre o assassinato da família de Francisco Benedito, Flor alerta Motta Coqueiro que as autoridades haviam sido avisadas sobre as mortes, e que sua situação complicava-se, pois todos apontavam-no como principal culpado:

¹¹⁵ *Idem*. 31 dez. 1877. p.1

¹¹⁶ *Idem*. 16 fev. 1878

¹¹⁷ *Idem*

- E o que tenho eu com isso? respondeu Motta Coqueiro.
- Antes nada tivesse, seu capitão; mas estão a dizer que a gente de Francisco Benedito foi morta por ordem de vosmecê, soluçou Florentino Silva.¹¹⁸

Porém o crime seria mais tarde atribuído também a Florentino:

“Assim, pois, o inspetor redigiu a parte do crime, imputando-o a Motta Coqueiro, na qualidade de mandante, aos seus escravos, Faustino Pereira da Silva e Florentino Silva como autores.”¹¹⁹

Florentino aparece várias vezes na imprensa como acusado. Temos como exemplo um comunicado da Secretaria de Polícia que relata o recebimento de um ofício do delegado de Campos sobre a prisão de Coqueiro, Faustino e Florentino:

[...] Acham-se, portanto presos três dos principais indigitados autores de tão atroz delito, Florentino da Silva, por automasia - o Flor-, Faustino Pereira da Silva, conhecido por Juca Faustino - e Manoel da Motta Coqueiro.[...].¹²⁰

Outro acusado de participar da morte da família de Francisco Benedito está presente em *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, este é Faustino. Seu nome é citado no interrogatório de todas as testemunhas. Também foi preso e interrogado. No momento do interrogatório disse que soube por outros que Motta Coqueiro e seus trabalhadores eram autores do assassinato. Faustino está presente na imprensa. Foi noticiada sua captura, sem grandes detalhes, e seu nome seria citado nos jornais, como já vimos ao falarmos de Florentino. No romance, Faustino é apresentado como empregado na fazenda de Motta Coqueiro:

Homem de má nota nos arredores, Faustino guardava, entretanto o aprumo do respeito diante do capitão Motta Coqueiro, a quem dava mostras da maior consideração.
Filho do lugar esteve longos anos fora dele por ter sido condenado a 20 anos de galés, por um assassinato.

¹¹⁸ *Idem*. 20 fev. 1878. p. 1

¹¹⁹ *Idem*. 21 fev. 1878. p. 1

¹²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 out. 1852. p.1

Madrugava-lhe ainda a mocidade quando cometeu esse crime, e a convivência de celerados, combinada com a própria índole, converteu-lhe o coração numa pedra lascada e arestosa, cujo contato feria ou ao menos escoriava.¹²¹

Ainda sobre suas características físicas, temos:

Lia-se-lhe no rosto trigueiro, cercado por uma grossa barba negra, nos olhos mal-encarados, a torpeza de sua alma, e todos que o conheciam terminavam as suas apreciações acerca do novo trabalhador, dizendo: - aquilo sempre é homem que mata os outros por dinheiro.¹²²

No mesmo folhetim há um comentário sobre Faustino, feito por seu irmão Bento Pereira, onde constam as peripécias de Faustino ao fugir de uma fortaleza no Rio de Janeiro. A aventura chega a ser rocambolesca, pois Faustino nadou por várias horas em mar aberto, e assim escapara da prisão. Ao narrar o fato no romance, Bento Pereira até apresenta certa admiração pelo irmão; porém, no processo, Bento aponta Faustino como um assassino.

Há um jovem escravizado chamado Carlos que se tornou personagem também. Foi um dos acusados pela morte da família de Francisco Benedito, porém não temos informações de este ter sido penalizado. Seu nome não é mencionado na imprensa. Carlos foi citado várias vezes nos depoimentos das testemunhas. Todas alegavam que o rapaz participara do assassinato e acrescentavam até que ele fora ferido no momento da chacina; esta informação aparece no depoimento da escravizada Teresa:

- que no dia que fizeram as mortes é que não sabia, porém, viu o escravo Carlos com um lenço amarrado na cabeça que suas parceiras disseram que estava com a cabeça quebrada de quando ele foi às mortes, que o homem quebrou a cabeça do dito Carlos.¹²³

Já no romance, Carlos surge como pajem na casa grande. Servia o jantar do feitor e fazia pequenos serviços como mandar recados, tornando-se informante de Manuel João:

¹²¹ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 17 jan. 1878. p. 1

¹²² *Idem*

¹²³ Godofredo Tinoco. *op. cit.* p. 71

Manuel João levantou-se como quem acorda sobressaltado, mas em vez de assentar-se de novo à mesa, caminhou direito à porta, fechou-a a chave, e depois veio colocar-se ao pé do moleque.

- Oh! Carlos, disse ele; tu queres ganhar uns cobres?

- Se vosmecê me der, eu gosto bem.

- Estão aqui, disse o feitor, que tirava do bolso do paletó uma nota de dez tostões.

Carlos arregalou os olhos e tartamudeou sorrindo:

- Qual é a empreitada, seu Manuel João?

[...]

- O amo, a ama, os meninos e as filhas do Chico Benedito foram passear hoje de tarde...

- Sim, senhor [...]

- [...] O amo ficou com sá Chiquinha e os outros vieram andando, não é?

- É sim, eu logo vi que havia de dar na vista.

- O quê? [...]

- Não houve nada, não senhor; mas é que é feio.¹²⁴

Na obra, Carlos aparece ferido tal qual no processo, porém o momento do ferimento foi outro: um ataque dos escravizados de Motta Coqueiro contra a família de Francisco Benedito, em represália à emboscada sofrida por Motta Coqueiro. Assim, durante o assalto, onde não houve vítimas, Carlos foi ferido durante a fuga. O fato está presente em um diálogo entre Balbina e Carolina:

-antes não dissessem, mas Carlos contou-me que tinha ouvido na venda. Vosmecê bem sabe que ele hoje não trabalhou, porque está com o pé destroncado por um jeito que deu ontem de noite, quando foram à casa de seu Chico.

- Quem? Ele foi...

- Com Fidélis, Peregrino e Alexandre. O filho de seu Chico arrumou uma cacetada em Alexandre e eles correram para defender o outro. No pulo que deu, Carlos destroncou o pé.¹²⁵

As autoridades policiais do período do crime contra a família de Francisco Benedito estão também no romance, é o caso do inspetor de Quarteirão André Ferreira dos Santos, que tem seu nome registrado na obra de Godofredo Tinoco, *Motta Coqueiro, A grande incógnita*, onde há a transcrição de partes do processo. Um comunicado datado de 15 de

¹²⁴ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 02 jan. 1878. p.1

¹²⁵ *Idem.* 17 fev. 1878. p. 1

setembro de 1852, de autoria do inspetor de Quarteirão, informou ao subdelegado de Carapebus sobre a morte da família de Francisco Benedito. O inspetor André declarou ao subdelegado que o chefe da família morta o procurou antes da tragédia para denunciar que os escravos de Motta Coqueiro teriam visitado sua casa na noite anterior, onde tentaram atear fogo.

No romance há uma passagem parecida. Depois da emboscada contra Motta Coqueiro, as autoridades não tomaram nenhuma providência contra Francisco Benedito. Assim, os escravizados do fazendeiro vão dias antes da chacina da família ameaçar seu chefe. Francisco Benedito vai até a casa de André Ferreira, que:

[...] sentindo no hálito do queixoso um cheiro pronunciado de álcool, teve
sido bastante para descontar-lhe os exageros descritivos e conseguiu
asserenar-lhe os assanhados temores, chamando em seu auxílio a
galhofa.¹²⁶

O subdelegado Domingos de Oliveira que apareceu na imprensa algumas vezes após o assassinato da família de Francisco Benedito, também virou personagem. Podemos ver seu nome no jornal *O Diário do Rio de Janeiro* de 30 de outubro de 1852, onde foi publicado um comunicado da Secretaria de Polícia relatando as mortes de Francisco Benedito e a prisão de Faustino e Florentino:

A prisão dos dois primeiros, que já tive a honra de comunicar a V. Ex.^a foi
devida aos esforços e diligências do subdelegado de Carapebus,
Domingos de Oliveira, que sem dúvidas é credor dos maiores elogios pela
sua atividade e zelo, assim como são dignas de todo o louvor as
autoridades acima referidas [...].¹²⁷

No romance o subdelegado Oliveira, após a emboscada executada por Francisco Benedito contra Coqueiro, vai até a casa do fazendeiro:

A outra era o subdelegado Oliveira, que a todo galope atravessou o
campo do sítio e, apeando-se precipitadamente à porta da casa

¹²⁶ *Idem.* 10 fev. 1878. p. 1

¹²⁷ *O Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 out. 1852. p. 1

grande, apertou com ambas as mãos as mãos da Sra. D. Maria [...].¹²⁸

No folhetim seguinte, ainda é registrada a visita de Oliveira à casa de Motta Coqueiro:

As melhores e mais tocantes exclamações guardou-as prudente e artisticamente o Sr. Oliveira para o efeito cênico, e deslumbrante quadro final do primeiro ato da tragédia da intriga. Introduzido na sala de visitas, acedeu sem resistência ao convite para passar aos aposentos do fazendeiro.¹²⁹

Em seguida há um grande diálogo entre Coqueiro e o subdelegado, o assunto foi a emboscada cometida por Francisco Benedito contra Motta Coqueiro. Oliveira pergunta por testemunhas ao fazendeiro. E este o informa que elas não existem. Assim, Oliveira sugere que se arranjem pessoas que se passem por testemunhas.

- Ora, meu amigo, acudiu o Sr. Oliveira, V.S. não tem razão para desanimar por tão pouco. A cousa mais simples deste mundo é arranjar testemunhas [...]
- Mas há para mim um embaraço grandíssimo; ainda que o fato seja verdadeiro, as testemunhas serão falsas e desse meio creio que nenhum homem de bem se serviria.¹³⁰

Há uma série de reflexões sobre o uso de testemunhas falsas ou não. Inclusive Coqueiro diz que a sociedade não tem direito de punir a quem não cometeu um delito. Quando o subdelegado vai embora, Coqueiro parece desconfiar dele e diz à sua esposa que até sente repugnância de Oliveira.

6. Manuel da Motta Coqueiro, entre a pessoa e o personagem

Para finalizar a análise da relação entre os aspectos ficcionais e verídicos, compararemos a pessoa Manuel da Motta Coqueiro e o personagem homônimo criado por

¹²⁸ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 10 fev. 1878. p. 1

¹²⁹ *Idem.* 11 fev. 1878. p. 1

¹³⁰ *Idem*

José do Patrocínio. Motta Coqueiro tornou-se conhecido após a morte da família de Francisco Benedito e seu nome foi amplamente divulgado, sendo comparado a *monstro, a fera de Macabu, o indigitado assassino*, conforme vimos no capítulo anterior. Agora citaremos algumas passagens registradas pelos jornais que serão muito importantes e nos ajudarão a visualizar a construção do protagonista do livro.

Os textos jornalísticos que mostraremos neste momento aparecem na obra de Patrocínio de maneira muito similar ao fato real. Como ocorre com o texto publicado no *Diário do Rio de Janeiro* de 8 de março de 1855, que retrata os últimos momentos do condenado e também nos dá uma retrospectiva dos fatos que o levariam ao patíbulo. Abordaremos um trecho do artigo que apresenta a tentativa de suicídio de Motta Coqueiro na madrugada que antecederia a sua execução:

Cumprir notar que o réu, pelas 4 horas e meia da madrugada de hoje, achando-se no tronco, pôde lançar mão de um pequeno fragmento de um vidro de água de colônia que estava entre os gastulhos em que se assenta o mesmo tronco, e com ele tentara ferir-se em diversas partes do corpo, fazendo diminutas incisões [...] a sentinela vendo os movimentos, que o réu fazia, acudiu a tempo de prevenir qualquer ferimento grave.¹³¹

Este ato de desespero também é relatado no romance de forma muito parecida; porém, o narrador dá uma maior gravidade ao caso, pois, na ficção, Manuel da Motta Coqueiro fere o próprio pulso. Antes da tentativa frustrada de suicídio, o personagem Coqueiro recebera o conselho de seu amigo Seberg, para que não se “submetesse à injustiça dos homens e à malvadeza da lei”. A saída seria o próprio sacrifício:

Motta Coqueiro ficou só, perplexo a recordar o conselho de Seberg. Olhou em torno de si, não havia uma arma, um meio de realizar o suicídio; nem ao menos podia enforcar-se porque as sentinelas à vista passeavam de contínuo diante da grade e vinham frequentemente espiá-lo. Da parede da enxovia como um pungente escárnio ao luxo pendia um pedaço de espelho. O fazendeiro caminhou até ele, e recuou espavorido gritando angustiosamente:
- Meu, Deus, meu Deus; é horrível esperar pela morte!
Voltando depois ao mesmo lugar agarrou do pedaço de espelho, cravou-o no pulso e rasgou um profundo golpe.

¹³¹ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1855. p. 1

Foi porém surpreendido e impedido de terminar o seu intento.¹³²

Na obra ficcional encontramos um Coqueiro desesperado, querendo aliviar sua dor morrendo dignamente, ao passo que no jornal existe a impressão de que o potencial suicida deseja não se matar, mas chamar a atenção da sociedade e das autoridades sobre sua situação extrema, pois não se feriu de forma fatal, como o personagem.

Na imprensa também é comentada a chegada de Motta Coqueiro na cidade de Macaé, onde seria executado. O interessante é o fato de o fazendeiro não ser mais comparado a um monstro; não há ofensas contra este réu que está em vias de morrer, pelo contrário, Coqueiro recebe ares de um homem vitimizado e que padece sofrimentos:

Coqueiro já não é o homem forte e robusto que vimos aqui em 1852; seu rosto sombrio, os lampejos de seus olhos, que tinham alguma coisa de repulsivo, estão reduzidos à impassibilidade do cego.

É homem de uma estatura elevada, rosto comprido, sobrancelhas por demais carregadas, espessa barba inteiramente branca assim como o cabelo da cabeça, a miséria de seus trajes reflete um raio de ingratidão indesculpável para quem tinha o dever de socorrê-lo, fosse qual fosse a atrocidade de seu crime.

Anda com muita dificuldade e sustido por dois soldados que o amparam de cada lado: assim faz o trajeto do desembarque à prisão, descansando repetidas vezes no caminho que poderá ter trezentas braças de extensão.¹³³

Sua caminhada ao patíbulo é também noticiada neste mesmo artigo. O fazendeiro parece mais fragilizado do que no dia anterior:

O réu marchava com dificuldade e sempre sustido por dois soldados, levava um crucifixo nas mãos algemadas, e parecia vergado ao peso de seus sofrimentos físicos e morais; seu rosto porém apresentava verdadeiros sinais de contrição e arrependimento.¹³⁴

Podemos verificar que, entre os anos de 1852-1855, o fazendeiro Motta Coqueiro será apresentado na imprensa de várias formas. Primeiro como o indigitado assassino. Com o passar do tempo, esse assassino vai se transformando, torna-se quase uma vítima,

¹³² PATROCÍNIO. José do, *op. cit.* 28 dez.1877. p.1

¹³³ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 08 mar.1855. p.1

¹³⁴ *Idem*

assemelha-se até mesmo ao personagem da obra de José do Patrocínio, onde o fazendeiro é apresentado como injustiçado logo no início do romance-folhetim, que começa pela manhã de sua execução:

Alto, magro, com as faces escaveiradas e ictéricas, marcadas por uma grande mancha arroxeadas, as pálpebras entrecerradas, completamente brancos os compridos cabelos, as sobrancelhas extremamente salientes e espontadas, e as barbas longas de sob as quais pendia-lhe de volta do pescoço até a cinta, em torno da qual se enroscava, o barão infamante; Motta Coqueiro tinha mais a aparência de um mártir do que a de um celerado.¹³⁵

O Motta Coqueiro do romance era um fazendeiro rico que possuía influência política em Macabu. Muitas vezes fora convidado a importantes reuniões políticas de sua região. Era casado com dona Maria, tinha filhos e enteados. Possuía muitas qualidades; preocupado com sua reputação, zelava pela honra de sua família, ajudava aos necessitados, e tinha escrúpulos, como é registrado nesta passagem:

Motta Coqueiro aliava, no fino quilate do seu caráter, duas qualidades de todo o ponto heterogêneas, mas por isso mesmo de fácil combinação, a bonomia e a austeridade.¹³⁶

Motta Coqueiro foi representado como um verdadeiro herói; quando a personagem Antonica, filha de Francisco Benedito afogou-se, o fazendeiro teve sua descrição cheia de vigor e virilidade:

Montado no possante alazão em que sempre andava, e cravando-lhe desapiadamente os acicates, Motta Coqueiro pôde em alguns minutos arriscar sua vida para salvar a moça. Nadou direto a ela e segurando-a com um dos braços [...].¹³⁷

Coqueiro também é descrito na obra como um homem correto. Mesmo com seus escravos, tinha o cuidado de não lhes fazer nenhuma injustiça. Um dia, Coqueiro soube por Manuel João, o feitor, que Balbina havia praticado feitiçarias; desta forma, mandou que

¹³⁵ PATROCÍNIO, José do, *op. cit.* 24 dez. 1877. p.1

¹³⁶ *Idem.* 19 jan. 1878. p.1

¹³⁷ *Idem.* 14 jan. 1878. p. 1

alguns escravizados surrassem-na. Entretanto percebeu algo de errado no comportamento do feitor com a escravizada, então passou a observá-los, e descobriu que Manoel João castigava Balbina sem motivo algum:

Motta Coqueiro tinha acompanhado à distância a gente e, escondido seguia todos os movimentos do feitor e da preta Balbina. Certo de que uma injustiça era motora do castigo, o homem que só se inspirava na retidão e que só por ela severo, indignou-se e fulminou na mesma hora o culpado.¹³⁸

Motta Coqueiro imediatamente pediu a expulsão do feitor de sua fazenda. Com tantas qualidades apresentadas, o leitor terá certeza de que o fazendeiro não poderia ser mandante de um crime hediondo. Assim ficará mais convincente seu papel de vítima:

“Às cinco horas da manhã do dia vinte e quatro de outubro de 1852, desceu algemado a escada da cadeia de Campos, a amaldiçoada vítima da leviandade pública.”¹³⁹

Como vimos até agora, Patrocínio utilizou documentos sobre o assassinato da família de Francisco Benedito, sobre a prisão e o patíbulo do fazendeiro Manuel da Motta Coqueiro, sobretudo os artigos de jornal. O trecho que transcreveremos mostra bem esta afirmação, aqui o narrador exporá as notícias jornalísticas sobre o caso:

O malogro da diligência, atribuído pela população e firme propósito da autoridade policial em deixar impune o criminoso, entrou logo em fatal contribuição contra Motta Coqueiro. O *Cruzeiro* e o *Monitor Campista*, folhas que dominaram a opinião de Campos, o primeiro no intuito de triunfar na oposição pessoal ao delegado, o segundo emalhado na rede da animosidade pública, acirravam desde logo o seu estilo em desabono do réu.¹⁴⁰

Encontram-se no romance referências aos jornais que publicaram artigos no ano de 1852. Isto ocorre com o jornal *Cruzeiro de Campos*, que publicou o artigo “Caso Horroroso”, transcrito pelo *Jornal do Comércio* do dia 29 de setembro de 1852. No texto, noticia-se a busca por Motta Coqueiro que é apontado como o mandante do crime que culminou com a morte de Francisco Benedito e sua família:

¹³⁸ *Idem*. 19 jan. 1878. p.1

¹³⁹ *Idem*. 23 fev. 1878. p. 1

¹⁴⁰ *Idem*. 22 fev. 1878. p. 2

Interior

Lê-se no *Cruzeiro de Campos*:

Caso Horrroso:

No dia 18 do corrente, pelas 3 horas da tarde, o Sr. Delegado de polícia procedeu com o Sr. Escrivão Franco a busca na chácara em que reside o Sr. Manoel da Motta Coqueiro, [...]. consta que o motivo da busca fora capturar-se o Sr. Manoel da Motta Coqueiro à requisição da autoridade policial da cidade de Macaé, por haver descoberto ser este com seus escravos que assassinaram uma família inteira [...]

Descobriu-se este fato horrroso porque os cães e aves carnívoras principiaram a cercar a casa e alimentar-se dos corpos que ficaram sobre a terra mutilados a golpes de foice. [...].¹⁴¹

Este artigo terá trechos citados na obra:

[...] segundo o *Cruzeiro*, já lacerados pelos cães e aves carnívoras, acrescentava-se que, tendo podido escapar à matança, apareceu uma infeliz filha de Francisco Benedito, rota e faminta, ainda mais digna de compaixão pelos anos.[...].¹⁴²

A primeira informação constatada na imprensa, de que aves e cães devoravam os corpos, realmente está presente no jornal *Cruzeiro*, como vimos na transcrição. Porém, a segunda informação, sobre a criança sobrevivente ao massacre, não encontramos relatos nos artigos pesquisados. Outra informação existente no romance que se assemelha à realidade é a forma como Manoel da Motta Coqueiro era procurado. Na ficção há a existência de um ofício enviado à delegacia de polícia onde consta:

Faça prender Manoel da Motta Coqueiro, alto, magro, corado, de sobancelhas salientes e espessas, com uma grande mancha no rosto, casado, maior de 50 anos, e assim os escravos, que o acompanhem.¹⁴³

Informações parecidas são encontradas no ofício original transcrito no livro de Godofredo Tinoco, *Motta Coqueiro, a grande incógnita*:

Ilmo. Sr.:

¹⁴¹ *Cruzeiro*. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 set. 1852. p.1

¹⁴² PATROCÍNIO, José do, *op. cit.* 21 fev. 1878. p.1

¹⁴³ *Idem*. 22 fev. 1878. p. 1

Cumpra que V. S. por si e pelos Inspetores de Quarteirão do seu Distrito, faça apreender a Manoel Motta Coqueiro, alto, magro, corado, de sobrancelhas muito salientes e espessas, com uma grande mancha no rosto, casado e maior de 50 anos; e bem assim os escravos que o acompanharem, pois são eles perpetradores de algumas mortes em Carapebus, segundo me comunicou o subdelegado da polícia deste lugar.¹⁴⁴

A captura de Motta Coqueiro na ficção também foi baseada em fatos reais. No romance, o fazendeiro depois de muitos dias de caminhada, resolve pedir abrigo em uma casa que avistara enquanto caminhava sem rumo. O proprietário da casa anfitriã era o inspetor de polícia Francisco José Dinis. Este acabara sabendo da verdadeira identidade de seu hóspede, através de um ofício que recebera na delegacia. Em tal ofício constavam as características do procurado Manuel da Motta Coqueiro. Desta forma, o fazendeiro foi capturado, como consta no romance. Este fato apresenta-se na imprensa da época do assassinato da família de Francisco Benedito. Transcrevemos o trecho de um artigo do jornal *Monitor Campista*:

Neste ponto, foi ele pedir agasalho em casa do digno Inspetor de Quarteirão Francisco José Diniz; o qual tendo-o por suspeito, fê-lo conduzir à presença do subdelegado da Polícia, Sr. Francisco de Lanes Dantas.

Este reconheceu-o logo pelos sinais característicos que lhe haviam sido transmitidos por parte do Sr. Delegado deste município; tratou portanto de enviá-lo para esta cidade [...].¹⁴⁵

Além de alguns personagens serem inspirados em pessoas reais, também as datas apresentadas no romance assemelham-se ou são idênticas às da imprensa e do processo-crime. Exemplo disso é o momento em que Motta Coqueiro chega a Campos depois de preso:

Às seis horas e meia da tarde, do dia vinte e três de outubro, desde a rua Beira do Rio até à Praça de S. Salvador, onde está situada a cadeia de Campos, a população curiosa aglomerava-se para assistir a um triste espetáculo.

¹⁴⁴ TINOCO, Godofredo. *op. cit.* p.55

¹⁴⁵ *Monitor Campista*. 17/10/1852. *Apud.* TINOCO, Godofredo. *op. cit.* p. 58

Descalço, com as mãos algemadas, os olhos baixos, as faces emagrecidas e lívidas, Motta Coqueiro desembarcou da Barra de Passagens acompanhado por grande número de soldados.¹⁴⁶

Esta passagem do romance foi inspirada no fato real registrado pelo jornal o *Cruzeiro*. Na citação não existe um ataque contra o fazendeiro, o narrador o apresenta como uma vítima. As pessoas que assistem a sua chegada não o ofendem, apenas o olham curiosas. Diferente do que ocorre no artigo publicado no suplemento do jornal transcrito no *Diário do Rio de Janeiro*:

O monstro horrível - a fera de insaciável - Manoel da Motta Coqueiro, entrou felizmente na cadeia da cidade de Campos no dia 23 do corrente, às 6 horas da tarde, sendo conduzido por cinco cidadãos e três guardas policiais, [...]. Quando o malvado desembarcou no porto da Lancha, o povo da cidade de Campos era tanto, e tão apinhado, que custava a patrulha romper o ajuntamento do povo que sem receio algum gritava: mata, mata o assassino [...] algumas pedras voaram sobre as costas do malvado! [...].¹⁴⁷

O artigo de jornal não possui a suavidade da ficção. A vítima é o algoz. As pessoas que assistem a sua chegada desejam vingança. Não são apenas curiosos que querem ver, pelo contrário, as pessoas são ativas e apaixonadas, ao ponto de agredir o fazendeiro Motta Coqueiro com pedras. Há mais uma passagem no romance, que trata do momento em que Coqueiro é novamente transferido, mas desta vez vai de Campos para Macaé:

Às cinco horas da manhã do dia vinte e quatro de outubro de 1852 desceu algemado a escada da cadeia de Campos a amaldiçoada vítima da leviandade pública.
À porta agrupava-se a multidão e alinhava-se uma força policial, que devia acompanhar o famoso réu até a cadeia de Macaé termo em que foi perpetrado o crime.
A atitude humilde do fazendeiro tinha o sainete da dignidade inalterável das consciências limpas[...].
Alguns dias depois da sua chegada à Macaé, cuja população recebeu-o com as mais hostis e ruidosas manifestações aumentadas de odiosidade dia por dia [...].¹⁴⁸

¹⁴⁶ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.*. 22 fev. 1878. p. 1

¹⁴⁷ *Cruzeiro*. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 02 nov. 1852. p.3

¹⁴⁸ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 23 fev.1878

Neste trecho vemos que a população trata o réu com hostilidade, mas o narrador mostra ao leitor suas qualidades, diz que o fazendeiro tem “atitude humilde” e demonstra a “dignidade inalterável das consciências limpas”. Já o artigo publicado no *Monitor Campista* e transcrito no *Diário do Rio de Janeiro*, de 07 de novembro de 1852, exhibe Coqueiro de outra forma, este recebe uma acusação direta:

Chegaram enfim a Macaé, pela volta das 5 horas da tarde. O povo, que não esperava ver tão depressa em poder da justiça tão grande criminoso, corria de todas as partes para o ponto onde se achava a escolta e o preso, exprimindo em altas vozes de horror de que era possuidor na presença do autor das mortes de tantas vítimas inocentes! [...].¹⁴⁹

Coqueiro recebe o tratamento de um verdadeiro assassino por parte do autor do artigo, bem como pela população que o recepciona com muita hostilidade. Esse ataque feito pela imprensa já registramos no primeiro capítulo, no qual se encontram os vários vulgos que desqualificam o fazendeiro, como *monstro, fera, o indigitado assassino*.

Para finalizar esta análise da relação entre o real e o ficcional sobre o fazendeiro Manoel da Motta Coqueiro, trataremos da data de execução do réu na literatura, imprensa e em alguns documentos. No romance de José do Patrocínio, a data da execução do fazendeiro é 26 de agosto de 1855:

No dia 26 de agosto de 1855 dir-se-ia que uma inesperada mudança se havia efetuado [...].
Esse fato que destoa os sentimentos religiosos das populações do interior, ficaria, porém cabalmente explicado para aqueles que se acercassem dos grupos que estadiaram pelas praças citadas e a rua que na parte norte passava pela cadeia da cidade.
Pela conversação a que acabamos de assistir é fácil saber que achamo-nos no dia em que a justiça pública, para desafronta-se, ou melhor, desafrontar a indignação pública, ia levar ao cadafalso Manuel da Motta Coqueiro, [...].¹⁵⁰

O jornal *Diário do Rio de Janeiro* data a caminhada do fazendeiro ao patíbulo do dia 6 de março de 1855, conforme a transcrição abaixo:

“Macaé, 06 de março de 1855

¹⁴⁹ *Monitor Campista*, In: *O Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1852. p.2

¹⁵⁰ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.* 22 dez. 1877. p.1

É hoje justificado o réu Manoel da Motta Coqueiro, vamos dizer em duas palavras por que foi esse homem arrojado ao patíbulo [...]”.¹⁵¹

Não só a imprensa, mas o testamento apresenta a mesma data de morte do fazendeiro. Inclusive Godofredo Tinoco diz em seu livro que não há como admitir dúvidas em torno da data da execução de Coqueiro, pois para afirmá-la há o testamento e o inventário:

Traslado com o teor do testamento com que se finou Manuel da Motta Coqueiro [...]

Em nome de Deus. Amém. Digo eu, Manuel da Motta Coqueiro, que tendo infalivelmente de morrer amanhã, seis do corrente, e estando em meu perfeito juízo, faço o meu testamento pela forma seguinte:

[...]

-Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento virem, que sendo no ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1855, aos 5 dias do mês de março do dito ano, nesta cidade de Macaé e na Cadeia desta cidade, onde se achava preso Manuel da Motta Coqueiro, a cujo chamado, eu tabelião, fui vindo e sendo presente o dito Coqueiro, conhecido pelo próprio de mim, tabelião [...].¹⁵²

Existe também o inventário já transcrito no primeiro capítulo que diz respeito ao processo, e que cita: “[...] Que o finado inventariado deixou de existir em dias do mês de março do ano passado de 1855 [...]”.¹⁵³

7. Personagens ficcionais

Sendo um romance baseado em fatos reais, a obra de José do Patrocínio terá personagens inspiradas em pessoas reais, como mostramos anteriormente. Em contrapartida, existem as personagens sobre as quais não encontramos registros. Para apresentar essas personagens, daremos como exemplo as filhas de Francisco Benedito, que somente aparecem na imprensa e no processo como vítimas sem nomes, mas no romance de José do Patrocínio receberam vida, descrições físicas e ações. Começaremos por Chiquinha, que aparece no romance como uma mulher branca, linda, pura e intocável. Há

¹⁵¹ *O Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1855. p.1

¹⁵² TINOCO, Godofredo. *op. cit.* pp. 159 e 162

¹⁵³ *Idem.* p.166

outra personagem, também filha de Francisco Benedito, Mariquinhas. Ela tem 15 anos de idade, é apaixonada pelo feitor Manuel João, e é correspondida. A adolescente é dona de uma grande beleza:

Mariquinhas era realmente bela, arqueavam-se-lhe sob as narinas finas os lábios semelhantes às asas do tigre no sanguíneo colorido, e orlavam-lhe a testa pequena bastos cabelos negros, descendo em ondas lustrosas a envolver-lhe dois terços da estatura mediana. Seu colo igualava a curva de um arco bem talhado, de que partissem à pequena distância as extremidades pontiagudas de duas setas. Quando nas horas de trabalho ela com as mãos aristocráticas conchegava ao corpo a saia de chita, esta compressão e a justeza do corpinho faziam lembrar os contornos de uma estátua [...].¹⁵⁴

Entre as irmãs Chiquinha e Mariquinhas há uma grande semelhança: ambas possuem a beleza inspirada na fauna e flora brasileiras. Ambas são puras e sinceras, suas características assemelham-se ao tipo romântico: a mulher jovem de grande beleza e intocável. Como a irmã Chiquinha, Mariquinhas também é desejada. Seu pretendente é o feitor Manuel João, porém entre ambos há uma oposição. Ela é branca e ele mestiço:

O moço feitor fascinara-se desde logo pela sertaneja encantadora; e agora que o ciúme assolava-lhe as faculdades, ele, para concluir que havia uma torpeza no desapego de Mariquinhas por si própria e pelos preconceitos sociais, punha-se em paralelo com ela. Refletia-se no seu despeito sem causa e via-se bem diferente do harmonioso conjunto de sua amante.¹⁵⁵

O feitor desconfiava do verdadeiro amor de Mariquinhas. Não cria que uma moça branca e bela poderia apaixonar-se por um homem mestiço. Manuel João acreditava que Mariquinhas poderia ter sido desonrada por outro, e assim o consórcio com um feitor, pudesse reparar esse dano. Mas as características de Mariquinhas desenhavam-na uma mulher sem máculas:

[...] o olhar macio da moça, filtrado através de uns cílios negros, sedosos; olhar de pouco brilho, despretenso, animador - uma gota de óleo contendo um raio de luz, a derramar-se em inundação diáfana sobre um

¹⁵⁴ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.*. 02 jan. 1878. p.1

¹⁵⁵ *Idem.* 02 fev. 1978. p.1

rosto oval, de linhas harmônicas, transparecendo singeleza e sinceridade.¹⁵⁶

O aspecto físico revela-lhe a pureza, mas também há algumas marcas que evidenciam esta informação. Existe uma passagem do romance em que Mariquinhas será deflorada pelo feitor. Momentos antes do acontecimento, a adolescente dorme tranquilamente enquanto é admirada pelo seu pretendente. Durante o sono, carrega nos seios um lençinho branco para proteger seu colo de qualquer olhar indiscreto, e o narrador diz que a personagem “ressonava brandamente através dos lábios virgíneos”¹⁵⁷. São utilizados símbolos para reforçar a posição de pureza da personagem no romance: o lenço branco e os lábios virginais.

Há outra filha de Francisco Benedito, Antonica; suas ações são mais destacadas do que sua aparência física. Ela possui nobreza de caráter e é apaixonada pelo fazendeiro Motta Coqueiro:

Era tão zelosa do seu ideal, que percebia ao longe a mais imperceptível sombra que se dirigisse para ele [...]
Naquela alma tão trabalhada, e que de repente viu-se forçada a quebrar o sigilo que se pusera, o despeito chegou até a alucinação.
[...]
Santificava-lhe o desalinho das feições a solenidade da tristeza e recatava-lhe a desenvoltura da frase a eloquência da dor.¹⁵⁸

Esta confusão de sentimentos apresentada na passagem citada refere-se ao amor proibido de Antonica por Manoel da Motta Coqueiro. Antonica sofre profundamente por não ser correspondida, mas reconhece a condição de seu amado, homem casado e sobretudo fiel.

Para finalizar esse rol de personagens sem registro de sua existência real, falaremos de um personagem que aparece ao final do romance, um mestiço chamado Herculano. Este, quando estiver em seu leito de morte, confessará ao filho que matou Francisco Benedito e toda sua família por vingança. Sua descrição física é apresentada no texto:

¹⁵⁶ *Idem*

¹⁵⁷ *Idem*. 15 jan. 1878

¹⁵⁸ *Idem*. 12 jan. 1878. p. 1

Apesar das maneiras humildes e submissas, o recém-chegado não atraiu nenhuma simpatia no lugar, antes para a antipatia geral concorriam poderosamente as feições do caboclo.

O seu rosto pentagonal, de pomas carnudas e salientes, os beiços grossos, o nariz chato, e sobretudo os seus olhos que não se atreviam nunca a encarar e só obliquavam uns olhares furtivos e maus, esse conjunto fisionômico induzia a população a guardar certa reserva para o espontâneo imigrante.

Para explicar a repulsão que instintivamente sentia a população dizia dissimulando os seus sentimentos.

- Nada de amizades com caboclos; são muito desconfiados; nunca se sabe quando estão pelos pés ou pelas mãos, e foi um dia... Tem-se visto muita cousa.¹⁵⁹

No início da descrição existe um elogio até chegar ao ponto de vista da população local, que acreditava não se dever confiar em caboclos, pois são perigosos. Por fim, o narrador confirma a tese popular, pois, embora esse homem tenha um jeito humilde e dócil, foi capaz, no passado, de matar uma família inteira, e deixar outro pagar por seu crime.

Esse personagem provavelmente foi inspirado em uma pessoa citada em um suposto telegrama noticiado pela *Gazeta de Notícias*, segundo o qual um homem teria revelado em seu leito de morte a um padre, ter sido ele o verdadeiro assassino de Francisco Benedito e toda a sua família. Porém a notícia de jornal não apresentava as características físicas do moribundo:

Há dias, noticiamos que ao expedicionário de S. João da Barra fora dirigido um telegrama dizendo que, em Itabapoana, achando-se um homem nos paroxismos da morte revelara ao padre que se achava à sua cabeceira, prestando-lhe os socorros espirituais, ter sido o autor dos assassinatos que levaram ao patíbulo, em nome da lei, Motta Coqueiro e mais três infelizes em 26 de agosto de 1855.¹⁶⁰

Através do levantamento de personagens reais e fictícias, vimos que o romance-folhetim de José do Patrocínio, possui registros históricos, pois o escritor recolhe dados da imprensa e do processo-crime para construir sua obra, e ao mesmo tempo, cria personagens fictícias e transforma as personalidades já existentes. Assim, consegue tornar a história mais verossímil e convincente para o leitor. A seguir discutiremos como esse procedimento

¹⁵⁹ *Idem*. 03 mar. 1878. p.3

¹⁶⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1877. p.1

pode se relacionar às características desse folhetim como um romance contra a pena de morte.

8. Romance contra a pena de morte

Logo em seu início, o romance nos colocará em contato com a manhã da execução de Motta Coqueiro. A cidade de Macaé é desenhada como sofredora de uma profunda mudança, de cidade pacata transforma-se em um lugar cheio de movimento, comparada ao mar revolto. Isso ocorre graças à curiosidade dos populares que querem assistir à execução no patíbulo de Motta Coqueiro. De forma geral, a população acredita na culpa do fazendeiro na morte de Francisco Benedito e sua família. Apesar de todo esse movimento, o narrador nos dá indícios da inocência de Manoel da Motta Coqueiro. No primeiro folhetim (22.12.1877), contrário ao senso comum, que não duvida da culpa, há um pequeno grupo representado pelo senhor Martins e o Sr. João Seberg, que acredita piamente na inocência de Motta Coqueiro. Esses homens tentam persuadir de todas as maneiras seus interlocutores. O narrador neste momento interfere na interpretação do pensamento de uma das personagens:

Naquela hora, esse homem severo (Seberg) completamente vestido de preto, e com o semblante embaciado pela mais sincera tristeza, parecia o latente remorso de uma população inteira, que vinha assistir à tragédia judiciária para mais tarde lavar a nódoa que manchava as vítimas da lei.¹⁶¹

A execução de Coqueiro está prestes a acontecer. O narrador tenta fazer um alerta de que um inocente morrerá em nome da lei. Para deixar esta ideia mais evidente, várias vezes a voz narrativa interferirá em alguns diálogos. Apresentaremos um deles, onde dois homens falam sobre a possível tentativa de suicídio de Motta Coqueiro e uma das personagens diz:

- Embora, doutor, ele pode ser conduzido em uma padiola e eu tenho certeza de que não sairei hoje daqui sem vê-lo pendurado acolá. Na direção indicada pelo interlocutor estava levantada a máquina sombria da justiça social.

¹⁶¹ PATROCÍNIO, José do. *op. cit.*, 22 dez. 1877, p. 1

[...]

Diante da horrorosa construção, a memória popular avivava recordações de outros tempos, ouvidos em serões de família aos pais já finados.

- Ainda hoje isto é bom conta-me meu pai, que ouviu ao meu avô, que, no tempo de D. João VI, primeiro o carrasco desmunhecava com um golpe as mãos do padecente e só depois é que ele era levado à forca. [...].¹⁶²

Enquanto a personagem deseja presenciar a morte do fazendeiro, o narrador nos chama a atenção sobre o equipamento que será utilizado na execução. O último diálogo girará em torno do passado das execuções. O método de execução descrito entre os interlocutores era cruel, porém a pena de morte aplicada a Coqueiro não seria menos, como nos alertam as interferências do narrador:

Tamanha ansiedade denunciava bem que, em meio de toda essa gente, não havia quem refletisse no que há de iniquidade nessa desafronta do crime pelo crime.

A justiça, dinamizando a barbaridade, folga e jacta-se de dar aos descendentes dos ofendidos uma reparação, mas não vê que não será multiplicando a orfandade e o desamparo que ela chegará um dia a trancar as prisões.

A baba do sentenciado cai como indelével mancha negra sobre todos os seus; e não pode haver maior torpeza do que condenar a quem não mereceu a condenação.

Os magistrados e os que mandam executar essas bárbaras sentenças dormem tranquilamente na paz de uma consciência honesta, porque entregam às mãos do carrasco as pontas da corda ou o cabo do alfanje.

A sociedade por sua vez aplaude, na magistratura e em si mesma, a segurança dos lares e o amor da justiça no dia em que das alturas da forca pende mais um cadáver.¹⁶³

A pena de morte aqui é apresentada como um método que não fechará as cadeias se continuar existindo. A priori, a crítica à pena capital nesta longa transcrição é generalizada: independente da culpa ou não do sentenciado, restarão órfãos e causará prejuízo moral à sociedade. Em outro momento é descrita a chegada dos irmãos da Misericórdia. Estes homens arrecadavam dinheiro no meio da multidão para o óbulo do sentenciado. O narrador não os elogia por esse ato, mas os compara a “aves agoureiras”:

¹⁶² *Idem*. 23 dez. 1877. p. 1

¹⁶³ *Idem*

Semelhantes a um bando de aves agoureiras, tendo pendentes dos ombros os seus balandraus negros, a irmandade da Misericórdia assomou na porta da cadeia e distribuiu-se em paralelas às alas dos soldados.¹⁶⁴

A população que assiste a este ato manifesta um comportamento contraditório, pois ao mesmo tempo em que espera e quer ver efetuada a execução do condenado, contribui para que sua alma seja “redimida na eternidade”:

Sublime contradição entre o homem religioso e o cidadão: este consente que a cabeça de um irmão vá ter às mãos do carrasco, aquele dá sinceramente o seu óbulo para que da ignomínia social passe o supliciado às felicidades sonhadas pela crença. Tanto é verdade que, em consciência, o povo não quer as penas irreparáveis.¹⁶⁵

A afirmação de que o povo não quer mais a pena de morte só é apresentada neste trecho do romance. Em outros momentos, a obra sempre aborda o contrário, a sociedade aceitava sim as execuções dos sentenciados.

Voltemos a Motta Coqueiro. Momentos antes de sua execução, alguns religiosos seguem à frente do préstito que o acompanhava ao cadafalso. Um deles carregava um painel com a imagem da Virgem Maria abraçando o corpo de seu filho, simbolizando a piedade. Em seguida havia um sacerdote segurando a imagem de Jesus crucificado; o narrador diz que a face de Cristo voltava-se ao fazendeiro. O sentenciado tem a aparência de um mártir, barbas longas, cabelos brancos e compridos, rosto sofrido. Em outro momento quase bíblico, o réu não será mais um mártir, mas quase um santo, quase um Deus. Motta Coqueiro diz ao sacerdote e em seguida recebe uma resposta:

“- Aconselhe-lhes, meu padre, que não zombem de quem vai morrer.
- Perdoa-lhes, irmão, eles não sabem o que fazem”.¹⁶⁶

Saltemos para o fim do romance, o capítulo XIV, intitulado “Vinte quatro anos depois”. Começa com histórias fantásticas em torno de Motta Coqueiro e seus co-réus. Registra-se que em uma casa de Coqueiro inacabada, situada à beira do rio Ururaú,

¹⁶⁴ *Idem*. 24 dez. 1877. p. 1

¹⁶⁵ *Idem*

¹⁶⁶ *Idem*. 25 dez. 1877. p. 1

costumavam-se escutar gemidos, e em um determinado momento quatro fantasmas surgiam e fundiam-se na mata, deixando uma claridade. Por fim, o narrador afirma tratar-se das almas dos condenados: Motta Coqueiro, Domingos, Faustino e Florentino.

É no último capítulo que se revela o verdadeiro assassino de Francisco Benedito, um homem chamado Herculano, caboclo sem paradeiro que resolve estabilizar-se onze anos depois da execução de Coqueiro, em Itabapoana. Em 1876, este homem adoece e confessa ao filho Marcolino o crime que cometera e pede que a história seja espalhada por todos os lugares. Assim, após a morte de Herculano, seu filho revela diante de testemunhas que seu pai fora o verdadeiro assassino da família de Francisco Benedito, e que Motta Coqueiro morrera inocente. No final do romance, o narrador protesta mais uma vez contra a pena de morte, declarando que após 25 anos do crime que levava o inocente Motta Coqueiro ao patíbulo, ainda declaravam-se infâmias contra o fazendeiro, e assim encerra-se a obra:

“Homens perdidos que são estes! São mais torpes do que os assassinos, porque buscam justificá-los envilecendo inocentes; mas nem semelhantes cabeças eu quisera ver na mão do carrasco”.¹⁶⁷

O início da obra de Patrocínio nos apresenta uma injustiça que está prestes a acontecer: a execução inevitável do fazendeiro Motta Coqueiro. História cujo final todos já conheciam no período da publicação do romance em folhetim. Porém não conheciam o seu meio, se realmente o bem sucedido fazendeiro era culpado ou não. Assim Patrocínio envolveu seus leitores com sua ficção baseada em pesquisas, mas também criou circunstâncias não registradas no processo e nem na imprensa dos anos de 1852 a 1855. Finaliza seu romance-folhetim reforçando a reflexão sobre a injustiça que a pena de morte pode estabelecer na sociedade.

¹⁶⁷ *Idem*. 03 mar.1878. p. 3

CAPÍTULO III

A FORTUNA CRÍTICA DE *MOTTA COQUEIRO*, OU A PENA DE MORTE

Neste capítulo abordaremos o tema da recepção do romance de José do Patrocínio, *Motta Coqueiro ou A pena de Morte*, em jornais, revistas, teses e livros. Foram pesquisados compêndios de literatura brasileira, obras biográficas e textos de crítica literária, assim analisamos como foi recebido o primeiro romance de Patrocínio nestes registros. O levantamento apresenta-se em ordem cronológica para melhor visualizarmos o tratamento dado à obra em cada momento.

1. A recepção contemporânea

O *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 23/12/1877, publicou algumas considerações sobre o caso Motta Coqueiro, bem como, sobre o romance-folhetim cujo primeiro capítulo havia acabado de ser publicado no jornal *Gazeta de Notícias*. O objetivo foi discutir a pena de morte, independente da culpa ou não do acusado. Assim o colunista explica:

Há 22 anos que a justiça dos homens condenou e fez morrer no patíbulo quatro míseros, sobre os quais pesaram as mais horríveis acusações: - Motta Coqueiro e seus cúmplices.[...]

Admitir a possibilidade de haver sido justificado um inocente pelas mesmas leis e processos de que ainda hoje nos servimos em nossos tribunais - é quanto basta para dar calafrios e gerar no mais íntimo da alma uma profunda descrença de todos esses complicados maquinismos judiciários [...]

Se Motta Coqueiro e seus companheiros estavam inocentes, argumenta o bom senso, urge reabilitar a sua memória... Recaia o estigma sobre os juízes que, com violação das leis os condenaram, [...]

Se porém, foi ele com justiça, embora severa, supliciado, sofram aqueles que evocaram a sombra do mísero para exibi-lo como *puff* grotesco todo o peso da execração com que a opinião pública sonhe esmagar os perturbadores da sua tranqüilidade e bem estar. [...].¹⁶⁸

¹⁶⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 23 dez.1877. p.1

Sobre o romance, o colunista avisa aos leitores que existe uma intenção do escritor de apresentar a verdade dos fatos, e desvendar o mistério que ronda o caso Motta Coqueiro. Registra-se no artigo:

Para solver o intrincado problema partiu para Macaé e regiões circunvizinhas um dos colegas da Gazeta, folha que, justiça é confessá-lo, vence na corrida os mais velozes boatos [...]

O colega da Gazeta de Notícias foi e viu, como o defunto de César. Se venceu como ele, não sei ainda, mas di-lo-a o romance histórico, onde compendiou as suas observações e pesquisas.¹⁶⁹

O colunista classifica a obra de Patrocínio como um romance histórico. O autor do artigo não vê com bons olhos esse tipo de obra:

Deixe-se disso, Sr. Folhetinista. O romance histórico é segundo um grave escritor, o maior inimigo da história.

Incute em ânimos desprevenidos noções exatas de mistura com outras que não passam de meros produtos da imaginação, será talvez estratagemas bem aceito nas escaramuças da literatura, mas do qual ninguém deve lançar mão nos sérios e graves pleitos da crítica histórica.

Quando, para desfazer os deploráveis erros e prepotências que levaram ao cadafalso Calas e o conde de Lally, ergueu-se Voltaire fulminante de indignação e soberbo de eloquência, não foi escrevendo romances que conseguiu elucidar o assunto e vindicar o direito dos mortos: - foi discutindo como publicista e atirando aos povos seus facta palpitantes de interesse como as suas mais comoventes tragédias, e sobre os quais basearam os tribunais novas mais justas sentenças... Fora isso o que desejamos ver realizado a bem da memória do justicado de Macaé-mas.....¹⁷⁰

É evidente que o romance antes mesmo de ser lido já recebia uma dura crítica, pois era classificado como romance histórico. O colunista não assume sua opinião contra o romance histórico, mas escreve que “um grave escritor” considera esse tipo de romance inimigo da história. Ainda o crítico comenta que a intenção de Patrocínio, era fazer justiça com os seus escritos, mas que a justiça não acontece através da literatura. Entretanto, quando o crítico finaliza seu texto afirma que torce pelo sucesso do romance e até elogia seu autor:

¹⁶⁹ *Idem*

¹⁷⁰ *Idem*

Cá por mim limito-me a fazer votos para que, desmentindo as leis naturais que negam a fecundidade dos híbridos, o romance da *Gazeta*, produto do conúbio entre os fatos e a brilhante imaginação de um escritor talentoso, passa engendrar notáveis descobertas e benéficos resultados [...].¹⁷¹

O romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, desde a sua primeira publicação em folhetim já causava polêmicas. Diversas foram as opiniões dirigidas ao mesmo. Não só opiniões foram publicadas, como também capítulos do romance saíam em jornais das províncias conforme o texto abaixo:

Tendo algumas folhas da província começado a transcrever o romance *Motta Coqueiro* ou a *Pena de Morte*, prevenimos as respectivas redações de que esse romance é propriedade do autor que já tem declarado nesta folha que reserva os seus direitos, e não pode por conseguinte ser transcrito, sem autorização do mesmo.¹⁷²

Esta pequena nota saía diariamente, até findar a publicação do romance de Patrocínio em folhetim, porém a *Gazeta de Notícias* nunca apontou onde se transcrevia a obra. Na *Revista Ilustrada* do dia 08.02.1878, foi publicado um artigo que satirizava o romance de Patrocínio. O colunista fez uma nova história com o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* e *Iaiá Garcia*, de Machado de Assis:

Iaiá Coqueiro

Romance Histórico

Em poucos capítulos, porque é apenas o final de duas histórias começadas.

I

Ele e Ela

Ela era bela e dengosa.

Chamava-se...; todos, porém que a conheciam, tratavam-na pelo doce nome de Iaiá.

Ele era áspero como a árvore que lhe deu o nome, e não merecia de certo uma jóia tão bem lapidada, como era esbelta Iaiá. [...].¹⁷³

¹⁷¹ *Idem*

¹⁷² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 01 jan. 1878. p.1

¹⁷³ *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, 08 fev. 1878. p. 8 n. 101, ano 3

O texto era dividido em cinco partes: a primeira, Ele e Ela; a segunda, Os dois; a terceira, A carta anônima; a quarta, Argumento decisivo; e a quinta, O acórdão. Na história inventada por Frei Fidélis, o casamenteiro, Iaiá apaixonou-se por Coqueiro, que “era homem de instintos perversos e por mais que o Sr. Patrocínio, é o nome de seu pai, se esmerasse em civilizá-lo, parecia destinado a acabar na forca e com um punhado de terra à boca [...]”¹⁷⁴. Machado Garcia, pai de Iaiá, não sabia do fato e pretendia casar a filha com outro rapaz, considerado “sensato e com algum dinheiro”. Um dia, porém, Machado recebeu uma carta anônima, onde se registrava que Iaiá estava de namoros com Motta Coqueiro; Machado certificou-se do caso e resolveu casar os apaixonados.¹⁷⁵

Quando o folhetim chegou ao fim, a *Gazeta de Notícias* anunciou dia 04 de março que em seu lugar seria editado diariamente o romance *As cutiladas do Sr. de la Guerche*, de Amedée Achard. No dia 21 já se noticia a publicação do folhetim de Patrocínio em volume:

Motta Coqueiro, ou a pena de morte, por José do Patrocínio. Este romance que bastante nomeada adquiriu, acha-se à venda no escritório desta folha, pelo preço de 1\$500. Para as províncias o preço é de 2\$000, indo registrado pelo correio.¹⁷⁶

A referida propaganda foi publicada diariamente até meados de 1878. Na mesma data, a *Gazeta de Notícias* publicou um artigo sobre o romance em volume:

MOTTA COQUEIRO, OU A PENA DE MORTE

Está publicado em volume este romance escrito pelo nosso companheiro José do Patrocínio e publicado em folhetins na nossa folha [...]

Motta Coqueiro é um ensaio bem sucedido do jovem e talentoso escritor. Se na forma, se no largo do desenho, não há firmeza de um pulso adestrado a tais cometimentos, no estudo da tese, no desenvolvimento das paixões que movem os personagens, e no estudo da parte histórica, revelam-se grandes qualidades de escritor realista, de adepto de uma filosofia sã e de um observador severo [...].¹⁷⁷

¹⁷⁴ *Idem*

¹⁷⁵ Paulo Franchetti em seu *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa*, não cita o romance de Patrocínio, porém aborda uma charge publicada em *O Besouro*, de abril de 1878. Onde há a cena do casamento do comendador Motta Coqueiro com Iaiá Garcia.

¹⁷⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1878. p.1

¹⁷⁷ *Idem*

Neste artigo há elogios com ressalvas, pois o romance não é apresentado como completamente bom. É bom em alguns aspectos, como no desenvolvimento das paixões que movem as personagens, e no aspecto histórico. Mas em seu desenvolvimento, segundo o colunista, falta algo, porém não se especifica o quê. No entanto, Patrocínio já é chamado aqui de escritor realista. E para finalizar, o crítico escreveu que Patrocínio deveria seguir a carreira de romancista.

Seguindo a linha cronológica, teremos no dia 22.03.1878, a transcrição de um artigo publicado no jornal *A Reforma*:

O que vale esse trabalho di-lo bem alto a extraordinária aceitação que teve quando publicado em folhetim, não só aqui, como nas províncias, nas quais era ele geralmente transcrito à medida que se ia publicando, mesmo indo de encontro à proibição expressa do autor[...]

No novo gênero em que se estreou J. do Patrocínio acaba de revelar de quanto recurso impõe o seu pujante talento e quanta facilidade há no seu espírito para dedicar-se e vencer em qualquer um dos variados ramos da literatura a que se queira dedicar [...].¹⁷⁸

A Reforma parte da premissa de que o romance de Patrocínio teve grande aceitação, já que fora transcrito em jornais de outras províncias. O colunista não analisa o romance, apenas elogia o seu autor por seu talento literário. No mesmo dia, a *Gazeta* publicara uma propaganda do romance de Patrocínio em letras garrafais na 4ª página do jornal, juntamente com a obra *Os Folhetins* do Dr. França Júnior:

¹⁷⁸ *A Reforma*, 21.03.1878. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 mar.1878

Além da aceitação do público, havia uma grande divulgação do romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*; por muito tempo a *Gazeta de Notícias* veiculou propagandas do romance de Patrocínio. Com o intervalo de um dia somente, outro artigo sobre o romance fora posto no jornal *Gazeta de Notícias*, desta vez uma transcrição de um texto do jornal *Cruzeiro*:

O Sr. José do Patrocínio é um jovem escritor de muito talento e futuro. Como jornalista político, escreveu durante a última sessão legislativa, interessantíssimos artigos na *Gazeta de Notícias* [...] acaba de revelar-se romancista.¹⁷⁹

Após o comentário sobre as habilidades de Patrocínio, o texto continua com a notícia de que um homem confessou ter matado toda a família de Francisco Benedito. Assim o colunista expõe que:

Sobre esta hipótese fundou o Sr. José do Patrocínio o romance, que publicou naquela folha e acaba de ser editado em volume. Se era verdadeira a revelação do moribundo, ou se Motta Coqueiro foi com efeito, autor do crime julgado e punido pela justiça humana, é o que importa pouco para o julgamento da obra literária [...].¹⁸⁰

Segundo o estudioso, Patrocínio se utilizou de todas as hipóteses existentes sobre a história de Motta Coqueiro e “fez uma ação nova, com os simples elementos que lhe dava a realidade, criou as figuras todas, as que efetivamente viveram, e as que inventou para dar vida e verossimilhança à ação [...]”¹⁸¹. O colunista diz ainda sobre a obra de Patrocínio que ela possui “bom estilo, movimento, colorido, quadros fiéis e verdadeiros, tudo isso achará o leitor no novo romance, que é apenas o primeiro do autor [...]”¹⁸². O artigo finaliza com o registro da expectativa de que Patrocínio produza mais romances, melhores ou iguais a *Motta Coqueiro*.

No mesmo dia e no mesmo periódico, na seção *Folhetim*, sob o título de ACASO, há um artigo que abordará diversos assuntos, entre eles a crítica do romance *Motta*

¹⁷⁹ *Cruzeiro*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 mar.1878. p.1

¹⁸⁰ *Idem*

¹⁸¹ *Idem*

¹⁸² *Idem*

Coqueiro ou A Pena de Morte. O autor do artigo é o maranhense Joaquim Serra, que utilizou o pseudônimo Tragaldabas. Sobre o romance de Patrocínio, Serra inicia dizendo:

Já que pelo mundo artístico nada há, colha-se a mimosa flor que aí está sorridente no campo da literatura amena.

[...]

Jornalista incisivo e valente, poeta ameno e original, revelou-se também romancista engenhoso e conhecedor de todos os efeitos dramáticos.

[...]

Veja se quanto há de apreciável no romance *Motta Coqueiro*, e leve-se em conta, que aquilo foi um trabalho escrito por trechos, destinados a servir de libelo contra a pena de morte [...]"¹⁸³.

Além de atribuir características positivas ao Patrocínio romancista, Tragaldabas explica ao leitor a forma que o romance foi escrito, com a finalidade de documento contra a pena de morte vigente naquele momento. Após esta exposição, Serra chama a atenção do leitor sobre a pressão que Patrocínio sofreu enquanto escrevia seu romance, pois necessitava agradar ao maior número de leitores; assim, o próprio jornal o pressionava com suas exigências. Apesar do árduo trabalho, o romancista, segundo Serra, conseguiu tecer quadros coloridos, cenas sentimentais, em suma, conseguiu evidenciar o protesto contra a pena de morte. Joaquim Serra escreve que Patrocínio “quis prestar homenagem à escola realista, tão posta em moda por Goncourt, Zola e Flaubert, e teve as temeridades felizes de Eça de Queirós, e soube envernizar os horrores e engrandecer as nusgas [...]"¹⁸⁴. Após esta consideração, Serra compara Patrocínio ao escritor francês Gaboriau:

Como Gaboriau, em seus romances judiciários, o autor de *Motta Coqueiro*, teceu uma intriga que, parecendo dar razão à justiça pública, ao mesmo tempo demonstra quão infalível e errado é o juízo dos homens [...]"¹⁸⁵.

Como vimos até o presente momento, foram muitos os críticos e jornalistas que receberam bem o romance de Patrocínio, porém existiram aqueles que não o viam com bons olhos. Temos como exemplo o jornal *Apóstolo*, que no dia 24.03.1878 publicou um parecer sobre o romance de Patrocínio:

¹⁸³ SERRA, Joaquim. (Tragaldabas). Acaso. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 mar, 1878. Folhetim, p. 1

¹⁸⁴ *Idem*

¹⁸⁵ *Idem*

Publicou-se em livro o romance do Sr. José do Patrocínio intitulado - *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* – que fez as delícias dos leitores da *Gazeta de Notícias*.

Não o lemos, mas não são boas as informações que temos a seu respeito; por isso recomendamos aos católicos que examinem a droga afim de que não levem veneno para o seio da família.¹⁸⁶

Provavelmente o autor da nota ouviu algum comentário negativo do romance de Patrocínio, e passou adiante o parecer, já que ele próprio alega não haver lido a obra, e a compara com veneno. No dia seguinte, a *Gazeta de Notícias* transcreveu a pequena nota do *Apóstolo* e em seguida respondeu:

A quem julga por informações acontece quase sempre isso: julga errado. Por isso leia o nosso colega o exemplar do *Motta Coqueiro*, que lhe oferecemos e verá que as famílias dos católicos não ficarão envenenadas com o romance que publicamos.¹⁸⁷

No dia 01 de abril de 1878, é publicado um artigo de L. Leitão na seção LITERATURA, com subtítulo Bibliografia. Neste artigo, Leitão falará sobre o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, e a escola realista, bem como a ligação do romance de Patrocínio a esse movimento que acabara de surgir na França:

Podia-se converter este bom romance em arena de uma porfiada discussão acerca da escola literária a que ele pertence! O realismo aqui no Brasil, se tem penetrado em um ou outro grupo de escritores [...] ainda não tomou a atitude de um conquistador do gosto do público.¹⁸⁸

Leitão continua dissertando sobre o realismo no Brasil, que segundo sua visão, ainda não existe por completo, pois o país está em atraso. Para o crítico, a escola realista traria vários benefícios: “A escola realista, no entanto, poderia prestar à regeneração social do Brasil um grande auxílio. Porque essencialmente democrática, seria uma poderosa transmissora da propaganda moderna [...]”.¹⁸⁹

¹⁸⁶ *Apóstolo*. 24 mar. 1878. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1878

¹⁸⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1878

¹⁸⁸ LEITÃO, L. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 01 jan. 1878. Literatura, p.1

¹⁸⁹ *Idem*

O estudioso continua seu texto afirmando que o realismo é uma consequência da revolução hugoana. Assim, acaba por abordar o romantismo e faz uma comparação entre as duas escolas, para concluir a discussão diz:

Pertencemos ao número daqueles que não tem simpatias exclusivistas por escolas literárias; escolha o escritor o molde em que pretende vaziar sua concepção, obedecendo, porém aos princípios, a que, por este fato, se sujeitou. [...].¹⁹⁰

Em seguida, Leitão retoma o primeiro assunto, Patrocínio e seu romance. Sobre Patrocínio, Leitão descreve várias qualidades, comparando-o com poetas românticos, como Varela. O crítico diz que Patrocínio não parecia capaz de escrever um romance realista, no entanto

fê-lo; e não é o lado menos notável por que pode ser encarado o Motta Coqueiro, esse de representar o triunfo de um indivíduo sobre sua organização. É curioso seguir na descrição dos minuciosos detalhes dos acidentes da vida, uma inteligência que possui em alto grau a faculdade sintética [...].¹⁹¹

Leitão continua escrevendo sobre o romance de Patrocínio, e relata que este possui defeitos, porém explicáveis pela discussão literária apresentada e o grande número de fatos históricos, sendo assim “impossível que saísse logo livre de censuras e perfeitamente fiel aos preceitos da escola, a primeira obra escrita nesse gênero e nessas condições.”¹⁹²

O crítico em seguida comenta que a obra de Patrocínio é um libelo contra a pena de morte. Porém, Patrocínio escreve seu romance no ambiente da roça e segundo Leitão, “a vida das cidades, os centros industriais favorecem mais o plano da composição realista [...]. Mas a vida agrícola é monótona, os personagens que em maior número intervêm nos capítulos são vulgares [...]”.¹⁹³

Para o estudioso, o livro de estreia não segue completamente o método realista. Para ele, não se podia exigir isso de uma obra escrita em folhetins diários, mas nem por isso Patrocínio deixa de ser talentoso. Desta maneira, Leitão, transcreve partes do romance,

¹⁹⁰ *Idem*

¹⁹¹ *Idem*

¹⁹² *Idem*

¹⁹³ *Idem*

sobretudo aquelas que destacam os escravizados da fazenda. O crítico apresenta o romance de Patrocínio também como um estudo de costumes, e finaliza dizendo:

Tenham todas as obras da nossa mocidade intuitos tão generosos, visem um alvo tão nobre, e o romance do Sr. J. do Patrocínio terá a gloriosa consagração que endeusa sempre o esforço inicial dos grandes melhoramentos sociais.¹⁹⁴

A *Revista Ilustrada* publicou duas considerações sobre o romance de Patrocínio. A primeira é um pequeno anúncio dos romances de Patrocínio e Machado de Assis, que como vimos anteriormente, haviam sido satirizados em fevereiro de 1878: “Recebemos esta semana dois livros bem estimáveis: *Iaiá Garcia* por Machado de Assis e *Motta Coqueiro* por José do Patrocínio. Sempre esta perigosa aproximação.”¹⁹⁵

A segunda consideração é um artigo da seção “Revista Bibliográfica” onde há informações de três livros: *Iaiá Garcia*, *Motta Coqueiro* e os *Folhetins* de França Júnior. Cada livro recebera um parecer:

Motta Coqueiro, que já foi publicado na *Gazeta de Notícias*, é um enérgico protesto contra a pena de morte, baseado no fato lamentável de uma sentença injusta, a que o Sr. J. do Patrocínio deu a forma de romance, tornando assim mais amena a sua leitura e de mais efeito sobre o espírito do leitor. É o seu primeiro trabalho neste gênero, mas o êxito feliz que teve mostra uma culta inteligência, exercitada a manejar a pena. [...].¹⁹⁶

Parecer bem diverso daquele de fevereiro do mesmo ano, onde os romances de Machado de Assis e de Patrocínio foram satirizados e seus protagonistas foram reunidos em uma mesma história inventada pelo colunista Frei Fidélis, o casamenteiro.

Dois dias depois, a *Gazeta de Notícias* publicara uma transcrição da *Gazeta Popular de Macaé* intitulada “MOTTA COQUEIRO, OU A PENA DE MORTE”. O artigo não é assinado e inicia com a notícia de que houve uma demora na apreciação do romance, pois era necessária uma leitura atenta. Então o colunista começa o seu parecer escrevendo que:

¹⁹⁴ *Idem*

¹⁹⁵ *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1878. p.7

¹⁹⁶ *Idem*

O Sr. Dr. José do Patrocínio propôs-se uma questão social de alta ponderação, e para demonstrá-la serviu-se de um meio agradável: discutiu o grave assunto da iniquidade das penas irreparáveis e criou um belo romance [...].¹⁹⁷

Constava no artigo que o romance de Patrocínio possuía alguns defeitos, justificados pelo tempo, pois não era uma obra engavetada, pelo contrário, segundo o colunista, Patrocínio escreveu seu romance entre o final de novembro e início de dezembro de 1877; e em março do ano seguinte, o romance já era publicado em volume. O autor do artigo acrescenta que os defeitos são ínfimos, comparados a outros romances lidos e tolerados, entre os quais, estão os traduzidos do francês. Além disso, o crítico aponta outros aspectos positivos da obra. Descreve vários personagens, incluindo o protagonista Motta Coqueiro. Os elogios ocorrem também pelo fato de o romance ser permeado por aspectos verídicos. Tais aspectos são rompidos somente quando ocorre a aparição do “caboclo e sua confissão tardia.” Patrocínio é saudado pelo colunista, que considera *Motta Coqueiro* uma obra de propaganda pela extinção da pena de morte:

Saudamos o estimável escritor e a sua excelente produção.
Assim, a sua obra lida e profundamente meditada e derramada no espírito de nossos patrícios, consiga acordar-lhes estímulos para a luta em favor da realização do seu nobre pensamento - a extinção da pena de morte!¹⁹⁸

Nem todos os artigos ou notas sobre o romance de Patrocínio eram favoráveis. Podemos testemunhar mais uma vez este fato, através de um texto publicado no número 109 da *Revista Ilustrada* de Abril de 1878. O texto é um poema chamado “Anúncio Grátis”, com subtítulo “Motta Coqueiro- vende-se na *Gazeta de Notícias*”:

ANÚNCIO GRÁTIS
Motta Coqueiro= vende-se na *Gazeta de Notícias*.

Pobre do Motta Coqueiro
Pobre do triste, coitado;
Depois de preso e julgado,
E à morte condenado...
Ser vendido – e a bom dinheiro!

¹⁹⁷ *Gazeta Popular de Macaé*, In: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 08 abr. 1878. p.1

¹⁹⁸ *Idem*

Ai! Pobre dele, coitado,
Pobre do Motta Coqueiro!

Triste foi o tirocínio
Da vida do desgraçado...
Mas depois de sepultado
Vir às mãos do Patrocínio,
É ser mal predestinado!
Então, escrito e escarrado,
Impresso, morto, enforcado,
Sofre o golpe derradeiro:
Vai pras lojas ser vendido
E vendido a bom dinheiro...
Pobre do Motta Coqueiro,
Coitado dele, coitado!
Depois da força- vendido
Depois da morte – comprado!”

TONY.¹⁹⁹

Ao mesmo tempo que existe uma divulgação do romance, há uma crítica, pois Coqueiro é posto como mal predestinado, por ter sua história contada por Patrocínio e de uma forma muito rápida, pois foi “escrito e escarrado”. Isto significa que Tony considera a obra de Patrocínio mal escrita e com pouco valor literário.

2. A crítica posterior

Em 13 de março de 1888, Araripe Júnior publicou um artigo no jornal *Novidades*, onde discutirá a presença da escola naturalista no Brasil, especificamente, quando esta teve início no país. O artigo é intitulado: “ALUÍSIO AZEVEDO. O ROMANCE NO BRASIL”. Neste texto, Araripe afirma que poderia considerar a entrada do romance moderno no Brasil por meio de Aluísio Azevedo; porém, havia dois escritores, que poderiam perfeitamente ter dado início ao naturalismo. Tais eram Hop Frog (Tomás Alves Filho), que escrevera contos na *Gazeta de Notícias*, e José do Patrocínio com seu *Motta Coqueiro*, ou *A Pena de Morte*, romance que, segundo Araripe Júnior, possuía fórmulas zolescas.²⁰⁰

¹⁹⁹ TONY. Anúncio Grátis. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, abr.1878, n°109. Ano 3

²⁰⁰ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar (1848-1911). “Aluísio Azevedo, O Romance no Brasil”. *Novidades*, 19 mar. 1888. In: BOSI, Alfredo (seleção). *ARARIPE JÚNIOR. Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. 118

O romance de Patrocínio é mencionado também em um texto intitulado: “O ROMANCE NO BRASIL. INVASÃO DO NATURALISMO”, publicado em 23 de março de 1888, também em *Novidades*. Neste texto Araripe escreve sobre a literatura no Brasil, que segundo ele, não é uma literatura “sintética e disciplinada”. Entretanto, os romancistas brasileiros buscavam seus estímulos de produção na França e Inglaterra. Até que surgiram quatro portugueses que inspiraram os romancistas brasileiros, estes foram: Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Guilherme Azevedo e Eça de Queirós. Segundo Araripe, Eça foi o que mais influenciou as redações cariocas. Após esta observação, Araripe comenta sobre uma conversa que teve com Patrocínio:

Ainda tenho presente a sensação que causou, não o *Primo Basílio*, pois que, já, em 1874, eu então residente na província do Ceará, lera o *Crime do Padre Amaro* na *Revista Ocidental*, mas a febre de que estavam possuídos, em vista daquele livro, alguns rapazes, com particularidade José do Patrocínio, que escrevia o *Motta Coqueiro* na *Gazeta de Notícias*. Era no café de Londres, e pela primeira vez, me apresentavam ao escritor que fazia as suas primeiras armas. [...].²⁰¹

Vamos a outra obra, *Estudos de Literatura Contemporânea*, de Silvio Romero. Sua primeira edição data do final do século XIX, mas houve várias reedições posteriores e a edição consultada para este trabalho foi a comemorativa de 2002. Provavelmente o texto aqui analisado pertence a uma edição do início do século XX, já que Silvio Romero fala na morte de Patrocínio, que ocorreu em 1905: “É morto José do Patrocínio... Os homens, como ele, dispensam bem essas condolências banais [...]”.²⁰² Romero acrescenta que Patrocínio foi um dos primeiros romancistas a colocar em uma obra as questões sociais, principalmente quando escreveu seu romance *Motta Coqueiro*, pois mostrou o caso referente à justiça local. Romero também cita os outros romances de Patrocínio: *Pedro Espanhol* e *Os retirantes*.

O livro *Breve História da Literatura Brasileira*, de Érico Veríssimo, escrito a partir de suas conferências sobre Literatura Brasileira feitas nos Estados Unidos em 1944, foi publicado pela primeira vez naquele país em 1945. Foi traduzido para o português somente

²⁰¹ *Idem*. “O Romance no Brasil. Invasão do Naturalismo”. *Novidades*, 23 mar.1888. In: *op. cit.* p. 130

²⁰² ROMERO, Silvio. *Estudos de Literatura Contemporânea*. Org. Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002 p. 427 (edição comemorativa)

em 1995. Nesta obra, Veríssimo registra o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* no Apêndice. Está em uma lista de livros intitulada: “Autores e obras representativas do Naturalismo”.

No livro *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*, de Lúcia Miguel Pereira, encontramos o romance de Patrocínio no primeiro capítulo: “Ecos Românticos, Veleidades Realistas”. Lúcia Miguel Pereira o classifica como um romance que se utiliza de episódios históricos, ao lado dos romances de Araripe Júnior e de Franklin Távora:

Outro subterfúgio empregado pelos escritores para obterem maior liberdade de movimentos consistiu no recurso a episódios históricos, cuja reconstituição não feriria susceptibilidades. Tentou-o Araripe Júnior em *O reino encantado*, feito em torno do drama de Pedra Bonita, utilizou-o o barão de Jaguaribe nos *Herdeiros de Caramuru*, de sentido abolicionista; empregou-o Franklin Távora no livro em que se propôs estudar o homem do norte. Aproveitou-o José do Patrocínio, pondo em cena um caso judicial verídico em *Mota Coqueiro ou a Pena de Morte*.²⁰³

Lúcia Miguel Pereira também o considera como uma obra sem grande importância. Entretanto, revela uma qualidade incomum dos romances daquele período, a representação dos senhores e dos escravos na qual ninguém é mal ou bom na história. Assim, para Pereira, *Motta Coqueiro* não possui deformações românticas, pois também há naturalidade nos diálogos.

Uma obra que coloca o primeiro romance de Patrocínio em nota de rodapé é *A Literatura no Brasil*, livro dirigido por Afrânio Coutinho e co-dirigido por Eduardo Faria de Coutinho, editado pela primeira vez em 1955. Na página 89, Josué Montello, autor do capítulo “33 - Ficção Naturalista” cita romancistas inseridos nesta escola que tiveram suas obras quase esquecidas. Ele cita nomes como Horácio de Carvalho, Pardal Mallet, José do Patrocínio, entre outros. Em nota de rodapé ele dá informações sobre cada autor listado.

²⁰³ PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção – 1870-1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p.39 (Coleção reconquista do Brasil. 2. série; v.131)

Sobre Patrocínio, estão registrados as datas de nascimento, de falecimento, bem como o nome de seus três romances, entre eles *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*.

O livro de Nilo Bruzzi, *José do Patrocínio - Romancista* é uma coletânea de ensaios publicados no *Jornal do Comércio*, durante o centenário de nascimento de Patrocínio. Tais ensaios foram publicados em três domingos: 27 de setembro, 18 e 25 de outubro de 1953. Bruzzi debateu nos ensaios o papel de Patrocínio como romancista, já que o mesmo é sempre lembrado como jornalista, orador e abolicionista. Os ensaios ficaram distribuídos no livro em três capítulos. O primeiro foi uma apreciação de *Os retirantes*, o segundo capítulo focalizava *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* e o último foi dedicado ao romance *Pedro Espanhol*. O enfoque do romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* concentra-se no segundo capítulo da obra de Bruzzi. O crítico destaca o papel social existente no romance e cita nomes como Silvio Romero e Múcio Leão, que defendiam a mesma opinião. Bruzzi fala sobre o enredo, dizendo que a história não trata de um erro judiciário e sim de um assassinato do adversário político. Nilo Bruzzi defende a idéia de ter havido uma corrupção da magistratura do império, durante a morte do fazendeiro, que mais tarde inspiraria Patrocínio a escrever sua história. Assim Bruzzi confirma:

Patrocínio, no seu romance, trouxe para as páginas do seu livro a pena de morte como instrumento legal para eliminação do incômodo adversário político. A questão social dos régulos provincianos usando meios torpes e cruéis para detenção do poder político.²⁰⁴

O escritor também comenta sobre a construção da narrativa, afirmando tratar-se de uma obra com cenas admiráveis, causando um grande interesse no leitor, e comenta sobre a linguagem do romance, que considera atual. Para o estudioso, todas estas expressões fizeram o romance ficar para a posteridade. Nilo Bruzzi chama a atenção do leitor sobre os personagens de *Motta Coqueiro*. Diz que Patrocínio foi fiel ao registro do processo criminal sobre o caso, que ele teria lido na íntegra:

Nada lhe passou despercebido. Leu atentamente, página por página, a peça judicial, não desprezando nenhum pormenor. Vale dizer, o seu

²⁰⁴BRUZZI, Nilo. *José do Patrocínio- Romancista*. Rio de Janeiro: Aurora. 1959. p. 29

romance é rigorosamente histórico, fielmente subordinado ao episódio verdadeiro, com aquela ressalva do personagem Herculano.²⁰⁵

Segundo Nilo Bruzzi, Patrocínio constrói seus personagens de acordo com o que encontrou no processo-crime, exceto o assassino da família de Francisco Benedito, o mestiço Herculano, que aparece no final do romance. O estudioso cogita a possibilidade de José do Patrocínio ter recolhido informações sobre Motta Coqueiro com os próprios filhos do condenado, ou de o enteado do fazendeiro estar vivo no momento da pesquisa de Patrocínio. Desta forma, Bruzzi acredita que Cabral, enteado de Motta Coqueiro, tenha fornecido a Patrocínio elementos para que este iniciasse seu romance, como cartas e bilhetes: “A veracidade de toda narrativa impõe fé nas cartas e bilhetes [...]”²⁰⁶. Além disso, outras possibilidades são levantadas, como a de Úrsula, esposa de Motta Coqueiro, ser mandante do crime que levaria seu marido ao patíbulo; assim, Bruzzi acredita que Patrocínio inventou Herculano para “poupar a memória da esposa de Coqueiro”.

Um livro publicado em 1965 também apresentará um estudo do primeiro romance de Patrocínio: *O negro na ficção brasileira*, de Gregory Rabassa. *Motta Coqueiro* será discutido no capítulo II: “O negro na literatura Brasileira.” Rabassa inicia o capítulo citando a literatura do século XV, onde já existia representação de personagens negros. Reporta-se também à literatura jesuítica, onde os índios predominavam, porém em alguns textos de Anchieta existe menção de escravizados que começavam a chegar no Brasil. Rabassa passa pelos séculos XVII e XVIII, citando Antonio Vieira como um escritor que focalizou o negro em suas obras, até chegar, enfim no século XIX, onde cita Patrocínio como um lutador contra a escravidão:

Um dos lutadores mais ativos contra a escravidão no século XIX foi José do Patrocínio. É estranho, portanto, que um romance que ele escreveu como protesto contra a escravidão tenha caído no esquecimento. Chama-se *Motta Coqueiro* e é uma descrição da vida de fazenda no século XIX.[...].²⁰⁷

²⁰⁵ *op. cit.* p. 40

²⁰⁶ *op. cit.* p. 43

²⁰⁷ RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Tradução Ana Maria Martins Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p. 95

Segundo o parecer de Gregory Rabassa, o romance de Patrocínio mostra como era a vida na fazenda no período da escravidão. Embora considere o enredo complicado, para Rabassa os personagens negros são figuras mais significativas do que em outros romances históricos do mesmo período e que tratam do assunto: abolição da escravatura.

No mesmo ano, 1965 foi publicado o livro de Nelson Werneck Sodré, *O Naturalismo no Brasil*. Nesta obra, o romance de Patrocínio é analisado em um capítulo homônimo. Werneck destacará o olhar de Araripe Júnior e Lúcia Miguel Pereira, inclusive transcrevendo trechos dos livros de ambos. Assim, do livro de Araripe, Werneck destaca o fato de Patrocínio ser mencionado como um dos primeiros escritores a utilizar aspectos naturalistas em seu romance. E em relação a Lúcia Miguel Pereira, Werneck utiliza parte de seu texto, no momento em que ela afirma que a novela de Patrocínio não tem maior importância, mas possui uma qualidade pouco comum dos romances: a criação objetiva, que nada mais é do que o equilíbrio existente na comparação entre senhores e escravos, não se colocando de um lado a virtude e do outro a maldade, sendo uma reação contra a deformação romântica.

Em 1966, Godofredo Tinoco, um estudioso conterrâneo de José do Patrocínio, escreveu o livro: *Motta Coqueiro, a grande incógnita*, uma espécie de livro-documento. Tinoco transcreve e analisa parte do processo-crime contra Motta Coqueiro e também estuda outros documentos, como o inventário e o testamento do condenado. Cita outros livros que trataram da história, entre eles o romance de José do Patrocínio, que, segundo Tinoco, é uma das: “crônicas escritas sobre o mais ruidoso acontecimento verificado no último quartel do século XIX, atraindo todas as atenções para a velha planície Goitacá [...]”²⁰⁸. Tinoco considera *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* um romance que combate a pena de morte no Brasil. Porém é só um romance, que apresenta em suas páginas momentos dramáticos, passagens que comovem e fantasias onde “o conteúdo histórico desaparece, além de haver confusão entre nomes autênticos e nomes fictícios”.

No livro *A Literatura Brasileira*, de José Pacheco, publicado em 1968, o romance de Patrocínio aparecerá somente no final do capítulo XVI: “Fronteira”, em uma nota de

²⁰⁸TINOCO, Godofredo. *Motta Coqueiro. A grande Incógnita*. Rio de Janeiro: São José. 1966. p. 17

rodapé. Pacheco mostrará a zona fronteira entre literatura, ciências e jornalismo. Citará Patrocínio na última parte e colocará uma nota de rodapé, dizendo que Patrocínio teve três tentativas frustradas de literatura: *Os retirantes*, *Pedro Espanhol* e *Motta Coqueiro*.

O romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* foi amplamente discutido no livro biográfico de Raimundo de Magalhães Júnior: *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, publicado em 1972. Um capítulo inteiro é dedicado ao estudo do primeiro romance do biografado: “5- Uma consciência contra a pena de morte.” Magalhães começa seu texto apontando as prováveis causas que levaram Patrocínio a criar seu primeiro romance. A primeira, segundo Magalhães, foi a publicação de obras nacionais nos jornais da corte. Porém a *Gazeta de Notícias* ainda não seguia este modelo, Magalhães escreve:

Por que não hei de ser eu quem há de escrever o seu primeiro folhetim brasileiro?” Devia ter pensado José do Patrocínio. Apaixonado, queria crescer no conceito de sua amada e da família Sena, colocando-se no nível de um Alencar e de um Machado de Assis.²⁰⁹

Magalhães então apresenta dois fatores que levariam Patrocínio a escrever seu romance: ser o primeiro romancista brasileiro a ter um folhetim publicado na *Gazeta de Notícias* e conquistar o amor de Bibi, sua futura esposa. O biógrafo elenca mais fatores, como um telegrama de São João da Barra, que noticiava que em Itabapoana, um homem à beira da morte confessara-se a um padre, e dissera ser o autor do terrível crime que levava à forca Motta Coqueiro e mais três inocentes. Além desta notícia, outros artigos foram publicados com o título Pena de Morte. Magalhães cita a transcrição de um artigo publicado no *Aurora Macaense*, que proclamava a inocência de Motta Coqueiro, e se aprofundava em particularidades do julgamento e no processo que pareciam falhos. Segundo Magalhães, Patrocínio já era condicionado a escrever *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, pois além de ter contato com todo esse material da imprensa, também crescera em Campos ouvindo a história do rico fazendeiro que tivera um fim trágico. Assim “não lhe faltariam elementos para levantar os fatos, quer na imprensa da época, quer nos autos do

²⁰⁹MAGALHÃES JR, Raimundo de. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. 2 ed. São Paulo: Lisa/ Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 42

processo que se encontravam no arquivo público da corte”²¹⁰. Para Magalhães, a descrição da vida na fazenda de Macabu, da senzala e do trabalho dos escravizados no eito apresentados no segundo capítulo “era, decerto, a lembrança do que vira na Fazenda do Imbé que ele, agora, transportava para o Sítio do Bananal [...]”²¹¹. Segundo a crítica de Magalhães, *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, inicia-se de forma admirável e acaba de forma ilógica e um tanto forçada, devido ao acréscimo do personagem Herculano, o mestiço que matara a família de Francisco Benedito.

Cem anos depois de sua primeira edição em folhetim, o romance *Motta Coqueiro* recebe uma edição comemorativa. Nesta edição encontramos a introdução intitulada “Desvios de Ficção”, escrita por Silviano Santiago. Santiago começa seu texto esclarecendo o que pode ser um romance de tese, e assim comenta algumas características que fazem com que *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, possa ser classificado em tal categoria de romance:

[...] o romance de tese apresenta, de início, uma única e irrecusável leitura, que torna, primeiro, o personagem principal simpático aos olhos do leitor e, em seguida, a narrativa menos complexa e ambígua. Pois requer uma única convivência de idéias entre leitor, texto e autor. Não é portanto difícil para o leitor virar as últimas páginas de *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* e concordar plenamente com o texto e seu autor [...].²¹²

Silviano Santiago cita outras obras para compará-las ao romance em questão. Entre as obras literárias há *Os Sertões* de Euclides da Cunha, que Santiago afirma também ser um romance de tese. Santiago até transcreve uma frase de Euclides da Cunha sobre o seu romance e em seguida, destaca aspectos de *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*:

“Não tive o intuito de defender os sertanejos, porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente de ataque”. Assim, também, José do Patrocínio pede ao leitor que reveja o julgamento de *Motta Coqueiro*; acima das narrativas (orais, populares, jornalísticas, ou ainda a versão

²¹⁰ *op. cit.*

²¹¹ *op. cit.* p. 48

²¹² SANTIAGO, Silviano. *Desvios da ficção (introdução)*. In: PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Instituto Estadual do Livro, 1977. p.12

oficial dada pelo tribunal do júri) que foram elaboradas por ocasião da prisão, julgamento e execução do fazendeiro.²¹³

Santiago ainda explora o espaço do romance, o narrador, além de analisar as personagens, suas características, e suas funções para o desenvolvimento da trama. Santiago chama a atenção para a existência de uma abordagem social destes personagens. Toda essa construção, segundo o estudioso, mostra um aspecto positivo do romance, pois apresenta várias intenções do autor, não só de reivindicar a abolição da pena de morte, mas também de como era a vida dos escravizados.

Cem anos após a primeira edição em volume do romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, no ano de 1978, Joel Rufino dos Santos escreveu um artigo no jornal *Leia Livros* na *Seção Polêmica*; seu título era “José do Patrocínio era da Arena?” Rufino inicia seu texto com a pergunta: “Por que o governo do Estado do Rio patrocinou a reedição deste livro de José do Patrocínio contra a pena de morte?”²¹⁴ O próprio Rufino responde:

Percorridas as suas 278 páginas, só temos uma resposta: porque não é contra a pena de morte, mas contra o povo. Sobram da época em que o “Tigre da Abolição” escreveu o seu libelo, 1877, pelo menos uns 10 livros melhores e mais progressistas a merecerem reedições [...].²¹⁵

Joel Rufino diz ainda que há uma questão ideológica: “governos x reeditam autores x”. Assim, o estudioso parte para a questão histórica. Dirige-se ao movimento abolicionista, discutindo as duas correntes: *a moderada*, que defendia a abolição gradual e a *democrática*, que defendia a libertação imediata. Ele escreve sobre a participação de Patrocínio no evento e diz que seu comportamento era retrógado, pois apesar de pertencer ao grupo da abolição democrática, Patrocínio definiu, segundo Rufino, a “Abolição como um presente generoso da Princesa Isabel aos pretos.” Desta forma, Rufino defende a ideia de que Patrocínio, por ser retrógado, virou um “herói oficial”. Foi idealizado nos livros e mais tarde celebrado na Rede Globo. Rufino compara Patrocínio a Pelé: “Estamos diante do “bom crioulo”. Sintomaticamente, Patrocínio tinha as mesmas posições do arenista Edson

²¹³ *op. cit.* p.15

²¹⁴ SANTOS, Joel Rufino dos. José do Patrocínio era da Arena? *Leia Livros*, São Paulo, 15 jul. 1978. Seção Polêmica, p. 3

²¹⁵ *Idem*

Arantes do Nascimento: povo é corja fedorenta, indisciplinada e incapaz, que só paga vexame e tem de ser governado com rabo de tatu.”²¹⁶

Desta sorte, segundo o crítico, a obra de Patrocínio, *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, mostrará os negros sempre de forma negativa. Rufino usa como exemplo o carrasco que executa Coqueiro. Transcreve a descrição que é dada no romance: instintos de fera e boçal. Joel Rufino aponta outras personagens, como Balbina, que no romance recebe descrições nada agradáveis, como: olhos maus, beijos tímidos. Também fala da escravizada Carolina, representada como a negra lasciva. Domingos, que é elogiado por ser fiel a seu senhor, é comparado a um animal. O estudioso aponta ainda a diferença existente entre os personagens negros e os brancos. Os brancos possuem aspectos opostos.

Rufino completa escrevendo que Patrocínio quis mascarar a realidade social e falseou o processo de criação literária. Pois a realidade não é como Patrocínio descreveu em seu romance: a amizade entre um senhor de escravos e seu agregado. Porém, segundo Rufino, há outra situação, e não é essa, de aparente paz; o que existe é a exploração de um sobre o outro, e o compadrio disfarça essa situação: “Esta é, portanto, a dupla função do compadrio em nosso meio rural: mascarar a exploração, buscar a violência sistemática das relações sociais no campo [...]”²¹⁷.

Apesar de Rufino considerar a obra de Patrocínio uma “trama diabólica urdida pelos maus contra os bons” ele considera que não se poderia cobrar uma visão diferente de Patrocínio, pois este via pelo prisma da sociedade em que vivia; porém, segundo Rufino, o governo do Estado do Rio e a Editora, não poderiam ter “ressuscitado” esta obra, que Rufino acaba chamando de “idiota”. Assim Rufino finaliza seu artigo dizendo que Patrocínio era o tigre abolicionista de papel, que idolatrava os brancos. E avisa aos seus leitores: “José do Patrocínio era da Arena.”

Wilson Martins em seu livro *História da Inteligência Brasileira* (1979), considera *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, um romance que fez parte de uma literatura social. Além disso, o estudioso explica que *Motta Coqueiro*, antes de ser um romance contra a pena de morte, é uma obra contra a escravidão, “porque o seu verdadeiro tema é a

²¹⁶ *Idem*

²¹⁷ *Idem*

inevitável depravação de caráter desencadeada no escravo pelo regime servil [...]”²¹⁸. O crítico cita personagens negros e escravos, como Balbina, que possui uma linguagem “florida e poética de Peri”, mas que é plena de traços negativos”; há também o carrasco, que, segundo Martins, acaba sendo o personagem central, embora Motta Coqueiro devesse sê-lo.

Segundo o estudioso, Patrocínio dilui a falsa dramaticidade em um estilo retórico ultraliterário, assim transcreve um trecho do romance, onde é descrita a figura do carrasco que acompanha Motta Coqueiro à saída da prisão. Mais uma vez, o crítico nos chama a atenção sobre o carrasco, no momento que antecede à execução do fazendeiro. Afirma que o trecho citado sobre o carrasco, é a “chave” do romance: “a escravidão extirpava do homem qualquer resquício de humanidade, tornando-o sanguinário e insensível [...]”.²¹⁹

O romance de Patrocínio está presente no livro: *Raça e Cor na Literatura Brasileira* (1983), de David Brookshaw. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* foi analisado no primeiro capítulo, intitulado “O escritor branco”, com o subtítulo: “Literatura abolicionista: a criação de um estereótipo”. E é justamente o estereótipo existente no romance de Patrocínio que será tratado por Brookshaw. Segundo o estudioso americano, a obra de Patrocínio apresenta o estereótipo do escravo demônio através do personagem carrasco que executará Motta Coqueiro. O narrador do romance destaca os aspectos negativos do personagem, abordando suas características de forma exagerada, atribuindo-lhe feiúra e bestialidade. Há outro personagem negro analisado, representando o estereótipo do escravo fiel; entretanto, este recebe também aspectos animalizados, pois é comparado com um cão e uma besta. Segundo Brookshaw, “[...] se Macedo pode ser chamado de precursor do Naturalismo, o mesmo pode ser dito de José do Patrocínio, cujo romance anti-escravocrata *Motta Coqueiro* foi publicado em 1877. [...]”²²⁰

O crítico americano termina a análise da obra defendendo a idéia de que tanto Macedo, como Patrocínio colocam os escravos em duas posições em suas obras: culpa e

²¹⁸ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix. 1979. v. IV. p.17

²¹⁹ *op.cit.* p 18

²²⁰ BROOKSCHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Tradução Marta Kirt. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.35 (Novas Perspectivas, 7)

inocência. Culpa, porque contaminam seus senhores através de sua imoralidade; inocência, pois são escravizados por seus senhores.

Já na obra de Oswaldo de Camargo, *O negro escrito* (1987), o primeiro romance de Patrocínio é comentado no primeiro capítulo, “Negros e Mulatos na literatura brasileira”. É citado em duas situações, a primeira, com o subtítulo “Patrocínio, o Tigre da Abolição”, onde Oswaldo de Camargo fala de Patrocínio como um grande jornalista, orador e abolicionista. Sobre Patrocínio romancista registra: “A obra propriamente literária de Patrocínio é, efetivamente, fraca, descolorida.”²²¹

O primeiro romance de Patrocínio foi analisado por Temístocles Linhares, em seu livro *História Crítica do Romance Brasileiro* (1987), no capítulo “Naturalismo Social”. Embora a obra seja citada em um capítulo sob esse título, Linhares afirma que Patrocínio “não fora naturalista, mas podia ser considerado um dos iniciadores do romance social entre nós.”²²² Linhares declara que *Motta Coqueiro ou a Pena de Morte* é uma tentativa de romance social, pois existia a intenção nesta obra de abordar um problema social daquele tempo: a pena de morte. No entanto, o crítico considera a obra de Patrocínio uma “péssima realização, porque apresenta tendências retóricas do romantismo”, e ainda acrescenta que Patrocínio se perdeu em muitos detalhes inúteis. Apesar de todas essas observações negativas, Linhares acredita que o romance é significativo em sua intenção contida que transparece no fim da obra, quando o fazendeiro Motta Coqueiro recebe a condenação. O crítico nos chama a atenção em relação ao tom existente de oratória e declamação de comício abolicionista encontrados na obra; desta sorte, Linhares acredita que não havia um romance “no sentido rigoroso da palavra”, porque além dos aspectos já citados, segundo Linhares, o autor não era romancista. Linhares acrescenta que o romance de Patrocínio não dispunha de recursos que prendessem o leitor. Desta forma reforça que as tendências retóricas da obra prejudicaram muito a relação entre obra e leitor. Linhares lembra das cenas da escravidão rural presente na obra de Patrocínio, e dos “tipos” de escravos que participaram da progressão dramática da obra. Devido a este espaço, o estudioso acredita

²²¹CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito. Apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira*. São Paulo: IMESP. 1987. p. 47

²²² LINHARES, Temístocles. *História Crítica do Romance Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 269. (coleção reconquista do Brasil. 2ª série . v. 16-18)

que *Motta Coqueiro ou a Pena de Morte*, não pode ser classificado como um romance social “nas escalas dos romances naturalistas de Aluísio”, que retrata a unidade bio-psicológica do homem urbano. Em suma, Linhares conclui que o primeiro romance de Patrocínio tem mais valor histórico do que literário, e os romances *Os retirantes* e *Pedro Espanhol* não fogem à regra.

No livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, publicado em 1995, o romance de Patrocínio é citado em uma nota de rodapé, no capítulo: “A PROSA ROMÂNTICA: SERTANISMO”. Neste capítulo, Werneck disserta sobre o motivo do sucesso dos romances na era romântica, sobretudo graças ao aparecimento do folhetim. Werneck cita alguns romancistas como Macedo e Alencar, principais nomes do período, além de Bernardo Guimarães, Távora e Taunay. Werneck comenta que, na Corte, outros escritores procuravam sucesso escrevendo e publicando seus romances-folhetins. Em uma nota de rodapé, citando alguns nomes que tentaram o sucesso através do folhetim, consta *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*.

Por fim, um romance publicado pela primeira vez em 1998 possui em sua referência bibliográfica o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. A obra foi escrita pelo jornalista Carlos Marchi e é intitulada *A Fera de Macabu*. Este romance contará a mesma história abordada por Patrocínio: a execução do fazendeiro Manuel da Motta Coqueiro. Porém possui uma abordagem diversa da primeira. Marchi mostra Motta Coqueiro como um homem comum, com defeitos, ambicioso e com uma amante, enquanto Patrocínio o mostra como quase santo, que inclusive resiste ao amor de Antonica. Na obra de Marchi, Coqueiro se relaciona com a filha mais velha de Francisco Benedito, Chiquinha. Ela acaba engravidando, este acontecimento gera conflitos, pois o pai da moça deseja uma fazenda para que se pague a honra de sua filha. A esposa de Coqueiro fica sabendo da situação, e acaba sendo a possível mandante da chacina da família do agregado. Além disso, o romance de Marchi tem como personagens D. Pedro II e Victor Hugo.

O artigo “A Pena de Morte na Legislação Criminal Comum do Brasil- O Caso Motta Coqueiro e a sua repercussão”, de junho de 2004, tratará da pena de morte no Brasil desde o período colonial até o império. Também discorrerá sobre o caso Motta Coqueiro e como o fato repercutiu na sociedade. O autor registra que o caso inspirou vários escritores,

e cita José do Patrocínio como o primeiro a produzir um livro a partir do fato. Escrito pelo jurista Sérgio da Costa Franco, o artigo não faz uma análise literária, porém dá um parecer sobre o romance. Franco classifica *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* como um romance de tese e que tem como objetivo combater a pena de morte ainda vigente no período de sua publicação. Para finalizar, Franco diz que Patrocínio insinua em sua obra que as motivações partidárias influenciaram na condenação de Coqueiro e afirma que este fato é “muito plausível”.

Temos ainda o livro de Armando Borges, *O Último enforcado*, também de 2004, onde nos é apresentada a história de Manoel da Motta Coqueiro através de uma mescla de dados históricos com ficção. Borges cria diálogos possíveis entre Manoel da Motta Coqueiro e a vítima Francisco Benedito. Ficcionaliza o possível envolvimento amoroso entre Coqueiro e Francisca, filha mais velha do agregado. Porém no momento de conclusão do trabalho, apresenta o romance de Patrocínio como um registro histórico. Isto ocorre no capítulo: “O inventário de Motta Coqueiro”, onde Borges falará de José do Patrocínio, bem como de seu romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Borges afirma que o romance de Patrocínio pode ter sido o primeiro livro sobre o fazendeiro Coqueiro. Além disso, Borges diz acreditar que as narrativas de Patrocínio são as “mais próximas da realidade, até hoje escritas”.

Trataremos agora de uma tese escrita por Renato César Möller, *A Fera de Macabu: Memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição*, que abordará as memórias e as representações do caso Motta Coqueiro sob uma perspectiva psicossocial. Möller mostrará os mecanismos de apropriação popular de antigos acontecimentos utilizando o caso do fazendeiro que 150 anos antes fora executado. Para tanto, o pesquisador analisou 400 entrevistas feitas em Macaé, revelando as ideias centrais que cercam o fato. Möller junta registros, como a possível maldição centenária que Coqueiro jogou sobre a cidade de Macaé e a produção jornalística e literária daquele momento. Também analisa obras contemporâneas audiovisuais que abordam o mesmo tema. Na introdução de seu trabalho, o pesquisador nos apresenta o romance de José do Patrocínio como um bom investimento para o escritor negro, pois:

Suas crônicas sobre a tragédia de Motta Coqueiro, difundidas pela imprensa carioca, tornaram-se um sucesso, comparado pelo aumento das vendas da *Gazeta de Notícias*, jornal que as editava. Em 1878, o autor publica o drama retratado nas crônicas em um romance intitulado ‘Motta Coqueiro ou A Pena de Morte’, impresso na tipografia da *Gazeta de Notícias* [...].²²³

Möller também usa como referência de informações sobre o caso o romance de Carlos Marchi, *A Fera de Macabu*, de 1998. O pesquisador afirma que esta obra é “uma das fontes de informação mais completas e difundidas sobre o caso.”²²⁴ Analisando materiais audiovisuais sobre o caso Motta Coqueiro, chama a atenção para um programa televisivo que dramatizou a história do fazendeiro sob o olhar do romance de Carlos Marchi: *Linha Direta*, transmitido pela Rede Globo de Televisão no ano de 2003. O pesquisador também destaca uma radionovela intitulada “A Fera de Macabu”, veiculada pela Rádio Justiça, e que foi inspirada no romance de José do Patrocínio. Ainda Möller cita outras obras e artigos de jornais que abordaram o caso Motta Coqueiro e mais uma vez menciona o romance de Patrocínio, pois ele chega à conclusão de que Herculano, que é citado no livro do jurista José Cretella Júnior, *Crimes e julgamentos famosos* de 2007, nada mais é do que a criação de Patrocínio:

[...] pudemos concluir que é exatamente a partir do romance de Patrocínio que Herculano passa a integrar o drama de Macabu. Patrocínio o descreve como um “caboclo de raça”, “oficial de ferreiro” que revelaria ao filho no leito de morte a autoria do massacre de Macabu, motivado por “vingança” em consequência de uma não explicada “desonra” de sua família [...].²²⁵

Renato César Möller acredita que, ao criar o personagem Herculano, Patrocínio quis proteger os familiares de Coqueiro que provavelmente estariam vivos no momento da produção do romance. O estudioso destaca em sua tese que Patrocínio é citado por Alberto Lamago como sendo responsável pela adulteração da data da execução de Coqueiro, que

²²³MÖLLER, Renato César. *A Fera de Macabu: Memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 10

²²⁴ *Idem*

²²⁵ *op.cit.* p.16

segundo alguns documentos, foi dia 06 de março de 1855. Enquanto que Patrocínio registra em seu romance como sendo 26 de agosto de 1855. Patrocínio teria sido “ainda, responsabilizado pela disseminação, através de seu romance de uma considerável lista de imprecisões relacionadas à história de Motta Coqueiro”.²²⁶

Möller considera Patrocínio como um “paladino empenhado na luta contra as injustiças sociais largamente cometidas naqueles idos de 1877”.²²⁷ Portanto o pesquisador defende a ideia de que o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, trata-se da defesa da abolição da pena de morte no Brasil, por isso classificado um romance de tese. Para afirmar este registro, Möller recorre ao prefácio da edição centenária do romance (1977) escrito por Silviano Santiago. Möller ainda afirma que:

“É sob a sombra desse romance seminal que os registros da tragédia de Macabu – estejam eles situados nas esferas artística, jurídica e mesmo histórica – parecem se deixar conduzir [...]”.²²⁸

Para finalizar esta análise, temos ainda o site da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas gerais, onde se encontra um projeto coordenado pelo prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte, desde agosto de 2009. O projeto é uma pesquisa de iniciação científica chamada “Literafro- Portal da Literatura Afro-Brasileira”, que fez um levantamento parcial com 263 nomes de escritores negros, unidos no Dossiê da Literatura Afro-brasileira. No Portal da Literatura Afro-Brasileira, já é possível encontrar as biografias de literatos afro-descendentes, entre os quais José do Patrocínio, e um pequeno comentário do romance *Motta Coqueiro, ou A Pena de Morte*. O romance é apresentado como antiescravocrata:

que transita entre dois extremos: o estereótipo do escravo demônio, atribuído a um carrasco negro, e do escravo fiel, sem poupar-lhe no entanto, a descrição de suas feições animalizadas, sua feiúra e seu caráter bestial.²²⁹

²²⁶ *op. cit.* p.24

²²⁷ *Idem*

²²⁸ *Idem*

²²⁹ DUARTE, Eduardo de Assis, *Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica- Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira*.(2009) Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>, acesso em 18/11/2010

Em seguida, o autor do texto conclui sua análise utilizando a teoria de David Brookshaw, que diz que os escravos representam a culpa e a inocência na obra de Patrocínio, culpa por sua imoralidade que contamina seus senhores e inocência pela escravidão, que os leva a esta imoralidade.

Neste capítulo conhecemos a trajetória do romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, através de publicações de artigos de periódicos e de livros. As críticas contemporâneas ao romance de Patrocínio são bem diferenciadas; enquanto umas o enquadram somente como romance histórico, ou como verdade do caso Motta Coqueiro, outras tentam qualificá-lo na escola realista que chegava ao Brasil no final da década de 1870, além de ressaltarem o bom estilo e movimento existentes na obra.

Nas abordagens posteriores, percebe-se que o valor literário da obra é mais questionado do que nas críticas contemporâneas, que muitas vezes ficaram calcadas na “pura verdade” dos fatos. O romance de Patrocínio eventualmente é apresentado como uma obra menor, porém é possível verificar que esta obra literária é que mantém viva até hoje a história do erro judiciário, como abordaremos em nossa conclusão.

Conclusão

No século XIX, a literatura e a imprensa possuíam uma estreita ligação, sobretudo, pelas publicações de obras literárias nos rodapés dos jornais. Esta forma de edição diária ocorreu com o primeiro romance de José do Patrocínio, *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. A relação entre imprensa e literatura é inerente nesta obra, pois foi inspirada em um caso que teve grande repercussão na imprensa entre os anos de 1852 a 1855. Os jornais das cidades de Macaé e Campos exploraram a morte brutal de uma família de colonos, bem como os grandes periódicos da corte *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro*.

Após duas décadas, Manuel da Motta Coqueiro seria lembrado nos jornais como um erro judiciário e sua história tornou-se uma bandeira contra a pena capital. Neste mesmo período, folhetins fazem sucesso na Europa, e o Brasil também segue as tendências do velho continente. Jornais brasileiros importam romances-folhetins franceses e os traduzem para seu público ávido de novidades internacionais. A *Gazeta de Notícias* seguia este molde, até que em 22 de dezembro de 1877, publicou seu primeiro romance-folhetim nacional: *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*.

Nos anos setenta do século XIX, os romances cuja temática fosse crime, estavam em alta, como Ana Porto explica em seu trabalho *Novelas Sangrentas: literatura e crime no Brasil. (1870-1920)*:

“A publicação de histórias de crimes era intrínseca do funcionamento dos jornais. Alguns periódicos imprimiam obras em geral já publicadas sob forma de folhetim no rodapé [...]”²³⁰

É exatamente isto que ocorreu com o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. No final do ano de 1877 teve sua edição diária em folhetim até o início de março de 1878. Já no final do mesmo mês, a *Gazeta de Notícias* o publicou em volume em sua tipografia e fez uma ampla divulgação diária, como vimos no capítulo 3 desta dissertação.

Mais do que contar a história do crime cometido contra a família de Francisco Benedito, Patrocínio quis discutir a pena de morte, imposta a Manuel da Motta Coqueiro.

²³⁰ PORTO, Ana Gomes. *Novelas Sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009. p.3

Para isso, Patrocínio utilizou em seu romance-folhetim as técnicas comuns às obras publicadas em rodapé, como o melodrama, suspenses, ganchos, estereótipos etc, tudo para tornar a história convidativa para seu leitor. O romance alcançou uma considerável repercussão nos periódicos do ano de 1878 e, mais uma vez, sua forte ligação com a imprensa se evidencia: o primeiro romance de Patrocínio foi bastante comentado no período de suas edições em folhetim e em volume, não caindo no esquecimento posteriormente.

A história do fazendeiro Manuel da Motta Coqueiro atravessou gerações. Na internet, Motta Coqueiro é lembrado em blogs de advogados, de juristas e de pessoas leigas. O suposto erro judiciário é utilizado como discussão sobre a pena de morte no Brasil. Nestes debates, o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte* de Patrocínio é mencionado como fonte sobre o caso.

O caso Motta Coqueiro foi dramatizado na TV em 2003, em um programa chamado “Linha Direta/ Série Justiça”, transmitido pela Rede Globo de Televisão. Foi feita uma reconstituição da vida do fazendeiro antes do assassinato da família de Francisco Benedito, do crime que levaria Coqueiro ao patíbulo e de sua execução.

No rádio, o massacre da família de Francisco Benedito e a execução do fazendeiro, foram apresentados em forma de radionovela, dividida em cinco capítulos, entre os dias 25 de junho e 1º de julho de 2007, e houve reprises. A dramatização foi veiculada pela Rádio Justiça, em um programa chamado “Justiça em Cena” que pode ser acessado pela internet no site <http://www.radiojustica.jus.br>.

Além dos meios de comunicação já citados, a história de Motta Coqueiro virou filme, “Sem Controle”. Dirigido por Cris D’Amato, o longa foi para as telas de cinema em 2007. A história é ambientada nos tempos atuais. Um diretor de teatro, obcecado pela história de Motta Coqueiro, resolve montar uma peça de teatro sobre o fazendeiro. Porém a peça é mal recebida pela crítica. Danilo, o diretor tem uma crise psicológica. Uma amiga e ex-namorada, Márcia, o interna na clínica psiquiátrica onde é diretora. Danilo conhece e se envolve com uma paciente chamada Aline, que o ajuda resgatar a peça de teatro sobre o fazendeiro. Danilo ensaia a peça com os internos da clínica, ele fará o papel principal, será Motta Coqueiro, a partir de então haverá uma confusão no tempo e no espaço. Ele é Danilo

ou Motta Coqueiro? Está no século XXI ou XIX? Danilo, como Coqueiro, revive toda a situação de angústia do fazendeiro executado. O filme foi lançado pela Fox do Brasil.

Em nosso trabalho não apresentamos todos os materiais que mencionam a história de Coqueiro e o fim trágico da família de Francisco Benedito, pois além de serem vastíssimos, não é nossa intenção explorar o caso em si. Entretanto, com os documentos aqui apresentados, esboçamos a ideia da grande repercussão do fato, e de como depois de 150 anos, ainda causa curiosidade, discussões e estudos.

Com este apontamento, nos aproximamos do que significou para José do Patrocínio a história do fazendeiro. A partir de um fato verídico e amplamente divulgado na imprensa, Patrocínio construiu uma ficção com características folhetinescas. A visão de mundo apresentada no romance é pertencente ao período de sua construção. Desta forma, a nossa intenção foi a de apresentar os fatos registrados em documentos, sobretudo o processo-crime e a imprensa do período em que ocorreu o assassinato da família de Francisco Benedito (1852), e que resultou na execução de Coqueiro e seus co-réus, Florentino, Faustino e Domingos, no ano de 1855. Além disso, abordamos a imprensa dos anos de 1877 e 1878, momento em que inicia a discussão sobre a possibilidade de erro judiciário ocorrido contra Motta Coqueiro, culminando na elaboração do folhetim: *Motta Coqueiro, ou A Pena de Morte*, de José do Patrocínio.

Através destes levantamentos, fizemos um estudo dos fatos que levaram a elaboração do romance. Assim, analisando *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, encontramos sua inspiração resultante da imprensa dos anos de 1852 a 1855. Esta inspiração existiu graças às pesquisas feitas por Patrocínio em documentos e em jornais.

Eis que surge o romance que se tornou base de nossos estudos: *Motta Coqueiro, ou A Pena de Morte*, construído graças às pesquisas e à leitura de periódicos, inclusive publicado em um, estreitando ainda mais sua ligação com a imprensa do século XIX. Além do estreitamento com a imprensa, este romance possui um papel fundamental para a história do fazendeiro executado, afinal, não existem evidências de que Manuel da Motta Coqueiro fora culpado, mas também não há provas de que ele era inocente. O assassino curiosamente se revela no ano em que José do Patrocínio resolve escrever seu primeiro romance. Patrocínio inspirou-se no telegrama de Itabapoana, ou o telegrama fora um

marketing para o romance-folhetim que estava para nascer? Através de nosso levantamento não encontramos nenhum material que prove a veracidade do surgimento do moribundo assassino, pelo contrário, a maioria dos artigos ou livros que tratam do caso, acabam acatando a história do personagem Herculano, sem explicar sua procedência. Porém, lendo o romance de Patrocínio, sabemos de onde ele vem: da ficção.

Referências bibliográficas

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar (1848-1911). “Aluísio Azevedo, O Romance no Brasil”. *Novidades*, 19 mar. 1888. In: BOSI, Alfredo (Seleção). *ARARIPE JÚNIOR. Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

BORGES, Armando. *O último enforcado*. Macaé: Damadá, 2004.

BOSI, Alfredo. (seleção). *Araripe Júnior: teoria, crítica e história*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. pp. 118, 130,131,345

BROOKSCHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Tradução Marta Kirt. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Novas Perspectivas, 7)

BRUZZI, Nilo. *José do Patrocínio- Romancista*. Rio de Janeiro: Aurora. 1959.

CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito. Apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira*. São Paulo: IMESP. 1987.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Crimes e julgamentos famosos*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis, *Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica- Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira*.(2009) Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/literafro>, acesso em 18 nov. 2010

FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Pena de Morte na Legislação Criminal Comum do Brasil- O Caso Motta Coqueiro e a sua repercussão*. Fonte: Tribunal de Justiça do Rio grande do Sul. (2004) Disponível em:
http://tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol4n8/01_Sergio_%20Franco.pdf. Acesso em 08 out. 2010.

LINHARES, Temístocles. *História Crítica do Romance Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. (coleção reconquista do Brasil. 2ª série. v. 16-18)

MACEDO, Joaquim Manuel de (1869). *As Vítimas-algozes*. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

MAGALHÃES Júnior, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. 2 ed. São Paulo: Lisa/ Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972.

MARCHI, Carlos. *Fera de Macabu: o maior erro da justiça brasileira*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix. 1979. v. IV

MEYER. Marlyse. *Folhetim, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MÖLLER, Renato César. *A Fera de Macabu: Memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MONTELLO, Josué. “A Ficção Naturalista”. In: COUTINHO, Afrânio (direção), COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 1997 v. IV. p. 89

PACHECO, João. *A Literatura Brasileira. O realismo (1870-1900)*. 3. ed. São Paulo : Cultrix. 1963. v. III.

PARADA, Antonio Alvarez. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1955. v.1 e v.2

_____. *Coisas e Gente da Velha Macaé*. São Paulo: Edigraf, 1958

PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, Instituto Estadual do Livro, 1977.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção – 1870-1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p.39 (Coleção reconquista do Brasil. 2. série; v.131)

PORTO, Ana Gomes. *Novelas Sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Tradução Ana Maria Martins Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

ROMERO, Silvio. *Estudos de Literatura Contemporânea*. (Org) Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa)

SANTIAGO, Silviano. *Desvios da ficção (introdução)*. In: PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Instituto Estadual do Livro, 1977. pp. 11-21

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965

_____. *História da Literatura Brasileira*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TINOCO GODOFREDO. *Motta Coqueiro. A grande Incógnita*. Rio de Janeiro: São José. 1966.

VASCONCELOS, Antão de. *Crimes Célebres em Macaé*. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar, [1911].

VERISSIMO, Érico. *Breve História da Literatura Brasileira*. Tradução Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995.

Periódicos

A Reforma. 21 mar. 1878 In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 mar.1878.

Apóstolo. 24 mar. 1878. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 mar.1878.

Aurora Macaense. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1877. p.1

Idem. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 dez.1877. p.1

Idem. 21 dez. 1877. p.1

Cruzeiro. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 02 nov. 1852. p. 3

Idem, In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro 29 nov. 1852. p.1

Idem. 24. 03. 1878 In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1878

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 26 set. 1852. p.2

Idem. 13 out. 1852. p. 2

Idem. 30 out. 1852. pp. 1 e 2.

Idem. 02 nov. 1852. p.3

Idem. 07 nov. 1852. p.2

Idem. 04 dez. 1852. p.1

Idem. 30 dez. 1852. p.3

Idem. 26 jan. 1853. p.1

Idem. 02 mar. 1853. pp. 1 e 2

Idem. 10 mar. 1853. p.2

Idem. 26 jan. 1855. p. 1

Idem. 18 fev. 1855. p.2

Idem. 22 fev. 1855. p.2

Idem. 04 mar. 1855. p.2

Idem. 08 mar. 1855. p.1

Idem. 13 dez. 1877. pp.2 e 3

Idem. 15 dez. 1877. p.1

Idem. 20 dez. 1877. p.1

Idem. 22 dez. 1877. p.1

Idem. 23 dez. 1877. p.1

Idem. 24 dez. 1877. p.1

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 10 dez. 1877. p.1

Idem. 11 dez. 1877. p.1

Idem. 12 dez. 1877. pp. 1 e 2

Idem. 21 dez. 1877. p.1

Idem. 25 dez. 1877. p. 1

Idem. 01 jan. 1878.

Idem. 04 mar. 1878.

Idem. 21 mar.1878.

Idem. 22 mar.1878.

Idem. 23 fev.1878.

Idem. 24 mar.1878.

Idem. 25 mar.1878.

Idem. 01 abr. 1878.

Idem. 08 abr. 1878.

Gazeta Popular de Macaé. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1877. pp.1 e 2

Idem. 08 abr.1878.

Globo In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1877. p. 2

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 29 set. 1852. p.1

Idem. 30 out. 1852. p.1

Idem. 01 nov. 1877. p.2

Idem. 12 dez. 1877. pp. 1 e 2

Idem. 24 dez. 1852. p. 1

Idem. 26 jan. 1853. pp.1 e 2

Idem. 27 jan. 1853. pp. 1 e 2

Jornal da tarde, Rio de Janeiro, 10 dez. 1877. pp.2 e 3

Idem. In: *Gazeta de Notícias*. 11 dez. 1877. p. 1

Idem. 12 dez. 1877. p. 3

Leitão, L. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 01 abr. 1878. Literatura, p.1

Monitor Campista, 05 out. 1852, In: *Diário do Rio de Janeiro*, 13 out. 1852. p.2

Idem. 28 out. 1852, In: *Diário do Rio de Janeiro*. 07 nov. 1852. p.2

Idem. 13 abr. 1853. p.2

O Corsário, Rio de Janeiro, 11 maio. 1881. *Apud.* SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. In: *Gazeta de Notícias*. 22 dez. 1877- 03 mar. 1878.

Revista Ilustrada Ano 3. 08 fev. 1878. Nº 101, p. 8

Idem. 06 abr. 1878. Ano 3 nº 106, p. 7

Rezendense. In: *Gazeta de Notícias*. 31 dez. 1877. p.1

SANTOS, Joel Rufino dos. José do Patrocínio era da Arena? *Leia Livros*, São Paulo, 15 jul. 1978. Seção Polêmica, p. 3

SERRA, Joaquim.(Tragaldabas). *Acaso*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1878, Folhetim, p.1

Tony. *Anúncio Grátis*. In: *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, Ano 3. Nº109. abr.1878

Imagem em movimento

SEM Controle. Direção: Cris D’Amato. Produção de Júlio Uchôa. Intérpretes: Eduardo Moscovis,; Milena Toscano; Vanessa Gerbelli; Marcelo Vale; Cadu Fávero; Charles Fricks; Edmilson Barros; Glaucia Rodrigues; Pablo Sanábio e outros. Roteiro: Sylvio Gonçalves. [S.I.]: Ananã Produções; Twentieth Century Fox, 2007. DVD (93 min), son. color.

Bibliografia consultada

BARRETO FILHO, Mello; LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro (1831-1870)*. Rio de Janeiro: A Noite, 1942

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. Sob o signo de Cam. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANO, Jefferson. *O Fardo dos Homens de Letras. O “Orbe Literário” e a Construção do Império Brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Histórias das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FREIRE, Gilberto. *Heróis e Vilões no Romance Brasileiro: (em torno das projeções de tipos sócio-antropológicos em personagens de romances nacionais do século XIX e do atual)*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1979.

_____. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1979.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957

MOISÉS, Massoud. *A Criação Literária*. 6. ed. São Paulo: edições Melhoramentos, 1973.

_____. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1984.

NÓBREGA, Maria do Socorro. *A Crônica Literária de Folhetim de Imprensa. Textos de Otaviano, Macedo e Alencar*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

OLINTO, Antonio. *Jornalismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Ministério e Cultura, serviço de documentação, 1955.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *Literatura Brasileira, das origens a 1945*. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PORTO, Ana Gomes. *Crime em Letra de Forma: Sangue, Gatunagem e um Misterioso Esqueleto na Imprensa do Prelúdio Republicano*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Leonardo Dantas. *A Imprensa e a Abolição*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massagana, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes. s/d.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Ao Correr da Pena: Uma Leitura dos Folhetins de José de Alencar. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de M.(Org). *A História Contada*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, Qual Romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *Papéis Colados*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003.

TINHORÃO, José Ramos. *Os Romances em Folhetim no Brasil*. (1830 à atualidade). São Paulo: Duas Cidades, 1994.

_____. *A Música Popular no Romance Brasileiro* (vol.I: séculos XVIII e XIX), 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.